

ALAVOURA

FUNDADA EM 1897

ÓRGÃO OFICIAL DA SOCIEDADE NACIONAL DE AGRICULTURA E DAS
CLASSES RURAIS DO DISTRITO FEDERAL



RIO DE JANEIRO — BRASIL

Setembro-Outubro, 1958

ANO LXI

Formicida
Shell
mata
a saúva!



- É econômico e fácil de aplicar
- Não é explosivo ou inflamável
- Dispensa aparelhagem cara
- É muito menos venenoso que outros formicidas
- É estável, não se alterando com facilidade
- Tem efeito residual prolongado
- Pode ser guardado para novas aplicações



SHELL BRAZIL LIMITED

Rio de Janeiro: Praça Pio X, 15-5.º andar — P. Alegre: Rua Uruguay, 155-7.º andar
S. Paulo: Rua Cons. Nébias, 14-7.º andar — Recife: Rua Imperador, 207-3.º andar



Exemplares de gado "Angus" pastando nos campos da califórnia.

(Foto IPS para "A LAVOURA")

SUMÁRIO

	Págs.
O Brasil no Mercado Internacional de Carne Bovina — Prof. Arthur Torres Filho	3
O Café é mais um problema agrícola do que comercial	8
Festa da Árvore — Luiz Marques Poliano	12
A Devastação de nossas matas providência do Sr. Presidente da República	14
O Vale do S. Francisco aos poucos se transforma em vale da promessa	16
A Classe Rural — Arruda Câmara	20
Assumiu o cargo de Presidente do I.B.C. o Sr. Renato C. Lima	26
Pavilhão Arthur Torres Filho	28
Acôrdó assinado entre o SSR e a SNA	33
Holanda — Terra da Agricultura — Larry Henderson	42
Problemas Rurais nas Constituições Estaduais — Geraldo Goulart da Silveira	50
Estudos Sobre a Alimentação Mineral do Cafeeiro	54
Problemas da Cultura do Milho — Benedito Arlindo Bento	56
Associativismo Rural	58
Os transportes na Colonização — Ney Brandão	59
Ainda o Cooperativismo o Estado e a Educação Cooperativa — Fabio Luz Filho	62
Notícias	66
Opiniões Diversas Sobre a Tilapia, o peixe carnívoro — Luiz Hermann Filho	68
Cadastro Rural e Crédito Agrícola — Amaro Cavalcanti	70
A Lavoura do Distrito Federal	73

SOCIEDADE NACIONAL DE AGRICULTURA

Fundada em 1897

RECONHECIDA DE UTILIDADE PÚBLICA
PELA LEN N.º 3.549, DE 18 DE OUTUBRO DE 1918

Presidente Perpétuo DR. MIGUEL CALMON DU PIN e ALMEIDA
Presidente Benemérito DR. WENCESLAU BRAZ PEREIRA GOMES

DIRETORIA GERAL

Presidente	— ARTHUR TORRES FILHO
1.º Vice-Presidente	— LUIZ SIMÕES LOPES
2.º Vice-Presidente	— EDGAR TEIXEIRA LEITE
3.º Vice-Presidente	— ANTONIO DE ARRUDA CAMARA
1.º Secretário	— FREDERICO MURTINHO BRAGA
2.º Secretário	— ADAMASTOR LIMA
3.º Secretário	— ITAGYBA BARÇANTE
4.º Secretário	— CINÉAS DE LIMA GUIMARAES
1.º Tesoureiro	— KURT REPSOLD
2.º Tesoureiro	— OTTO FRENSEL
Secretário-Geral	— LUIZ MARQUES POLIANO

DIRETORIA TÉCNICA

ALBERTO RAVACHE	GERALDO GOULART DA SILVEIRA
ALTINO DE AZEVEDO SODRÉ	OSMAR LOPES REZENTE
ANTONIO FRANCISCO MAGARINOS TORRES	JOAQUIM BERTINO DE MORAES CARVALHO
BEN-HUR FERREIRA RAPOSO	MARIO DE OLIVEIRA
ENIO LUIZ LEITÃO	

CONSELHO SUPERIOR (SOCIOS TITULARES)

N.º	CADEIRA	OCUPANTE
1	— ENNES DE SOUZA	— Arthur Tôrres Filho
2	— MOURA BRASIL	— Alberto Ravache
3	— CAMPOS DA PAZ	— Geraldo Goulart da Silveira
4	— BARÃO DE CAPANEMA	— Kurt Repsold
5	— ANTONINO FIALHO	— Luiz Marques Poliano
6	— WENCESLAO BELLO	— Antônio Arruda Câmara
7	— SYLVIO RANGEL	— Ennio Luiz Leitão
8	— PACHECO LEAO	— Frederico Murtinho Braga
9	— LAURO MÜLLER	— Valentim F. Bouças
10	— MIGUEL CALMON	— Heitor Grillo
11	— LYRA CASTRO	— Joaquim Bertino M. de Carvalho
12	— AUGUSTO RAMOS	— Edgard Teixeira Leite
13	— SIMÕES LOPES	— Luiz Simões Lopes
14	— EDUARDO COTRIM	— Jayme Bernardes Cotrim
15	— PEDRO OZÓRIO	— Paulo Simões Lopes
16	— TRAJANO DE MEDEIROS	— Antônio José Alves de Souza
17	— PAULINO CAVALCANTE	— Cynéas Lima Guimarães
18	— FERNANDO COSTA	— Iris Meinberg
19	— SÉRGIO DE CARVALHO	— Itagyba Barçante
20	— GUSTAVO D'UTRA	— Oswaldo Ballarin
21	— JOSÉ TRINDADE	— José Augusto B. de Medeiros
22	— IGNÁCIO TOSTA	— Ignácio Tosta Filho
23	— JOSÉ SATURNINO	— Fábio Luz Filho
24	— JOSE BONIFÁCIO	— Mário Penteado de F. e Silva
25	— LUIZ DE QUEIROZ	— Francisco de Assis Iglesias
26	— CARLOS MOREIRA	— Alfredo L. de Ferreira Chaves
27	— ALBERTO SAMPAIO	— Honário Monteiro Filho
28	— NAVARRO DE ANDRADE	— José Carlos de Macedo Soares
29	— ALBERTO TÔRRES	— Rômulo Cavina
30	— SÁ FORTES	— Otto Frensel
31	— THEODORO PECKOLT	— Oswaldo Lazzarini Peckolt
32	— RICARDO DE CARVALHO	— Rômulo Joviano
33	— BARBOSA RODRIGUES	— José Sampaio Fernandes
34	— GONZAGA DE CAMPOS	— Sylvio Fróes de Abreu
35	— AMÉRICO BRAGA	— José Assis Ribeiro
36	— EPOMINONDAS DE SOUZA	— Moacyr Alves de Souza
37	— MELLO LEITÃO	— João Carlos Bello Lisboa
38	— ARISTIDES CAIRE	— Milton Freitas de Souza
39	— VITAL BRASIL	— Paulo F. de Parreiras Horta
40	— GETULIO VARGAS	— Adamastor Lima

A SOCIEDADE NACIONAL DE AGRICULTURA PARTICIPA EM CARÁTER PERMANENTE DOS SEGUINTES ÓRGÃOS:

Comissão Permanente de Exposições e Feiras (Ministério do Trabalho) — Dr. Alberto Ravache; Suplente, Luiz Marques Poliano; Comissão Revisora de Tarifas (Ministério da Fazenda) — Dr. Oswaldo Miguel Frederico Ballarin; Conselho Consultivo da E. F. Central do Brasil — Dr. Altino de Azevedo Sodré; Comissão Permanente de Estradas de Rodagem — Dr. Raul David de Sanson; Instituto Brasileiro de Educação e Cultura (Ministério das Relações Exteriores) — Dr. Luiz Simões Lopes;

Conselho Nacional de Aplicações dos Empréstimos Ruúrais (Ministério da Fazenda) — Dr. Luiz Simões Lopes; Conselho Permanente de Associações Americanas de Comércio e Produção — Dr. Edgar Teixeira Leite; Comissão Consultiva de Acordos Comerciais (Ministério das Relações Exteriores) — Dr. Alberto Ravache; Comissão de Política Agrária (Ministério da Agricultura) — Dr. Luiz Simões Lopes. Suplentes: Dr. Alberto Ravache.

A LAVOURA

FUNDADA EM 1897

ÓRGÃO OFICIAL DA SOCIEDADE NACIONAL DE AGRICULTURA E DAS CLASSES
RURAIS DO DISTRITO FEDERAL

ANO LXI

JULHO - AGOSTO, 1958

O BRASIL NO MERCADO INTERNACIONAL DE CARNE BOVINA

Prof. ARTHUR TORRES FILHO

Presidente da Sociedade Nacional de Agricultura

Quando se considera a atual conjuntura econômico-financeira do Brasil e a necessidade de uma planificação que permita elevar suas exportações para obtenção de divisas com que atender às importações, nossas vistas deverão voltar-se para a pecuária e a exportação de carnes e derivados, se atentarmos às grandes possibilidades de que o Brasil dispõe em seu vasto território para o desenvolvimento e aperfeiçoamento da indústria pastoril, que é e, mais ainda, poderá tornar-se riqueza econômica da mais alta expressão. Se o consumo interno tende a elevar-se cada vez mais, é bem certo que, sem prejuízo desse precioso alimento para a população nacional, o Brasil poderá contar com excedentes de carnes para o mercado internacional, onde encontrará boa colocação. Para tanto conseguirmos, com o aumento da produção anual, teremos de ampará-la dentro de bases técnicas e econômicas pela ação planejada e conjunta dos órgãos governamentais, amparando os produtores, dando-lhes a indispensável assistência técnica e veterinária.

* * *

O aparecimento do Brasil no mercado internacional de carnes deu-se durante a 1.^a Guerra Mundial, quando foram instalados grandes matadouros frigoríficos, e em 1914, tiveram início as exportações de carnes conservadas que, em 1919, alcançavam 25.400 toneladas.

Pelo exame das exportações de carnes esfriadas e congeladas a partir de 1915, observa-se, nas mesmas, oscilações que refletiram a situação internacional, sofrendo por vezes verdadeiro colapso; chegando mesmo a perder significação no comércio exterior, como em 1951. A partir de 1956 muitos países voltaram a se interessar por carnes de bovino procedentes do Brasil, mas de segunda classe, destinadas à industrialização.

É de se assinalar que apesar da recuperação do rebanho nacional, hoje avaliado em 80.000.000 de cabeças, o Brasil, para atender o consumo interno, sempre crescente, de carne bovina, nas cidades maiores, tem sido por vezes obrigado a recorrer a importações.

* * *

O Brasil, que precisa ter como programa e como tem recomendado o presidente Kubitschek, a fixação de sua posição como país exportador de produtos de origem animal, para sua penetração cada vez maior no comércio exterior, graças à sua extensão territorial e aos seus recursos em solo fértil e climas favoráveis, com grandes e boas forragens e pastagens, tem na pecuária uma de suas maiores riquezas. Isso significa que o Brasil ocupa posição privilegiada no mundo com um *rebanho*

bovino de 62.000.000 de cabeças, podendo contar, sem prejuízo do mercado interno, com excedentes importantes para avaliar o comércio externo de carnes conservadas, resfriadas e refrigeradas.

* * *

É incontestável as possibilidades ecológicas que oferece o território brasileiro para a pecuária em larga escala, dando-se-lhe a devida assistência técnica e econômica. O Brasil, principalmente nas zonas centro-oeste e sul, poderá contar com a produção de carnes, leite, ovos e múltiplos subprodutos, garantindo o consumo interno em crescimento e com larga margem para a exportação. Embora o rebanho bovino distribua-se por todo o território nacional, as maiores concentrações bovinas se encontram no centro-oeste e Rio Grande do Sul e nos Estados de São Paulo, Minas Gerais, Rio de Janeiro, Goiás e Mato Grosso. No chamado Brasil Central e no Sul é onde se encontram as maiores reservas destinadas ao corte.

No tocante ao mercado internacional de carnes, o Brasil tem diante de si largas perspectivas, que se modificaram durante a 2.^a Guerra Mundial para as carnes congeladas e cujas exportações diminuíram muito e em virtude principalmente do consumo interno, que aumentou e que se elevou bastante devido ao crescimento demográfico e às concentrações urbanas, com o aparecimento das grandes cidades. As exigências do consumo interno têm levado o Governo a adotar planos de abastecimento com regime de cotas, com épocas de matança, para garantia do mercado interno. Essas e outras medidas determinadas pelo rápido aumento demográfico resultaram na diminuição dos excedentes e as carnes foram desaparecendo do comércio internacional.

A indústria do frio é fundamental ao problema de abastecimento de carnes. É certo também que o Governo tem sido levado a estudar a localização de matadouros-frigoríficos nos centros criadores e à preservação dos rebanhos por cuidar a assistência técnica e veterinária.

Vê-se, em conclusão, que a pecuária avulta para o Brasil, como país tropical e subtropical, que se industrializa rapidamente, como problema econômico-financeiro, exigindo planificação técnica e econômica.

Ainda segundo o referido recenseamento, pode-se avaliar o vulto dos prejuízos, tendo-se em conta a mortalidade nas outras espécies animais.

Suínos	5.653.193
Ovinos	1.061.850
Caprinos	727.078

Esses dados, embora estimativos, evidenciam o papel reservado à orientação zootécnica e à assistência sanitária de nossa pecuária.

Fica patenteado que se faz indispensável um esforço conjugado da iniciativa particular com os poderes públicos pelo melhoramento e defesa de nossos rebanhos.

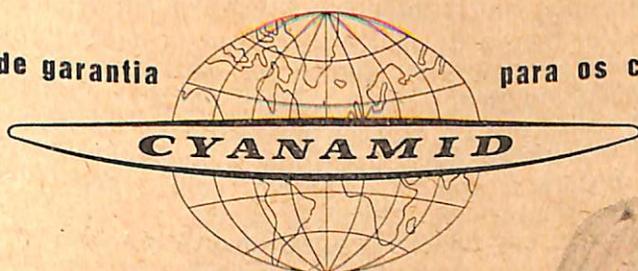
Em 1950, segundo o Recenseamento Geral do Brasil, o rebanho bovino alcançava 52.655.496 cabeças e a mortalidade era de 2.221.626. Nesse ano, os abates atingiram 5.964.719 cabeças, o que permite avaliar-se que o desfrute normal poderá ser calculado em 11%.

Pode-se chegar à conclusão que são enormes os prejuízos que sofre a nossa economia com a letalidade de nossas propriedades agropecuárias.

Quando o presidente Kubitschek, com larga visão, incluiu dentre as metas a serem executadas em seu Governo a alimentação ele considerou certamente alimentar o povo brasileiro, o seu crescimento demográfico e a industrialização em franco desenvolvimento. Com esse objetivo, tem-se a considerar a indústria alimentícia de beneficiamento como

Um símbolo de garantia

para os criadores!



**PRODUTOS VETERINÁRIOS QUE
ASSEGURAM A DEFESA DOS REBANHOS**

ACROMICINA INTRAMUSCULAR 100 mg

AUREOMICINA CÁPSULAS 250 mg

AUREOMICINA UNGÜENTO VETERINÁRIO

ACROMICINA ENDOVENOSA 250 mg

ACROMICINA ENDOVENOSA 500 mg

SULMET . . . terapêutica pelas sulfas

VERBAN . . . vermífugo com piperazina

* * *

ACRONIZE*

(CLOROTETRÁCLINA)

para conservação de alimentos perecíveis



AUROFAC*

Suplemento Alimentar contendo AUREOMICINA* e Vitamina B₁₂*assegura*

PROTEÇÃO À PECUÁRIA NACIONAL

Solicite maiores informações à

CYANAMID QUÍMICA DO BRASIL S. A.

DIVISÃO AGROPECUÁRIA

* Marca Registrada

Av. Rio Branco, 131 - 21.º andar - Caixa Postal, 1039 - Rio de Janeiro - D. F.

2285

FILIAIS E DISTRIBUIDORES EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

oferecendo grandes oportunidades à iniciativa particular e ao capital. Além do abastecimento do mercado interno e a economia de divisas na importação e aumento das exportações, como reconheceu a comissão contratada norte-americana Klein & Saks, em seu relatório ao Govêno em 1954. "O Brasil é o 2.º país do mundo produtor de carne de vaca e poderia ser o primeiro, e as divisas que a indústria de carne carregaria para o país poderiam igualar as obtidas com a exportação de café." (página 169 do Relatório).

É certo que em relação à situação interna ter-se-á que assistir às fontes de produção, de que a pecuária é uma de nossas maiores fontes de riqueza. Restará traçar a ação conjunta da iniciativa particular com os poderes públicos face ao consumo interno e às restrições dos mercados externos.

Tivemos ocasião de participar de uma conferência tripartida em Montevidéu (Brasil, Argentina e Uruguai), na qual foram debatidas as questões relativas ao mercado internacional de carnes e pudemos bem aquilatar das múltiplas influências que atuam na economia internacional de carnes e a importância da organização interna de nosso país para atender o seu consumo e ter excedentes para o mercado externo.

* * *

A fim de atender a necessidade de obter receita cambial para compensar a queda na exportação de café, o Brasil poderá, com a exportação de carne bovina com bases racionais estabelecer a sua pecuária. Grandes são as perspectivas de importação de carnes do Brasil por parte de países da Europa. Devemos nos aparelhar para o mercado interno e externo de carnes.



SEDE PRÓPRIA

Recem-instalada a Associação Rural de
Morada Nova — Ceará

LAVRADOR

Se em teu município não existe associação agrícola, toma a iniciativa e funda uma; pede instruções à secretaria da Sociedade Nacional de Agricultura.

BATERIA SÊCO-CARREGADA



**SEMPRE NOVA
E PRONTA PARA SER USADA**

Para o seu carro, seu caminhão ou seu trator, a Bateria IH Sêco-Carregada é a que mais vantagens oferece. Sempre nova... conserva até o momento de ser usada toda a energia armazenada pela fábrica. Arranque rápido... basta colocar o líquido ativante e, enquanto V. a instala no seu veículo, a Bateria IH Sêco-Carregada já está pronta para entrar em ação. E para a sua maior economia, a sua bateria usada serve como parte do pagamento na compra da Bateria IH Sêco-Carregada.

À VENDA NOS CONCESSIONÁRIOS IH E NAS FILIAIS DA

INTERNATIONAL HARVESTER MÁQUINAS S.A.

O CAFÉ É MAIS UM PROBLEMA AGRÍCOLA DO QUE COMERCIAL

Incisivo pronunciamento do presidente em exercício da Sociedade Nacional de Agricultura, Sr. Luiz Simões Lopes — O Ministério da Agricultura não pode ser deixado à margem na questão — “O café não deve ter tipo porque não deve ter impureza” — O Brasil deve vender seus produtos

Sobre o grave problema do café, estava faltando a palavra autorizada da Sociedade Nacional de Agricultura, tradicional entidade de classe integrada por estudiosos e técnicos de nossos problemas agropecuários. Nos últimos anos, é também a Federação das Associações Rurais do Distrito Federal.

Procurado por alguns jonalistas, o presidente em exercício da SNA, engenheiro-agrônomo Luiz Simões Lopes, fez à imprensa as seguintes declarações sobre o assunto:

PRODUÇÃO: PROBLEMA FUNDAMENTAL

— Está de parabéns a lavoura cafeeira com a nomeação do Presidente da Sociedade Rural Brasileira, agrônomo Renato Costa Lima, para Presidente do Instituto do Café. Seus títulos e seu passado justificam as esperanças com que as classes rurais vêm sua investida. Mais, ainda, é a entrega do problema do café aos que o produzem.

O problema fundamental do café — frizou — é a sua produção — reside na sua produtividade; na perenidade das lavouras, graças à conservação do solo; na sua qualidade, o que implica em várias medidas de ordem técnica. Em uma palavra, é um problema agrícola. O resto é consequência. Desto do preço, a aceitação pelos mercados consumidores, possibilidades de estocagem e de financiamento, tudo é comandado pela produção. Café de alta produtividade, de custo de produção baixo graças à boa produtividade, só cria dificul-

dades para os concorrentes. Até agora, porém, café tem sido **Comércio de café**, assunto para teorias cambiais, matéria prima para demagogia eleitoral, material explosivo político. Já se falou muito no **General Café** que derruba governos...

POSIÇÃO DA LAVOURA

Focalizando a posição da lavoura, acentuou o Sr. Simões Lopes:

— A tudo isso a lavoura do café, pedra angular da economia nacional, assiste como espectadora. Nem ela nem o responsável teórico pela nossa agricultura — o Ministério da Agricultura — têm qualquer influência na política cafeeira. Para não ir longe, desde a valorização Epitácio Pessoa assistimos à romaria constante do comércio de café em torno do Ministério da Fazenda, buscando influir nas decisões governamentais. Os resultados aí estão. O O Brasil só vende o que os outros não vendem. A pequena quantidade de cafés finos que produzimos perde na qualidade para os competidores; os cafés baixos perdem no preço.

Perguntamos quais as razões do recuo alarmante da posição relativa do Brasil no mercado cafeeiro internacional e o entrevistado afirma: — Responde-se com outra pergunta: Quanto tem dispendido o Brasil nesses anos todos e quanto consta dos seus orçamentos anuais a ser dispendido com a **produção** do café? Quantias tão irrisórias, que não merecem referência. Somas astronômicas, porém

sem dúvida, com compras de café, operações financeiras, interferências em mercados, para não falar na queima de mais de 80 milhões de sacas de café, que foi a única porta de saída deixada ao Presidente Getúlio Vargas pelos seus antecessores.

Pode-se argumentar — acrescenta — que são despesas com café que beneficiam a lavoura, em última análise, porque a ela transferem. Mas pode-se responder que êsses benefícios indiretos têm boa parte de culpa nos males que afligem a cafeicultura brasileira, minada internamente pelos produtores marginais e atacada nos mercados externos pelos concorrentes que essa mesma produção marginal e os artifícios cambiais ajudaram a criar.

CAFÉ E MINISTÉRIO DA AGRICULTURA

— O Ministério da Agricultura, que deveria ter um grande Departamento, dotado de muitos bilhões de cruzeiros anuais, para cuidar de todos os aspectos relativos à produção de café é, por assim dizer, ausente do assunto — salienta o entrevistado. Não lhe dão recursos nem lhe ouvem a opinião. O único produto agrícola que o Ministério da Agricultura não classifica é o mais importante de todos: o café.

Então, o que tem ocorrido? Sem café de alta qualidade o baixo custo, como exige o comércio internacional, com suas grandes colheitas e respectivas valorizações diretas ou indiretas (através do câmbio),

o Brasil vem segurando o guarda-chuva à cuja sombra se abrigam os concorrentes; despercebidos das origens remotas das dificuldades, os governos cedem à influência dos intermediários e vêm tratando o café a óleo canforado, com paliativos. **Nunca planejou** a longo prazo. Exceção feita do programa de melhoria de qualidade e de expansão de mercados iniciado pelo ilustre Dr. Armando Vidal, quando à testa do órgão cafeeiro, as providências do Governo Federal têm sido sempre a prazo curto e de alcance limitado.

E porque não planejou a longo prazo, sucedem-se as crises do café, acudidas com medidas de emergência, que não alcançam o fundo do problema, que é a sua produção em bases racionais. Ninguém mais credenciado do que o Ministro Lucas Lopes para empunhar as rédeas da eco-

nomia nacional em momento tão dramático. Sua indiscutível capacidade e a magnífica equipe de que dispõe dão-lhe grande chance. Dentro das suas possibilidades dará estamos certos, as melhores soluções nesse intrincado cipal em que entrou o comércio cafeeiro. E é inegável que a comercialização do café tornou-se um complexo político-econômico, que fugiu das mãos dos particulares para a alçada do Governo, do Ministro da Fazenda. E está em boas mãos. Mas Sua Excelência não poderá fazer milagres.

PRIMADO DOS ASPECTOS AGRÍCOLAS

— Encarado como um todo, é um problema de todo o Governo e das classes interessadas na produção e no comércio do café, prosseguiu o sr. Simões Lopes — mas, insistimos na

primado dos aspectos agrícolas sobre os demais. Bem sabemos da interdependência de todos esses fatores, da influência da política sobre a nossa agricultura, pois ela tem sido a grande vítima do regime cambial fictício em que há muito vivemos. O café, como todas as plantas, exige determinadas condições ecológicas. O Brasil as possui, excepcionais, mas não em todo o seu território. Não tem sentido a corrida do café pelo país afora, derrubando matas, encarecendo os transportes, criando problemas de toda ordem, abandonando seu "habitat" ecológico, em fuga inconsciente e anti-econômica.

Salientou, a seguir, que o parque cafeeiro do Brasil é a maior realização agrícola do mundo e custou somas incalculáveis, em economias internas e externas, aos particulares, (derruba-

Colheita bem feita e na época oportuna influe muito na qualidade do café.



das, plantações, colônias, casas de moradia e, recentemente, terraceamento e irrigação) e aos governos isto é, ao povo, (estradas de ferro e de rodagem, eletrificação, telégrafo, correio etc.) que precisam ser convenientemente aproveitadas e que o país não pode repetir em regiões ecológicas menos favoráveis. Novos investimentos só devem ser feitos na recuperação das terras e no replantio, no "habitat" ideal para o café a ser delimitado cientificamente.

O QUE FAZER

Interpelado sobre as providências mais urgentes a serem tomadas, assinalou o presidente da S.N.A.:

— Uma medida imediata poderia ser adotada e, nesse sentido, apelamos para o Dr. Renato Costa Lima: acabar com os famosos tipos (pouca gente sabe que tipo de café não é qualidade mas a quantidade de impurezas que contém: paus, pedras, pregos etc.). O café do Brasil não deve ter tipo, porque não deve ter impurezas! Deverá ser classificado à vista das suas demais características. Precisa ser todo catado, como vem pregando, há longos anos, sem encontrar eco, essa grande figura da lavoura cafeeira que é Olavo Ferraz. Outro fenômeno inquietante é a passagem gradativa do comércio do café, especialmente o de exportação, para mão das firmas estrangeiras. Seria desejável que as firmas brasileiras se instalassem também nos países consumidores para vender lá nosso café. É o que fazem no Brasil as firmas vendedoras de artigos estrangeiros, especialmente os de sua produção própria.

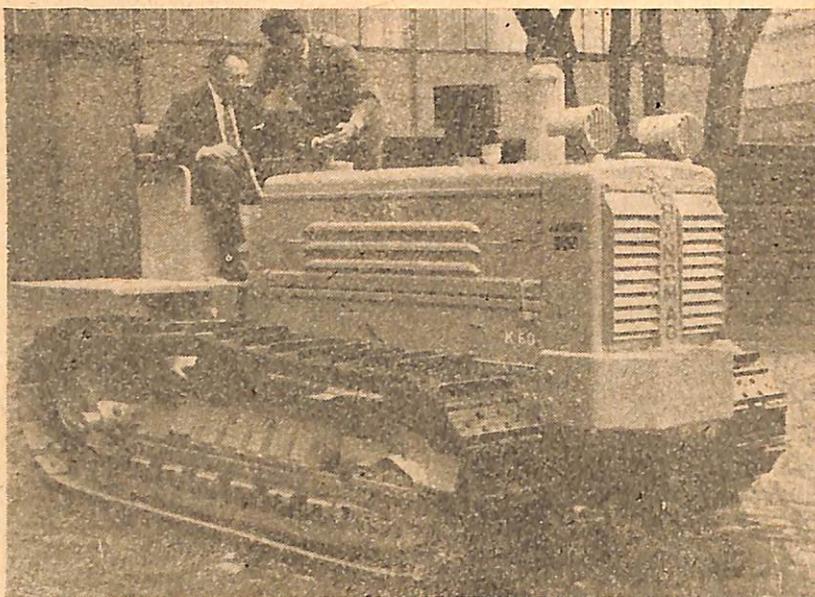
E, concluindo, ressaltou o Sr. Simões Lopes:

— É necessário dar às firmas nacionais financia-

mento e estímulo adequados para operarem nas grandes praças importadoras de café. Não é hostilidade às firmas estrangeiras, algumas também tradicionais, mas é lamentável que, por falta de amparo e de recursos, estejam desaparecendo as firmas brasileiras exportadoras tradicionais de café, como está acontecendo, para que só firmas estran-

geiras venham comprar e exportar nosso café. Deve fazer parte da política comercial do Brasil vender nas diversas praças os produtos brasileiros, de preferência através de firmas brasileiras. Esse é o exemplo que sempre nos deram os países desenvolvidos, grandes vendedores dos seus produtos nos mercados brasileiros.

VISITA DO MINISTRO DA AGRICULTURA A FÁBRICA DE TRATORES RHEINSTAHL HANOMAG A. G.



Apresenta esta fotografia um flagrante do nosso Ministro da Agricultura, Dr. Mário Meneghetti, durante as experiências que pessoalmente fez com um trator HANOMAG, tipo K 60, por ocasião da sua recente visita à maior e afamada fábrica de tratores da Europa continental, a RHEINSTAHL HANOMAG A.G. de Hannover, Alemanha.

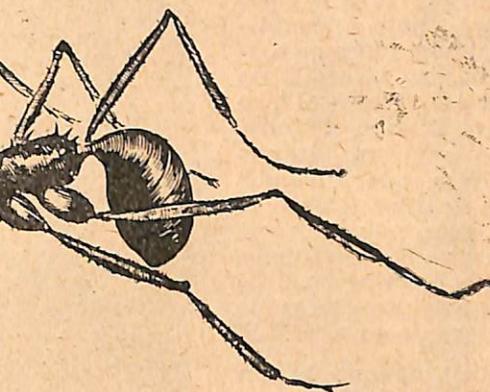
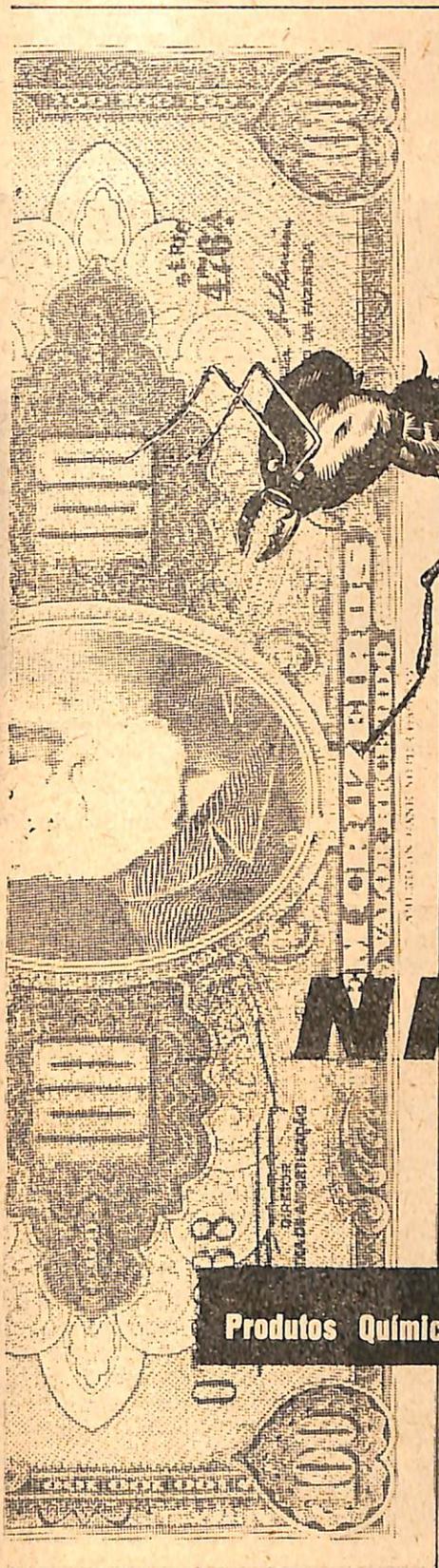
O cordial acolhimento dispensado e as homenagens que lhe foram prestadas e ao Brasil pela RHEINSTAHL HANOMAG A. G., assim como a capacidade e o volume de produção da fábri-

ca, que visitou demoradamente, muito impressionaram o Dr. Meneghetti.

Os tratores HANOMAG, dos quais, há dezenas de anos trabalham, com inteira satisfação dos seus proprietários cerca de 5.000 unidades em vários setores do nosso país, deverão ser fabricados no Brasil, num futuro próximo, segundo as conversações havidas recentemente nesta capital, entre o Governo brasileiro e os dirigentes da RHEINSTAHL HANOMAG A.G. de Hannover, e a HANOMAG INTERAMERICANA LTDA. do Rio de Janeiro.

Formiga

come dinheiro...



E não só dinheiro. Também seu tempo... seus esforços são arruinados pela devastação dos formigueiros. Extermine rapidamente **TÓDAS AS FORMIGAS**, com o moderno formicida **NITROSIN**

Fácil de aplicar!

NITROSIN

**MATA DE FATO
QUALQUER FORMIGUEIRO**

Peça folhetos e informações
ao distribuidor

Fabricante:

Produtos Químicos

LAVEX Ltda.



NOVO HAMBURGO-R.G.S.
CAIXA POSTAL, 33.
Filial: R. Casimiro de Abreu, 280.
Braz - S. Paulo - Fone: 9-6758

À venda em todo o país
Atenção -Cuidado com as imitações.
Peça pela marca — **NITROSIN**

FESTA DA ÁRVORE

Luiz Marques Poliano
Secretário Geral da S.N.A.

Durante muito tempo estivemos convencidos de que essa realização se devia ao pintor Pedro Bruno e à sua família e que o local

Foi no Estado de Nebraska, América do Norte, que se iniciou, em 1872, o culto da árvore, hoje generalizado por quasi todos os países civilizados, informa, no seu "Direito Florestal", o sr. Osny Duarte Pereira. Esclarece o autor, citando Coelho Neto, que "naquela época os Estados Unidos já haviam plantado, somente nesse dia de festividade, em que as escolas se dirigem aos campos, cerca de 327 milhões de arvores."

No Brasil, conquanto nos albores do século já se realizassem festas da árvore, por iniciativa de alguns precursores idealistas, somente em 23 de janeiro de 1934, com a promulgação do Código Florestal, (Dec. 23.793) é que a festa se oficializou, pelo cometimento, ao Consêlho Florestal (art. 102, letra 'h'), da incumbência de "promover anualmente a festa da árvore".

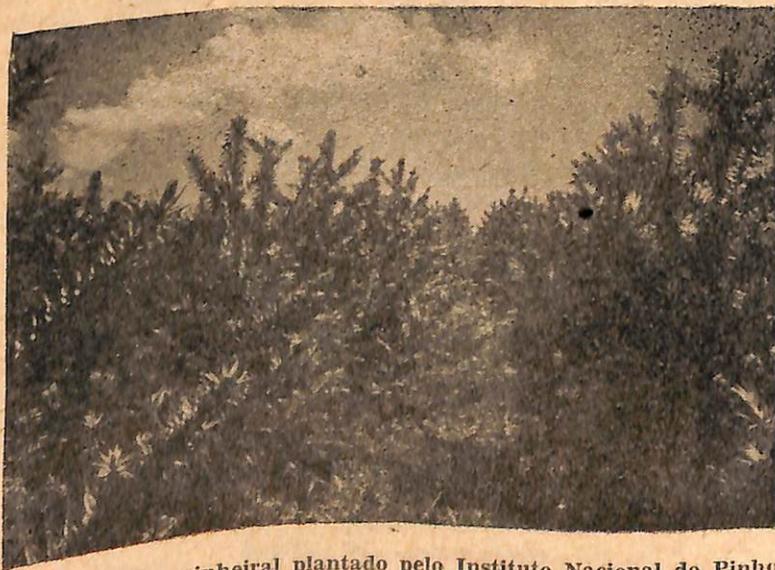


Aspecto de um pinheiral de quatro anos de idade, plantado no Estado do Paraná.

É ainda o sr. Osny Pereira que dá a primazia da iniciativa no Brasil "ao Dr. João Pedro Cardoso, na florescente cidade de Araras do interior de S. Paulo,

em 21 de setembro de 1902", onde se deu seria o Largo do Senhor Bom Jesus do Monte, em Paqueta, terra do saudoso "poeta das arvores, dos pássaros e das cores", como foi e é considerado pelos moradores e habitantes do decantado recanto da Guanabara.

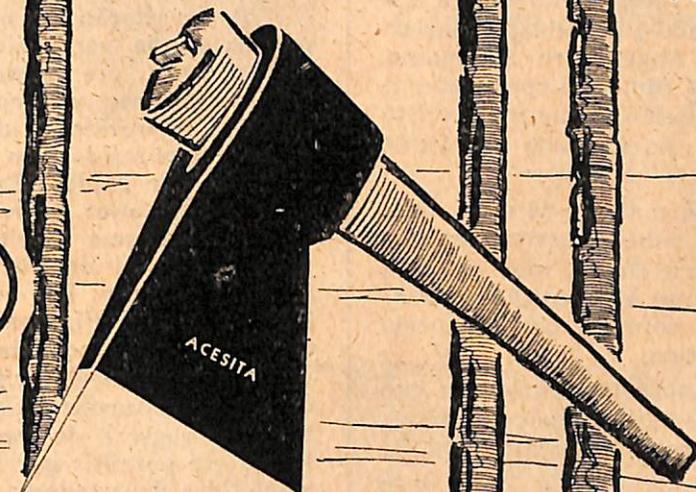
Com o pintor militamos alguns anos na preservação daquela natureza privilegiada, atuando na "Liga Artística", de sua idealização, criação e direção e, muitas vezes, dele ouvimos que em 1903 ali se dera o evento, pela primeira vez no país. Temos em mãos dois manuscritos do saudoso artista, segundo os quais, naquele ano, com a presença do poeta Leoncio Correia, árvores foram plantadas no local, e a cerimonia realizada. Orgulhoso da primazia de sua ilha, não a avocava para si, pessoalmente, mas para o torrão natal, a que tanto amou e



Aspecto de um pinheiral plantado pelo Instituto Nacional do Pinho, que, desde 1944, já plantou mais de dezoito milhões de pinheiros no sul do país.

ONDE A QUALIDADE SE IMPÕE

UM PRODUTO
ACESITA



O CERTIFICADO DE EXAME DO INSTITUTO NACIONAL DE
TECNOLOGIA, de n.º 2572/52, assim conclui:

"... pelos resultados, afirmamos que os machados
"ACESITA" são de magnífica qualidade, não ficando nada a
dever aos de procedência estrangeira, tomadas como padrão
de qualidade".

CIA. AÇOS ESPECIAIS ITABIRA

ESCRITÓRIO CENTRAL: Rua Vis. de Inhauma, 134

11.º andar - D. F.

USINA SIDERURGICA: Acesita E. F. V. M.
Est. Minas Gerais

9. ST. RIO

ESCRITÓRIOS :

BELO HORIZONTE
RUA CURITIBA, 561 - 4.º
TEL. : 2-2934

SÃO PAULO
AV. HENRY FORD, 644
TEL. : 9-8554

cultuou em suas numerosas e belas telas.

Seja como for, um ano a mais, um ano a menos, são dois nomes intimamente ligados a esta iniciativa de rara significação cívica e patriótica, a êles se devendo juntar o do escritor João Simões Lopes Neto, que a levou a efeito em Pelotas, em 1909, segundo nos informa o seu ilustre parente, Engenheiro Agrônomo Luiz Simões Lopes, havendo então, o mesmo, escrito um poema sob o título "Prece à Árvore".

Há mais de 50 anos, pois, é o culto à árvore realizado no Brasil, mas o que é preciso é incentivá-lo, dar-lhe consistência e sentido prático.

Anotemos, porisso, o que considera o ilustre autor do "Direito Florestal" o Dia da Árvore, o qual "não deve ser uma solenidade murcha em pátios ou recintos fechados, com discursos laudatórios e o clássico hasteamento do Pavilhão Nacional, mas uma festa campestre, em que todos se dirigem a um terreno adequado e, no meio da alegria e das diversões sadias do excursionismo, cada um, autoridades, professores e alunos, planta a sua árvore cujos cuidados ulteriores serão prestados pelo dono do terreno, segundo as prescrições do Código..."

A DEVASTAÇÃO DE NOSSAS MATAS

Providência do Sr. Presidente da República

O Presidente Juscelino Kubitschek enviou, ao Ministro Mário Meneghetti, a seguinte carta:

"Em 1.º de setembro de 1958.

Senhor Ministro de Agricultura:

A devastação de nossas matas está assumindo proporções de verdadeira calamidade nacional. Por toda a parte, em minhas viagens pelo interior do país, tenho observado as graves conseqüências desse desgaste imprevidente de nossas florestas, dilapidadas e empobrecidas em suas riquezas por processos primitivos de exploração, quer para fins industriais, quer para ulterior aproveitamento agrícola.

Nem mesmo os sítios de turismo das adjacências da Capital da República vêm sendo poupados a essa mutilação. Dia a dia se multiplicam as cicatrizes que os desfiguram e que têm origem nas derribadas e queimadas indiscriminadamente feitas.

Urge promover um efetivo entrosamento dos órgãos responsáveis pela conservação do nosso patrimônio vegetal, de modo a evitar dispersão de esforços e a permitir que se coíba, por todos os meios, a ação dos devastadores.

A conservação do sólo, a proteção dos mananciais, a preservação dos microclimas e da regularidade do regime pluviométrico — elementos indispensáveis ao equilíbrio ecológico — exigem a desvelada e persistente defesa do nosso painel florístico, como imperativo superior da economia e do bem-estar da nossa coletividade.

Impõe-se providências que não visem apenas a impedir a dissipação da nossa riqueza florestal, mas igualmente permitam a recomposição das matas devastadas. Com tal objetivo, êsse Ministério deverá instituir, imediatamente, um Grupo de Trabalho, que formule um plano de ação pronta e eficaz.

Tal plano deverá estar ultimado antes de 21 do corrente, dia consagrado à Árvore, a fim de que possamos iniciar, nesse ensejo, a execução de amplo programa de reflorestamento e defesa do nosso patrimônio florestal".

"SELEÇÕES AGRÍCOLAS"

REVISTA MENSAL

Direção: **Eurico Santos — Sylvio Leal — M. Nunes**

Assinatura anual Cr\$ 100,00
Número avulso Cr\$ 10,00

Avenida Nilo Peçanha, 26-12.º — Tel.: 32-6163 — Rio de Janeiro — Brasil



Jeep[®] WILLYS

TRAÇÃO NAS 4 RODAS

a serviço da lavoura
e pecuária

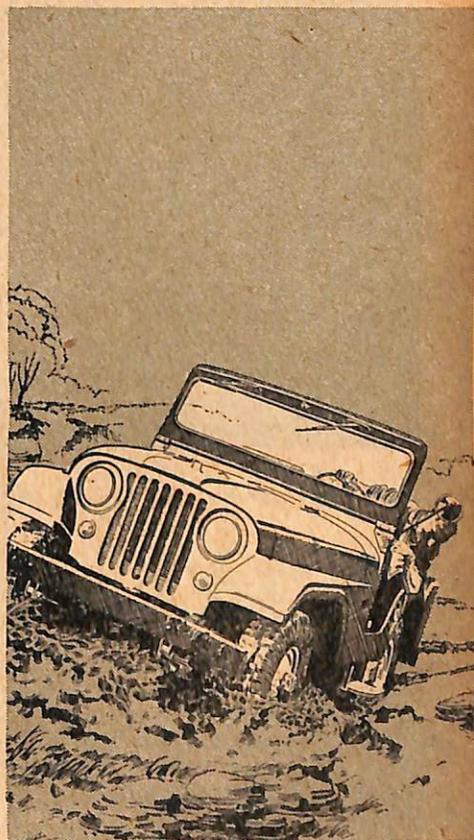
PAGA-SE POR SI MESMO - Proporcionando transporte rápido e seguro, reboque, força móvel e prestando muitos outros serviços, o Jeep-Willys substitui veículos de maior preço, graças à sua incomparável versatilidade.

p. a. nascimento-acar



O PEÃO PARA TODO SERVIÇO - Nenhum veículo é tão prático e útil na fazenda, para o transporte de pessoas e carga. Ele vai a qualquer lugar, puxa carrêtas, aciona motores, opera implementos. É o braço direito do fazendeiro e do criador.

PASSA ONDE OUTROS FICAM - Em boas e más estradas e onde não há estradas, o Jeep-Willys segue em frente, haja sol, chuva, lama, barro ou areião. É um veículo em que V. pode confiar, para as mais rudes tarefas.



WILLYS-OVERLAND DO BRASIL S. A.

Somente Willys fabrica o veículo autorizado a usar a marca Jeep[®] "Se não é Willys, não é Jeep"
Fabrica: São Bernardo do Campo - Estado de São Paulo • Concessionários em todo o país.

O VALE DO SÃO FRANCISCO AOS POUÇOS SE TRANSFORMA EM VALE DA PROMISSÃO

AUMENTO DE CULTURAS EXISTENTES E INTRODUÇÃO DE NOVAS CULTURAS — A C.V.S.F. RACIONALIZA A AGRICULTURA — PROBLEMAS DE ESCOAMENTO DA PRODUÇÃO



Uma das grandes planícies do Vale do São Francisco onde se cultiva a cebola em larga escala

Dos órgãos do Governo, a Comissão do Vale do São Francisco é o que se acha mais integrada no plano da produção.

Visando evitar o êxodo de grupos populacionais da região, seu programa visou criar condições de trabalho e de vida para os sãofranciscanos. Assim é que, além das estradas, campos de aviação, que facilitam hoje os contactos com os diversos centros do Vale, a Comissão fornece aos agricultores todo o material ne-

cessário para o preparo da terra, através de patrulhas motomecanizadas promove a irrigação das áreas de plantio, dá sementes selecionadas e assiste, por técnicos, desde o início da plantação até a colheita dos produtos.

Esse programa que vem sendo executado racionalmente há pouco mais de dois anos já oferece os melhores resultados.

O Vale do Rio São Francisco tem sido o pesadelo de muitos governantes. Região

de paradoxos, em que a pobreza humana anda de braços dados com a riqueza potencial do solo, à espera de água para florescer e frutificar generosamente.

Aos poucos, no entanto, o Vale do São Francisco se transforma de zona de repulsão demográfica em zona de atração. É a esperança que surge, é a água que já está sendo conduzida para irrigar as margens do rio, é a racionalização da agricultura, sua diversificação, e o Vale começa a ser

apontado como uma das regiões da Promissão para milhares de brasileiros.

CULTURAS JA' EXISTENTES

Há muitos anos é cultivado, em pequena escala, no Vale, o milho, o algodão e o feijão. Desde 1953 a Comissão do Vale do São Francisco instalou patrulhas motomecanizadas, e podemos verificar no quadro o sensível aumento da produção, dê-se ano em diante. As patrulhas motomecanizadas não só possibilitaram a irrigação de terras às margens do rio, como desempenharam papel educativo, ensinando a melhor forma de trabalhar a terra e fazê-la produzir.



Aspecto de uma colheita de cebolas no Vale do São Francisco

CULTURA DE ARROZ

O arroz cultivado no Vale, além de pouco, era de ruim qualidade. Predominavam o *vermelho* e o *chatinho*, que não alcançavam boa cotação comercial e as culturas de arroz agulha e agulhado eram pouco expressivas. Impunham-se a

mecanocultura e a introdução de variedades nobres. As áreas do Baixo S. Francisco estavam infestadas de sementes do chamado arroz vermelho, cuja eliminação era imperiosa. A C. V. S. F., em 1955, instalou duas Residências Agrícolas, uma

em Propriá, outra em Penedo, as quais passaram a assistir os rizicultores da região, no tocante à mecanização e à defesa das culturas.

Em 1956, a Comissão distribuiu cerca de duas mil sacas de sementes das variedades Iguape, Agulha, Dourado Agulha e Skirimangoti. No ano seguinte, mais 2.000 sacas de sementes das mesmas variedades foram distribuídas. Mas não só quanto à qualidade, prestou-se assistência ao rizicultor. Fêz-se a drenagem e recuperação de extensas áreas, incrementou-se a irrigação e melhorou-se a trilhagem utilizando meios mecânicos.

Para benefício do arroz, foram instaladas quatro usinas, duas em Alagoas e duas em Sergipe. Está em construção uma quinta usina no município de Traipu, em Alagoas. Em consequência de tais medidas as áreas cultivadas cresceram extraordinariamente. De ... 10.708 hectares, em 1955 -- (Estados de Alagoas e Sergipe), -- atingiu a 12.704, em 1956 e 14.227, em 1957.



Uma outra cultura que se vem desenvolvendo no Vale do Francisco é a do alho.

Paralelamente, cresceu a produção (ver quadro), a qual é calculada em cerca de 800.000 sacas, para o ano corrente.

CULTURA DE CEBOLAS

A cultura de cebolas, no Vale do São Francisco, foi introduzida em larga escala a partir de 1955. Nesse ano a produção foi de 6.700 toneladas, número que se elevou para 20.900 toneladas (ver quadro). Esse tremendo aumento da produção, devido ao afluxo de nordestinos, inundou os mercados do Sul, forçando a baixa da cebola e trazendo problemas de escoamento. Foi necessário reduzir a produção que, em 1957, caiu para ... 5.800 toneladas. A Comissão continua sua obra de racionalizar a agricultura, aumentando o número de patrulhas motomecanizadas, fornecendo sementes, assistência ao agricultor, enfim. As cebolas do Vale são vendidas nos Estados do Ceará, Pernambuco, Alagoas, Sergipe, Bahia, e no Sul do País.

PROBLEMAS DE ESCOAMENTO

No quadro geral da produção, o grande problema que deve ser resolvido, o quanto antes, é o do escoamento. O transporte dos produtos, arroz e cebola, é feito através da navegação fluvial (o de frete mais barato, mas muito lento), da estrada de ferro e das rodovias. Agora, com a produção crescendo animadamente, tem-se lançado mão inclusive, da navegação marítima. Infelizmente, o Lloyd Brasileiro dispõe apenas de um navio, o "Bocaias de um navio, o "Bocaias", que toca no porto de Penedo, para receber a produção que vai para o sul do País. No último trimestre de 1957, o problema foi particularmente difícil, embotando o Lloyd tenha procura-

do atender, de qualquer maneira, ao imperativo do escoamento, fazendo maior número de viagens. No ano corrente, a safra de arroz é bem maior do que a do ano passado, pois está prevista para perto de 800.000 sacas, o que torna o problema alarmante. No caso da cebola, acresce ainda o problema da conservação do produto, o que exige um escoamento muito mais rápido.

Há necessidade de providências firmes e seguras para que a florescente agricultura do Vale do S. Francisco não fique desencorajada pela falta de meios para levar o produto aos centros consumidores. Tanto o Lloyd Brasileiro como as ferrovias devem aparelhar-se, o quanto antes, para prestar esse grande serviço à economia nacional.

PRODUÇÃO DO VALE DO SÃO FRANCISCO

ANOS	* MILHO sacos	* FEIJÃO sacos	* ALGODÃO arrôbas	CEBOLAS tons.	**** ARROZ sacos
1950	15.000	6.000	4.000	—	—
1951	12.000	3.600	4.000	—	—
1952	15.500	3.000	53.300	—	—
**					
1953	80.000	20.000	106.600	—	—
1954	130.000	8.000	213.000	—	—
1955	180.000	60.000	150.000	6.700	283.720
1956	142.000	130.000	280.000	20.900	423.623

1957	138.000	123.000	—	5.800	543.358

* Produção de Irecê — Bahia.

** Ano em que se iniciou a ação das patrulhas motomecanizadas.

*** Dados incompletos.

**** Produção dos Estados de Alagoas e Sergipe (Baixo São Francisco). Dados fornecidos pela Comissão do Vale do São Francisco.



CULTURA DO ARROZ

Com sementes selecionadas e assistência técnica o baixo São Francisco está produzindo ARROZ da mais alta qualidade.

MERECE A PREFERENCIA DO CONSUMIDOR

Quando se comparam as características físico-químicas, a carne de aves supera em muito a de outras espécies.

As fibras musculares das aves são mais finas que a dos mamíferos e apresentam grande uniformidade entre si, com escasso tecido interfascicular e pouca gordura de infiltração. Esta estrutura da carne explica a sua melhor digestibilidade e a perfeita assimilação de seus elementos nutritivos. O próprio rendimento culinário é

maior, pêso a pêso, pois em um quilo de carne de bovino, suíno, ovino ou caprino, existe percentagem de tecidos de ligação e proteção, os quais são desperdiçados no complicado mecanismo da digestão. Quanto às características químicas, a carne de aves também apresenta vantagens: sua gordura é mais nutritiva, enquanto suas proteínas apresentam moléculas menos complexas, do que resulta, na cocção, maior liberação de matérias nitrogenadas e maior e real aproveitamento das proteínas.

As carnes de aves têm todas as condições para merecer a preferência dos consumidores. Não é, ao contrário do que muita gente julga, um alimento próprio para doentes, os quais, realmente, se beneficiam mais com a carne de aves do que com a carne dos mamíferos. Todos, porém, podem aproveitar suas excelentes virtudes e qualidades, introduzindo o hábito de substituir, algumas vezes por semana, as carnes vermelhas por este ótimo alimento que é a carne de aves.

FATOR BÁSICO PARA O PROBLEMA DA AVICULTURA

Já está esquecido, em países de estrutura agrária bem organizado, aquele conceito de que a avicultura é uma atividade subsidiária de outras da exploração agro-pastoril. Alimento de grande valor nutritivo, fonte insubstituível, em certos aspectos, das cotas protéicas necessárias à alimentação normal, o ôvo é um produto de cotação internacional, e o aumento de sua produção preocupa todos os países que têm problemas de subsistência a resolver. Para a sua produção em larga escala não bastam as galinhas, pulverizadas em plantéis mal alimentados. Há muita gente que acredita ser suficiente introduzir novas linhagens de raças poedeiras para dobrar a produtividade do galinhame nacional. Aí está um erro de consequências graves, se não cogitarmos de obter rações rigorosamente balanceadas. Galinhas de boa raça produzirão tanto quanto as nossas "crioulas" se forem submetidas ao mesmo regime alimentar em que estas vivem. Não se iludam os avicultores: sem o fornecimento de rações perfeitas, tecnicamente balanceadas, a produção dos nossos plantéis será sempre de resultados precários.

SR. AVICULTOR :

Obtenha maiores lucros com

ROVA - 10

— Suplemento para rações à base de **Rovamicina** — o mais moderno antibiótico de largo espectro.

ROVA - 10 custa menos e ainda aumenta mais o pêso e a postura

ROVA - 10 rende mais: 1 kg dá para 2 toneladas de ração

ROVA - 10 respeita a flora intestinal útil

ROVA - 10 é um produto de qualidade **RHODIA**

... e lembre-se :

Qualidade também é Economia !

PEÇA FOLHETOS E INFORMAÇÕES A

Companhia Química Rhodia Brasileira

Agência do Rio de Janeiro

AV. PRESIDENTE VARGAS, 309-5.º ANDAR — TEL. 52-9955

CAIXA POSTAL 904

RIO DE JANEIRO — DF



A marca de confiança

TAMBÉM A SERVIÇO DA PECUÁRIA

À CLASSE RURAL

TEMAS E SUGESTÕES

ARRUDA CAMARA

— CLI —

O ÓLEO DE CAJU E A LEPRO

O conhecido químico e cientista cearense Professor JOAQUIM JUAREZ FURTADO, estudando as propriedades antilepróticas do óleo da amêndoa de caju, chegou a resultados que consideramos muito animadores.

Em erudita palestra levada a efeito no Instituto do Nordeste (Sessão Extraordinária de 18-5-1949) deu Juarez Furtado conhecimento dos resultados de seus estudos.

É o óleo da amêndoa de caju superior ao óleo de "chamoolgra" e de sapucaia.

— CLII —

MIRITIZAIS

"Nos vales em torno, belos miritizais, linhas de pestanas de rios e igarapés, assim como capões de mata".

A. J. de Sampaio — A FLORA DO RIO CUMINÁ (—ARCHIVOS DO MUSEU NACIONAL — Vol. XXXV — 1938).

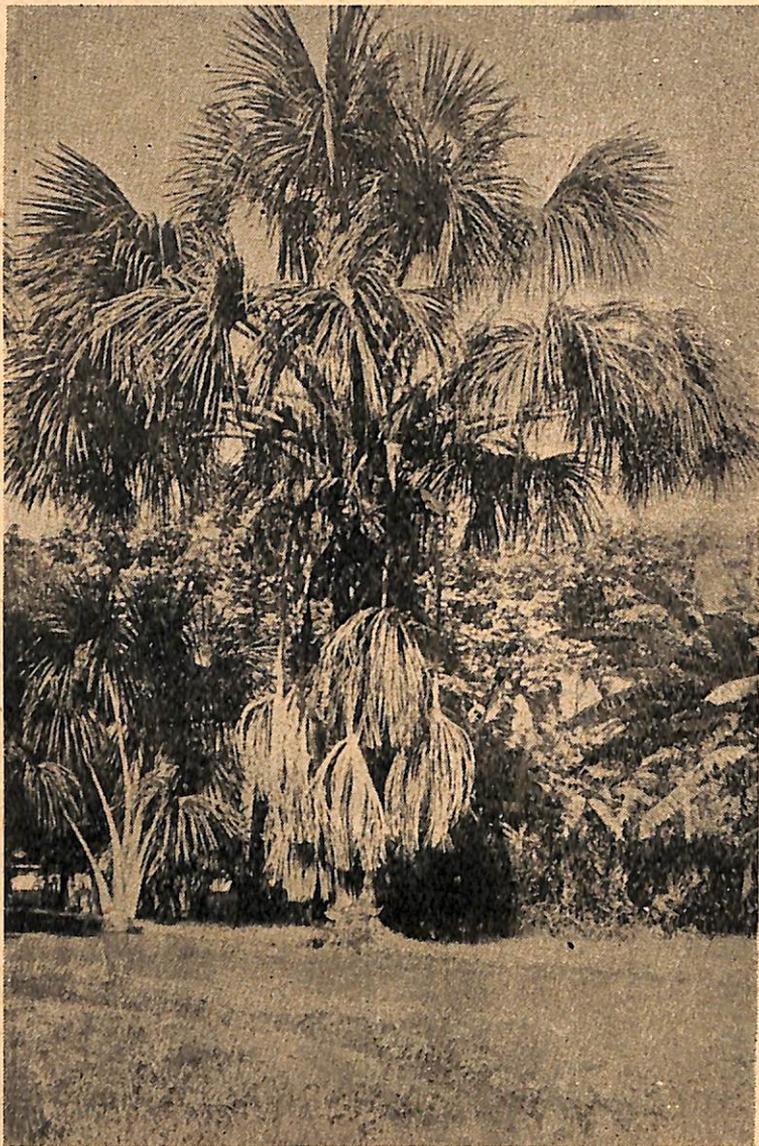
Dá-se o nome de miritizal, na Amazônia, a associação da palmeira *Mauritia flexuosa* L. vulgarmente denominada miriti, moriche, murichi e itá na Região Norte, e, buriti do brejo, na Região Sul.

Vegetam os miritizais em terras úmidas, pantanosas, seja pelo transbordo dos cursos d'água, seja pela depressão do terreno.

Observa o ilustre geólogo Prof. Avelino Inácio de Oliveira, citado pelo Prof. A. J. Sampaio, que há a considerar, nas baixadas onde se desenvolvem os miritizais, não somente o fator umidade, mas, também, a presença de terra preta ou cumulose carregada de humo a um tempo aluvial, coluvial e eluvial sobre um sub-sólo de tabatinga (campos do Cuminá e do Rio Branco).

É a *Mauritia flexuosa* L. considerada uma das mais belas palmeiras americanas que predomina, sobretudo, na Amazônia (margens dos rios Ne-

A maturação dos frutos do miriti — enormes cachos de "côcos" castanho-avermelhados, lustrosos, de 4 a 6 centímetros de diâmetro — é aguardada, com ansiedade, pelos indígenas. Celebram, eles, nessa época (fevereiro a julho), suas melhores festas, inclusive casamentos. Há, então, mais recursos, sobretudo, alimentícios.



MIRITI ou buriti do brejo, — *Mauritia flexuosa* L., segundo ilustração de M. Pio Corrêa no DICIONÁRIO DAS PLANTAS ÚTEIS DO BRASIL.

gro, Branco, Cuminá, etc.), e nos "aguajales" do Peru, Colômbia, Venezuela e Guianas.

O pólpa do fruto é adocicada, comestível e apreciada como doce. Dissolvida em água

dá bebida refrescante e, após fermentação, fornece substancioso e apreciado vinho. Ainda da polpa extraem 8 a 9% de óleo alimentar de coloração vermelha, índice de saponificação 246, índice de iodo 25 e ponto de solidificação 17. Da amêndoa, muito dura, extraem, pelos dissolventes, 4,86% de óleo amarelo-claro e, também, alimentício.

Da seiva — retirada da espata, ou, do espique — preparam bebida vinosa, fermentável, de sabor adocicado.

Ainda na alimentação utilizam, extraída da medula, a apreciada "ipurana", substância amilácea considerada nutritivo e saboroso sagum.

As folhas servem para coberturas e fornecem fibras largamente empregadas na confecção de esteiras, cordoalha, rédes, chapéus e várias outras obras trançadas delicadíssimas sobretudo quando as fibras são extraídas de folhas novas.

Dos talos e das nervuras fazem rôlhas, e outros artefatos e da amêndoa, muito dura, botões e obras de torno.

Do espique, escavado, desdobrado ou lascado, fazem canoas, pranchões e ripas, êstes de largo emprêgo nas construções.

— CLIII —

BITOLA LARGA

Devemos aproveitar a lufada da construção de BRASÍLIA, com tôda a sua lufa-lufa, para estabelecermos a unificação das bitolas ferroviárias.

É um imperativo de unidade nacional.

Será, sem dúvida, meio seguro de compensar, a largo praso, os esforços dispendidos e de fortalecer a economia brasileira.

— CLIV —

TRANSFERENCIA DA CAPITAL DO BRASIL

Não há razão e nem motivos que justifiquem receios pelo destino do Rio de Janeiro em face da mudança da capital para Brasília.

O problema político-social reajustar-se-á. E o problema do abastecimento não será

atingido e, sim, antes melhorado.

O Rio de Janeiro, pelo esplendor de seu comércio e desenvolvimento de sua indústria, não será uma cidade somente de consumidores e os Estados continuarão, não obstante, a necessitar de seu amplo e ávido mercado distribuidor.

— CLV —

A LUFADA

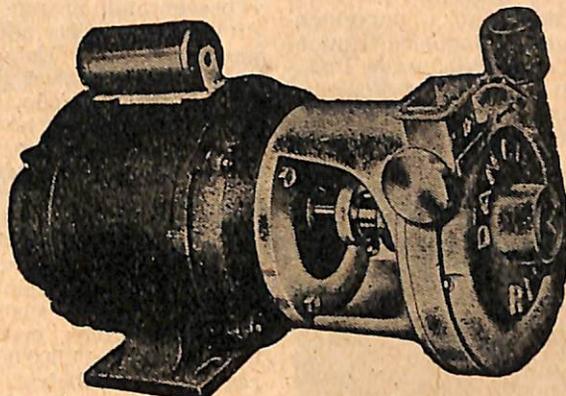
Mato Grosso é a província hidrológica onde a lufada se reveste de maior importância e assume proporções, de interesse geral, entre a população ribeirinha.

Coube ao Dr. GABRIEL PINTO DE ARRUDA descrever, com requintes de detalhes (UM TRÊCHO DO OESTE — SÃO LUIS DE CACERES

BOMBAS HIDRÁULICAS

DANCOR

INDÚSTRIA BRASILEIRA



Inoxidáveis — Garantidas
CENTRÍFUGAS

- Com motores elétricos monofásicos de ¼ a 1 H.P. trifásicos de 0,75 a 5 H.P.
- Com motores a gasolina alta pressão de 1. ½ a 5. ½ H.P. auto-aspirante de 1. ¼ H.P.

A VENDA NAS BOAS CASAS

Fabricadas e garantidas pela

MECANICA INDUSTRIAL DANCOR LTDA.

Caixa Postal, 5.090 - End. Teleg. "Dancor" - Rio de Janeiro

— MATO GROSSO — 1938) um dos mais belos aspectos da paisagem fluvial na época das piracemas em que se observa animado cortêjo de aves aquáticas e outros animais ictiófagos acompanhando a migração dos peixes em demanda das cabeceiras dos cursos d'água onde desovam. Formam-se numerosos cardumes, ordinariamente precedidos dos peixes menores (lambaris, sardinhas, sauás, patacas, piquiras e outros) de permeio, não raramente, com os peixes maiores, principalmente dourados, velozes e vorazes.

É a lufada, para o morador de beira-rio, período de abastança e fartura. Quando as águas dão sinal de baixa e acentuam-se as vasantes nos pantanais e outros pontos inundados, procuram os peixes, tanto os grandes como os pequenos, o leito dos rios dan-

do início, no momento próprio, a migração de retorno, sempre perseguidos pelas aves aquáticas, lontras, ariranhas e jacarés.

— CLVI —

PEIXAMENTO DAS ÁGUAS BAIANAS

O Serviço de Piscicultura do D.N.O.C.S. iniciou, em abril do corrente ano, o peixamento do açude Jacurici, Itauba, Estado da Bahia, onde instalará um pôsto de piscicultura com capacidade para atender 33% da zona sêca do Estado.



Sede da Associação Rural de Ingá — Estado da Paraíba. (Gentileza do Presidente Severino Alves da Rocha).

— CLVII —

PARCIAL A GRANDE SÊCA

Não foi, felizmente, geral, como ameaçara, a sêca no Nordeste. Em certos municípios da caatinga e do agreste as chuvas demoraram, mas, afinal, chegaram trazendo abundância e tranqüilidade. Esse o caso do meu município natal: — Ingá, Paraíba. Os gêneros a preços proibitivos, entretanto, foi a situação modificada, informando o Professor Severino Alves da Rocha, presidente da Associação Rural, em carta datada de 20 de julho de 1958:

“A situação relativa aos gêneros alimentícios já se modificou. Um quilo de tomate que há pouco mais de um mês custava Cr\$ 50,00, ontem na feira, se vendia Cr\$ 4,00. O feijão do pobre, baixou de Cr\$ 16,00 para Cr\$ 6,00. Milho verde já ninguém compra. Só a carne de porco, subiu ainda mais, sendo comprada ontem a Cr\$ 48,00.

— CLVIII —

ÁREA DOS CARNAUBAIS

Teve o engenheiro agrônomo Esmerino Parente, diretor do Departamento de Expansão Econômica do Ceará, a gentileza de chamar nossa atenção:

— “Desejo lembrar-lhe que a carnaubeira nos dá o produto de maior valor econômico, representando grande fonte de divisas — a Cêra, que é exportada para os Estados Unidos, diversos países da Europa, Austrália, Japão, etc. Procedi, ultimamente, ao levantamento da área de ocorrência dessa preciosa palmácea, que ocupa no Ceará cêra de 500.000 hectares. A produção anual é de 5.500.000 de quilos de cêra dos diversos tipos. Baseado na produção do Ceará, e, tendo em vista a dos outros Estados, creio que o Brasil possui 11.500.000 hectares de carnaubeiras, assim distribuídos: — Piauí, 600.000; Ceará, 500.000; Rio Grande do Norte, 200.000; Bahia, 60.000; Paraíba, 50.000 e outros Estados, 90.000.

— CLIX —

REZAS, BENZEÇÕES E “GARRAFADAS” — CURANDEIROS E FEITICEIROS

Traíndo leitura apressada de Getúlio César “CRENDI

CES DO NORDESTE” (Edições Pongetti — 1941) e Francisco de Assis Iglésias “CATINGAS E CHAPADÕES” (Vol. 271 — Brasileira), escreve pessoa do interior nordestino perguntando o que pensamos das “rezas e benzeções”.

— Em atenção ao leitor responderemos com seriedade e franqueza.

Entendemos de bom aviso não combatê-las e nem, também, aos benzedores bem intencionados.

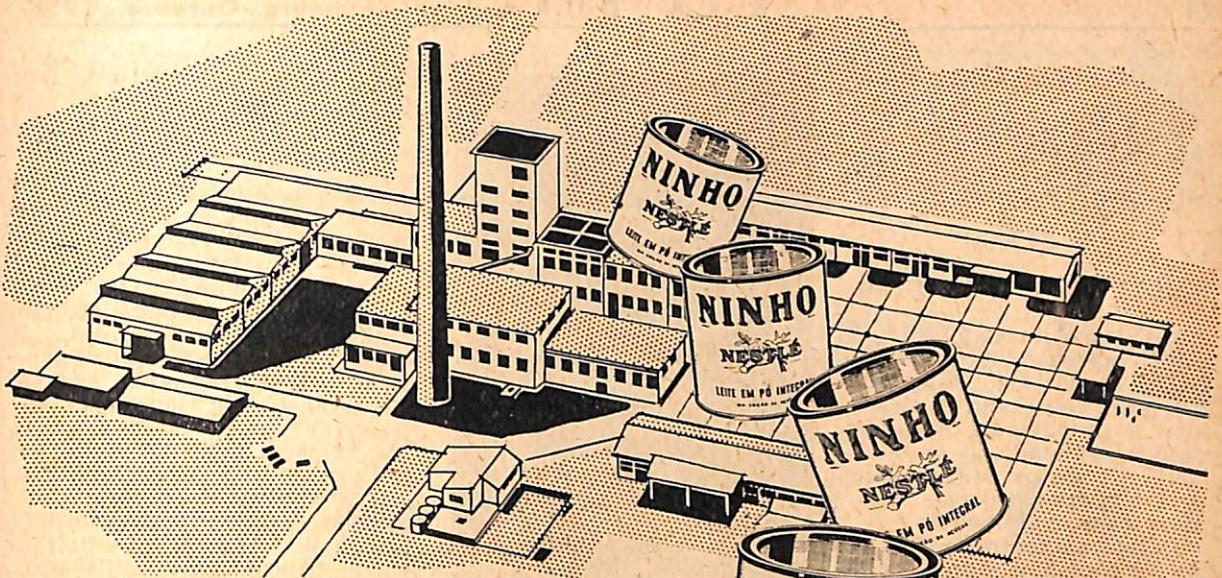
Orações “fortes”, palavras místicas, sinais cabalísticos, não causam danos, antes tranqüilizam o espírito das pessoas crédulas. Não dispensam, entretanto, — digamos com tôdas as letras, alto e bom som —, o emprêgo, simultâneo, do tratamento recomendável, seja êle preventivo ou curativo.

Daí, sem que isso implique contradição, aconselhar o uso de inseticidas e fungicidas quando recomendados pelos fitossanitaristas para o tratamento das plantas cultivadas e seus produtos; dos medicamentos, produtos e tratamentos indicados pelos veterinários para a criação; dos conselhos de higiene, de dieta alimentar e do tratamento da saúde do homem rural, conforme as instruções dos médicos.

Precauções exigem as garrafadas e meisinhas prepara-



Será pelas BIBLIOTECAS e ESCOLAS RURAIS que as associações de classe influirão no esclarecimento da população do campo e no combate à crendice. Fotografia da inauguração da BIBLIOTECA RURAL “DR. DIOGENES CALDAS”. O amplo salão foi pequeno para a assistência. (Gentileza do Presidente da Associação Rural de Ingá — Paraíba, Prof. Severino Alves da Rocha).



NESTLÉ:

**símbolo
de confiança!**

Desde 1921, o nome **Nestlé** se constitui em símbolo de confiança. É um tradicional conceito mantido pela qualidade e pureza de seus produtos, rigorosamente tratados por modernos processos técnico-científicos.

Acrescente-se, ainda, o apreciável desenvolvimento que a Nestlé imprime a grande número de indústrias a ela ligadas; ao notável empenho de construir novas fábricas - a de **Três Corações** recentemente inaugurada - para atender ao enorme consumo atual de leite em pó, num esforço que elimina, de vez, o dispêndio de divisas com a sua importação.



**COMPANHIA INDUSTRIAL E COMERCIAL
BRASILEIRA DE PRODUTOS ALIMENTARES**



das e receitas pelos "curandeiros".

Pelos danos que podem causar, ou causam, à saúde, embora inconscientemente, opinio pelas restrições aos feiticeiros.

— CLX —

CULTURA DO CAJUEIRO

A cultura do Cajueiro e a industrialização de seus produtos, alcançaram, nestes últimos anos, sobretudo no Ceará, onde a propaganda feita, foi melhor orientada, — interessando os meios oficiais, técnicos e particulares —, apreciável desenvolvimento.

O Departamento de Expansão Econômica do Ceará (D.E.E.C.), dirigido pelo engenheiro agrônomo Esmerino Parente, orienta, com segurança, a ação oficial, realizando observações e estudos indispensáveis no Campo Experimental de Pacajús, município situado na zona de transição.

O levantamento do número de cajueiros existentes no Estado do Ceará procedido em 1956/1957 pelos funcionários do D.E.E.C. que estavam em contato com autoridades nos municípios, proprietários de sítios e de pequenas fábricas, industriais e, também, dos vendedores de castanha, apu-



Cajueiro precóce, com 3 anos, em plena frutificação. Campo Experimental de Pacajús — Ceará. (Gentileza do Dr. Esmerino Parente).

rou a existência de 2.980.000 pés de caju ocupando cerca de 120.000 hectares. O número de cajueiros está assim distribuído: — LITORAL (Zonado), 1.355.000 cajueiros nos municípios de Aracati, 250.000; Aquiraz, 150.000; Acaraú, ...

100.000; Beberibe, 100.000; Cascavel, 70.000; Caucaia, 60.000; Camocim, 280.000; Chaval, ... 25.000; Fortaleza, 50.000; Itapipoca, 120.000; Marco, 30.000; Paracuru, 50.000; São Gonçalo, 30.000 e Trairi, 40.000. — SER-RAS ÚMIDAS (Zona das), ... 465.000 cajueiros nos municípios de Baturité, 20.000; Guaraçaba, 15.000; Itapagé, 80.000; Ibiapina, 25.000; Mulungú, ... 15.000; Meruoca, 180.000; Pacotí, 20.000; São Benedito, 30.000; Tianguá, 20.000; Uruburetama, 20.000; Ubajara, 15.000 e Vico-sa, 25.000. — CHAPADA DO ARARIPE (Zona da), 200.000; — TRANSIÇÃO (Zona de), 770.000 cajueiros nos municípios de Aracoiaba, 40.000; Curú, 10.000; Granja, 280.000; Jaguaruana, 20.000; Maranguape, 60.000; Pacajús, 300.000; Pacatuba, 15.000; Redenção, 20.000 e Santana do Acaraú, 25.000. — SERTÃO (Zona do) 190.000 cajueiros nos municípios de Limoeiro, 15.000; Morada Nova, 20.000; Massapê, 15.000; Quixadá, 10.000; Sobral, 30.000 e outros municípios, com plantações inferiores a dez mil cajueiros, 100.000.

Além de Pacajús, com o maior número de cajueiros, estão entre os grandes produtores, os municípios de Granja, Camocim, Aracati, Meruoca, Aquiraz e Itapipoca.

É grande o interesse e entusiasmo nela cultura. O senhor Pedro Filomeno plantou, nestes últimos anos, cerca de 50.000 pés, na sua propriedade rural, em Pacajús. Muitos outros proprietários rurais têm sítios de 1.000 a 10.000 cajueiros.

O caju (pseudo fruto) e a castanha (fruto) entram, sob várias formas, na alimentação.

Fornece à cosinha e mesa nordestinas alguns de seus esplêndidos sabores.

O suco do caju, rico em vitaminas, é saudável, refrescante e dêle, além da **cajuada** e **sorvetes**, fabricam a afamada **cajuina**, **vinho** e **licôres**.

A fruta é objeto de largo consumo familiar, — em natureza ou em doces —, de feitura doméstica ou industrial. Do bagaço resultante da extração do suco preparam, levando-o ao sol para secá-lo e ao



Vários cajueiros impropriamente denominados de "seis meses". É variedade precóce que frutifica de oito a 10 meses. Porte médio e muito esgalhado. (Gentileza do Eng.º agrônomo Esmerino Parente, diretor do D.E.E.C.)

(Continua na pág. 48)

S/A I.R.F.M.



Inseticidas

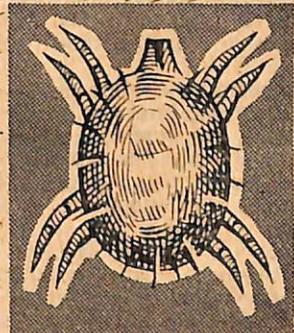
SALVAÇÃO
E BHC



BRÓCAS



PERCEVEJOS



ÁCAROS

use contra

*no algodoeiro
e no cafeeiro*

ASSUMIU O CARGO DE PRESIDENTE DO I. B. C. O SR. RENATO DA COSTA LIMA

DINAMIZAR O COMÉRCIO E DAR VELOCIDADE ÀS EXPORTAÇÕES DE CAFÉ — EXECUÇÃO IMEDIATA DAS MEDIDAS JÁ APROVADAS DO ESQUEMA CAFFEEIRO — O DISCURSO DO SR. RENATO DA COSTA LIMA

Realizou-se na Sede do I.B.C. solenidade de transmissão do cargo de presidente da autarquia. Estiveram presentes, além de diretores da Casa e do funcionalismo, o Sr. Sebastião Pais de Almeida, presidente do Banco do Brasil, o sr. Henrique Loureiro Junior, representante do Ministro da Justiça, o sr. Rui Gomes de Almeida, presidente da Associação Comercial do Rio de Janeiro, o sr. Arnaldo Setti, presidente da Junta Administrativa, todos os membros da mesma Junta e elementos de destaque no comércio e na indústria do café.

O sr. Renato da Costa Lima pronunciou as seguintes palavras:

Ao receber das mãos do sr. Paulo Guzzo a Presidência do Instituto Brasileiro do Café, cabe-me preliminarmente agradecer a confiança com que me distinguiu Sua Excia., o sr. Dr. Juscelino Kubitschek, D.D. Presidente da República, honrando-me com a designação do meu nome para o exercício deste cargo.

Devo, como imperativo de justiça, realçar que, durante o longo período em que exerceu as delicadas funções de Presidente desta autarquia, o adiantado cafeicultor que substituiu, tudo fez para vencer as imensas dificuldades da política econômica do nosso principal produto de exportação, infelizmente apenas orientada, até há pouco, por imeditismo cujas consequências ora nos atormentam.

Sua Excia., leal à classe a que pertence, vítima das circunstâncias da atual conjuntura dos negócios do café, criados pelos erros acumulados, deixa o posto de consciência tranquila, por não haver medido esforços nem sacrifícios em prol da prosperidade e bem estar de seus companheiros da lavoura cafeeira. É do conhecimento de todos ser este um momento de graves

dificuldades para a economia cafeeira. O cortêjo de problemas com que se defronta o o café, está a exigir o mais extremo cuidado, tal a importância daquele produto na vida econômico-financeira nacional.

O espectro da superprodução torna cada dia mais pesado o mercado internacional e mais severos os impactos nos preços. O excesso das ofertas mundiais vem obrigando a esforços e estudos prolongados, na tentativa de um congraçamento de interesses dos países produtores, através da fixação de providências tendentes a disciplinar as ofertas e obter uma consequente estabilização de preços.

Internamente, os reflexos da posição internacional do café vêm se fazendo sentir e, infelizmente, têm se agravado nos últimos tempos. Há grandes preocupações sobre o estado de coisas e que chegamos.

Dentro das circunstâncias criadas pela conjuntura mundial, foi concebido o plano de retenção de uma parte da safra do ano corrente, a fim de regularizar a oferta do produto. A complexidade do regulamento de embarques e outras causas originadas da própria essência dessa política que, em linhas gerais, era a realmente reclamada pela situação ocorrente, inegavelmente motivaram um estado de perplexidade na comercialização interna da safra em curso, gerando um mal-estar psicologicamente agravado pelas perspectivas do mercado internacional.

A Lavoura, ao aprovar através dos seus representantes o plano básico estabelecido para o corrente ano mais uma vez demonstrou o seu já tradicional espírito de colaboração com o Governo e de renúncia em favor dos altos interesses nacionais.

Entretanto — força é reconhecer — até agora o esquema adotado não funciona a contento, de forma a produzir resultados

práticos na dinamização comercial do produto que está sendo colhido. Em consequência, o mercado tendeu a estagnar e os negócios de que se têm notícias vêm girando em torno de preços até inferiores às bases de financiamento em vigor no Banco do Brasil. A desconfiança generalizou-se, com graves prejuízos para os produtores de menor resistência, obrigados a desfazer se de suas colheitas a preços aviltados para poderem cumprir compromissos inadiáveis.

Esta situação provocou reação unânime das classes representativas da lavoura cafeeira. A Sociedade Rural Brasileira, a Federação das Associações Rurais dos Estados de São Paulo e a Associação Paulista de Cafeicultores, unidas na apreciação dos fatos decorrentes desta preocupante emergência, substanciaram suas sugestões em um memorial que, prestigiado pelo apêlo do eminente Governador do Estado de S. Paulo em comissão foi entregue em mãos do sr. Presidente da República. Nesse memorial estão lembradas as providências que aquelas entidades de classe julgam condizentes com as reivindicações atuais da Lavoura.

Já a Junta Administrativa deste Instituto havia encaminhado ao Sr. Ministro da Fazenda dois outros memoriais também sugerindo medidas a curto e a longo prazo aconselháveis na emergência. Estes e outros importantes documentos estão em poder do ilustre Sr. Ministro Lucas Lopes, em cuja competência e patriotismo por certo poderá a lavoura cafeeira confiar sem restrições. Segundo afirmativa já feita por Sua Excia., todos os pontos em que objetivamente se fixaram as entidades de classe de São Paulo, estão sendo objeto do mais acurado estudo, para pronta solução.

Descritas assim, em largos e rápidos traços, as condições com que me defronto ao assumir a Presidência desta autarquia, afirmo solenemente que o meu imediato propósito é o de adotar providências capazes de dinamizar o comércio e dar velocidade à exportação, ou seja, em suma, pôr efetivamente desde logo, com urgência, em plena execução, as medidas já oficialmente aprovadas.

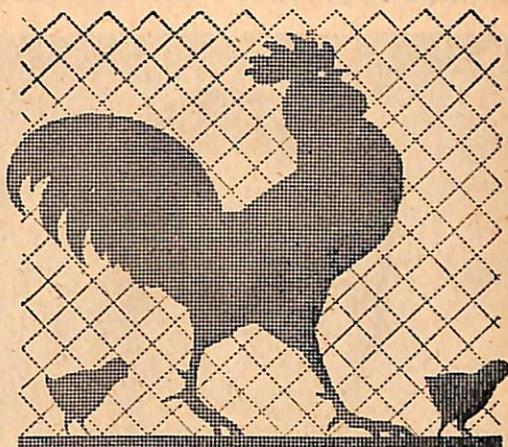
Desburocratizar para exportar!

(Conclui na página 55)

Fabricação de Ração Balanceada Uma Atividade Especializada

A alimentação racional é a base da melhor saúde e crescimento dos pintos, bem como da maior produção de ovos e carne e vitalidade das aves. Hoje, a ciência da nutrição já resolveu o problema da alimentação, permitindo a fabricação de rações balanceadas, tecnicamente perfeitas, específicas para as finalidades da exploração avícola, quer se trate da produção de ovos ou de carne, quer seja a manutenção de plantéis selecionados de reprodutores para a produção de pintos de um dia.

Sendo a fabricação de rações balanceadas uma especialidade técnica, não é aconselhável que o criador, já tão assobado por outros problemas e trabalhos, perca o seu tempo numa atividade que, fatalmente, iria comprometer os resultados econômicos da granja, pois não iria conseguir fabricar uma ração balanceada nem mais "produtiva" nem menos dispendiosa. O criador deve ficar convencido de que é mais racional e técnico adquirir a ração do que tentar fazê-la em sua fazenda ou granja. Por isso mesmo, o avicultor interessado na maior produção do seu galinheiro deve preferir as rações balanceadas para a sua criação, escolhendo as fábricas produ-



avevita

rações balanceadas e prensadas

Moinho
Fluminense S.A.
Fundado em 1889

Rio: Rua Uruguiana, 118 - Loja - C. P. 1350 - Tel. 43-3906
S. Paulo: Rua Boa Vista, 314 - 4.º - C. P. 260 - Tel. 33-3164
Belo Horizonte: Av. dos Andradas, 841 - C. P. 143 • 463

UM FILTRO AFAMADO NO
MUNDO INTEIRO

Água rigorosamente pura



Com 2, 3 e 4 velas
Fabricadas pelo

Processo Esterilizante
SENU

Informações: FABRICA — Rua Figueira, 237

toras que possam oferecer garantias de perfeita manipulação e escrupulosa mistura dos ingredientes básicos.

Melhores os produtos de estabelecimentos inspecionados

A primeira condição para que a carne de consumo, especialmente de aves, seja realmente um produto ou alimento nutritivo, é a de provir de animais sadios. Outra condição importante é a de que os animais abatidos tenham tido um jejum prévio de 24 horas. O aparelho digestivo em trabalho (caso de abate de animais em jejum) acarreta possibilidade de invasão do organismo pelos germes existentes nos intestinos. Os trabalhos da digestão facilitam a penetração de tais germes e se o abate for feito durante uma fase de penetração há toda possibilidade da ocorrência. Por isto mesmo é que a legislação veterinária do País exige que os animais sejam conservados em jejum, nos matadouros, abatedouros ou postos de matança, pelo menos durante as 24 horas antecedentes ao abate. Dificilmente os particulares que fazem abate de aves e pequenos animais em casa seguem esta prática, desconhecendo suas vantagens. As vezes,

(Continua na pág. seguinte)

Pavilhão ARTHUR TORRES FILHO



O Sr. Luiz Marques Poliano, Secretário Geral da Sociedade Nacional de Agricultura, apresentou na sessão de 27 de julho, presidida pelo 2.º Vice-Presidente Dr. Edgard Teixeira Leite, a indicação abaixo transcrita, que mereceu aprovação por unanimidade.

INDICAÇÃO

A Diretoria:

Pelos seus relevantes serviços à Escola de Horticultura "Wenceslau Bello" e à S. N. A., estão homenageados, há muitos anos, os presidentes Wenceslau Bello Simões Lopes e Miguel Calmon. O primeiro, como patrono da Escola e os dois últimos, com os seus nomes, perpetuados nos dois pavilhões daquele estabelecimento.

As recentes obras realizadas na Escola, em vias de conclusão, transformaram o antigo pavilhão de indústrias rurais, em um edifício que não desmerece, na sua aparência, e possível destino que venha ter na Escola, do conjunto de construções principais do estabelecimento.

Nestas condições, venho propor à Diretoria que se dê ao dito edifício a designação de Pavilhão Arthur Torres Filho.

Não preciso justificar aqui, a homenagem proposta porque todos sabemos os serviços que o nosso Presidente tem prestado e continua prestar à Sociedade e àquela Escola.

Aproveitando o ensêjo, sugiro que as duas salas principais dêse novo pavilhão se dêem os nomes de Aristides Caire e Paulino Cavalcante, primeiro e segundo diretores daquele estabelecimento, ainda com o nome de Hôrto da Penha e Aprendizado Agrícola da Penha.

Lembro também que os nomes de Moura Brasil, segundo Presidente da Sociedade e que foi quem recebeu do Ministro Severino Vieira, a título precário, a antiga Estação Anti-Filoxérica do Ministério de Viação e Obras Públicas, na antiga Fazenda Grande, Lauro Müller, que fez grandes reformas no estabelecimento, Lyra Castro e Arruda Câmara tenham igualmente seus nomes designando salas nos dois outros pavilhões.

É possível que outros nomes possam ser contemplados como, Benedito Raimundo, Vitor Leivas, com idêntica homenagem.

Devo informar que já tomei providências para a mudança da herma do Presidente Perpétuo da Sociedade, Miguel Calmon, do lugar onde se encontrava, para a entrada do pavilhão que tem o seu nome, bem assim, pedi o orçamento para a feitura de um pedestal que receberia o busto em bronze do Presidente Simões Lopes, o qual irá ocupar o lugar da herma do Presidente Calmon, em frente ao portão principal do Pavilhão Simões Lopes.

(a) Luiz Marques Poliano
Secretário Geral

(Conclusão da página anterior)

podem chegar ao absurdo de alimentar profusamente os animais na véspera do abate, sujeitando-se, assim, ao perigo de itoxicações leves, às quais, em geral, não atribuem, evidentemente, à qualidade da carne consumida e obtida em casa. O jejum e o repouso dos animais de abate (24 horas no mínimo) são fatores de boa qualidade das carnes de consumo, particularmente das de aves. A melhor garantia, portanto, que o consumidor pode ter sobre a qualidade da carne ingerida é a de que esta seja precedente de matadouro, abatedouro ou pôsto de matança de aves; enfim, de estabelecimento sujeito à inspeção veterinária.

obras com cimento MAUÁ



O Conjunto Residencial dos Jornalistas, recentemente construído no Leblon, sem dúvida muito contribuirá para a beleza arquitetônica da nossa Capital. Construído com o cimento Portland "MAUÁ" tem assegurada a sua solidez e durabilidade.



O cimento "Mauá" supera as especificações exigidas para cimento Portland no mundo inteiro.



COMPANHIA NACIONAL DE CIMENTO PORTLAND
Rio de Janeiro

INFORMAÇÕES ÚTEIS PARA OS CRIADORES DE BOVINOS

O SABUGO DE MILHO PODE SER USADO COMO ALIMENTO?

COMO ALIMENTAR O GADO LEITEIRO DE EXPOSIÇÃO E ALTA PRODUÇÃO?

Empregar a ração SANTA HELENA LEITEIRO EXPOSIÇÃO 21% BOVI-4 e o CONCENTRADO DE PROTEÍNAS 35% BOVI-1 de acôrdo com a tabela da Estação Experi-

HÁ VANTAGEM EM FORNECER MELAÇO AOS ANIMAIS?

Sendo o melaço um carboidrato, seu preço tem de ser comparado ao do milho para ser conhecido o valor real sob o ponto de vista alimentício. Em geral é bem mais caro que o milho, pois tem uma quantidade elevada de água (50%). Seu valor principal é

Sendo praticamente celulose pura, seu valor alimentício é muito baixo. Os ruminantes devido a particularidade de seus aparelhos digestivos conseguem digerir em parte o sabugo, donde é possível fazer uma ração barata usando uma parte de mandioca, três partes de sabugo e uma parte de BOVI-1 CONCENTRADO DE PROTEÍNAS. Esta ração pode ser usada em gado de baixa pro-



Grupo de vacas "Guzerat". Propriedade da Cia. Agro Pastoral Vargem Grande, Itaboraí — E. do Rio.

mental da Universidade de Minnesota. A ração tipo BOVI-4 é composta de ingredientes altamente digestíveis e de ótimo valor biológico. De acôrdo com o exemplo anterior uma vaca de 400 quilos dando dez quilos de leite de 5%, por dia, terá de receber cerca de oito a dez quilos de ração por dia além do pasto bom ou silagem.

como aperitivo, pois, alguns animais comem mais quando o recebem junto com a ração.

QUAL É O VALOR ALIMENTÍCIO DA SILAGEM DE MILHO?

Uma tonelada de silagem normal de milho é equivalente ao valor alimentício de dois sacos de milho e 300 quilos de feno.

dução ou na engorda de novilhos.

QUAL A IMPORTANCIA DO SAL NA ALIMENTAÇÃO DOS BOVINOS?

Os animais que recebem todo o sal que necessitam são mais calmos, comem mais e crescem mais com um menor consumo de alimentos. O melhor sistema é o de cochos

protegidos contra a chuva; o método de blocos não é mau, mas os animais não comem o que precisam devido a ser mais difícil conseguir lambendo numa pedra do que em cristais. Cada cabeça adulta deve receber de 40 a 60 gramas de cloreto de sódio por dia.

QUAL A IMPORTANCIA DAS MISTURAS DE MINERAIS TRAÇOS?

O animal que recebe ração SANTA HELENA está prote-

ficar-se, em primeiro lugar, quais os elementos que contém, em segundo, calcular em que quantidades estão presentes em um quilo da mistura (não deve adquirir se no rótulo não trouxer a análise quali e quantitativa), e, em terceiro, examinar se estão em quantidades normais ou se estão somente para fazer número. Para os criadores que necessitam somente do fósforo e do cálcio aliados ao iodo, cobalto e cobre, usar a MISTURA IODO-CÁLCIO-FOSFATADA COM

zero é possível arraçoa-los com a idade de sete a dez dias em diante e desmamando por completo a partir do segundo mês. Desta maneira consegue-se um grande lucro com a venda do leite, pois, um quilo de ração CRESCIMENTO 21% BOVI-2 substitui três litros de leite. Para isto é preciso acostumar o bezerro a receber a ração misturada com leite em um balde e, após acostumado, deixar mamar o mínimo possível até a desmama. Fornecer bastante

MOINHO SANTA HELENA

RUA ANES DIAS, 21 — SANTÍSSIMO, D. F.



RAÇÕES DE ALTA EFICIÊNCIA

UM ALIMENTO IDEAL PARA CADA FASE DA VIDA DE UM ANIMAL, DE ACÓRDO COM OS PADRÕES DE NUTRIÇÃO DO CONSELHO NACIONAL DE PESQUISAS NORTE-AMERICANO



ESCREVAM PEDINDO CATÁLOGOS

gido contra uma carência dos chamados micro-elementos minerais, mais comumente conhecidos como "minerais traços". Quando não recebe uma ração completa nestes elementos é imprescindível que estes sejam fornecidos, ou misturados ao sal ou junto aos alimentos. Os principais micro-elementos minerais são: boro, bromo, cobalto, cobre, enxofre, ferro, iodo, magnésio, manganês, níquel e zinco. Sempre que o criador adquirir uma mistura mineral deverá certi-

ficar-se, em primeiro lugar, quais os elementos que contém, em segundo, calcular em que quantidades estão presentes em um quilo da mistura (não deve adquirir se no rótulo não trouxer a análise quali e quantitativa), e, em terceiro, examinar se estão em quantidades normais ou se estão somente para fazer número. Para os criadores que necessitam somente do fósforo e do cálcio aliados ao iodo, cobalto e cobre, usar a MISTURA IODO-CÁLCIO-FOSFATADA COM

É POSSÍVEL ALIMENTAR OS BEZERROS COM RAÇÃO E VENDER O LEITE MATERNO?

Sim. Com o sistema SANTA HELENA de criação do be-

zerro é possível arraçoa-los com a idade de sete a dez dias em diante e desmamando por completo a partir do segundo mês. Desta maneira consegue-se um grande lucro com a venda do leite, pois, um quilo de ração CRESCIMENTO 21% BOVI-2 substitui três litros de leite. Para isto é preciso acostumar o bezerro a receber a ração misturada com leite em um balde e, após acostumado, deixar mamar o mínimo possível até a desmama. Fornecer bastante

QUAL A VANTAGEM NO USO DO CONCENTRADO DE PROTEÍNAS?

Em conseguir uma ração altamente efetiva com os ingredientes da fazenda, precisando importar somente um, o concentrado. Sem proteínas bem equilibradas não é possível alta produção de leite ou crescimento.

QUAL A COMPOSIÇÃO MÉDIA DO LEITE ?

Água, 87,2%; gordura, ... 3,8%; carboidratos, 4,8%; proteínas, 3,5%, e minerais, 0,7%. Por aí é fácil ver a razão de uma vaca necessitar algumas vezes mais de cinco litros de água para cada litro de leite produzido.

QUAL É O PADRÃO DE ALIMENTAÇÃO PARA VACAS DESENVOLVIDO NA ESTAÇÃO EXPERIMENTAL DA UNIVERSIDADE DE MINNESOTA ?

Este padrão, muito fácil de ser usado, foi criado pelo Dr. Haecker após muitos anos de experimentação e baseia-se no animal precisar alimentos não só em relação ao peso bruto do mesmo e a quantidade de leite produzida como também em relação a qualidade do leite. Na tabela abaixo são apresentadas as quantidades de nutrientes necessários em relação a percentagem de gordura do leite produzido.

GORDURA NO LEITE	PROTEÍNAS	CARBOHIDRATOS	GORDURA
%	quilos	quilos	quilos
2.5	0.0900	0.277	0.0332
3.0	0.0995	0.440	0.0374
3.5	0.1080	0.485	0.0416
4.0	0.1170	0.525	0.0458
4.5	0.1240	0.580	0.0500
5.0	0.1300	0.625	0.0535
5.5	0.1386	0.666	0.0570
6.0	0.1436	0.708	0.0607
6.5	0.1500	0.752	0.0645

NOTA — De um modo geral, para calcular as necessidades de manutenção de uma vaca, considerar as seguintes percentagens de nutrientes em relação a seu peso: proteína digerível, 0,7%; carboidrato digerível, 0,7%; gordura digerível, 0,01%.

Segundo este padrão, para ser calculada a necessidade diária de uma vaca de quatrocentos quilos de peso produzindo dez quilos de leite com 5% de gordura, seguir o cálculo para achar o necessário para manutenção e a

este total juntar o relativo à produção de acordo com a tabela. Assim acha-se para manutenção 0,28 k de proteína digerível, 2,8 k de carboidrato digerível, e 0,04 k de gordura; a este total soma-se, conforme tabela, 1,3 k de proteínas, 6,25 k de carboidrato e 0,5 k de gordura. Donde o total diário de nutrientes a ser fornecido à vaca é de 1,58 k de proteínas, 9,05 de carboidratos e 0,54 de gordura. Notar que são nutrientes digeríveis e não brutos. Adicionar 20% para uma ração prática, com nutrientes brutos.

INTENSIFICAR A PRODUÇÃO NO BRASIL

NOVA YORK, outubro — Um industrial brasileiro disse numa entrevista aqui hoje que empresas norteamericanas estão fazendo planos para cooperar estreitamente com agências governamentais e particulares brasileiras num esforço concentrado para aumentar os abastecimentos alimentícios da nação e combater a inflação.

O industrial, Wladimir Lodyginsky, de São Paulo, Gerente da Cyanamid Química do Brasil, Divisão Agropecuária, disse que a sua companhia já estruturou um programa de cooperação que faria uma contribuição direta para o melhoramento dos abastecimentos alimentícios. A Cyanamid Química é filiada à American Cyanamid Company.

Um dos propósitos principais do programa, segundo informou, seria intensificar a produção no Brasil de ferti-

lizantes, drogas veterinárias, inseticidas, produtos de conservação de alimentos e outros produtos para acelerar e aumentar a produção de alimentos. Salientou que o onus de sustentar o enorme programa de industrialização do Brasil recai principalmente sobre a agricultura. Disse que sua companhia já iniciou a produção numa nova fábrica em Rezende.

Lodyginsky asseverou que o novo programa se enquadraria dentro dos objetivos do Conselho Coordenador de Abastecimento, fundado há um ano pelo Presidente Kubitshchek, com o fim de procurar solucionar os problemas brasileiros de produção e distribuição de alimentos.

Acrescentou que um dos objetivos do Conselho, bem como de outras organizações governamentais e particulares, é auxiliar aos fazendeiros brasileiros a combaterem aos

insetos e fungos que atacam os cultivos, ameaçando as colheitas em muitas zonas. Mencionou que os fazendeiros vêm sendo dotado gradualmente de novas técnicas e armas químicas para essa campanha.

O industrial paulista declarou que um dos principais problemas confrontados na atualidade pelo Conselho Coordenador de Abastecimento é como melhorar o armazenamento de cereais e conservação de carnes e pescado, para permitir sua distribuição sem perdas por deterioração.

Disse que cientistas brasileiros já experimentaram o método antibiótico de conservação de carnes e pescado utilizado nos Estados Unidos e Canadá e que vem sendo aplicado de mais a mais pelos produtores e beneficiadores de alimentos no Brasil. Previu uma economia de 20 por cento nos abastecimentos de carne e pescado em benefício dos consumidores brasileiros

(Vide página 76)

SERVIÇO SOCIAL RURAL

Início de Atividades Práticas no Distrito Federal

Realizou-se, no dia 12 do corrente mês, no Gabinete do Presidente da Sociedade Nacional de Agricultura o ato de assinatura de um Convênio entre o Serviço Social Rural, seção do Distrito Federal, e a mesma Sociedade, para o início das atividades daquele Serviço na zona rural desta Capital.

De acôrdo com os termos dêsse Convênio, a Sociedade Nacional de Agricultura compromete-se a prestar ao Conselho Regional do Distrito Federal do Serviço



Assinatura do convênio entre o Serviço Social Rural, seção do Distrito Federal e a Sociedade Nacional de Agricultura, vendo-se o Dr. Luiz Simões Lopes, vice-presidente da S. N. A., Adamastor Lima, presidente do S.S.R. no Distrito Federal, Luiz Marques Poliano, secretário geral da S.N.A., Itagyba Barçante e Altino Sodré diretores da S.N.A.



Outro aspecto da assinatura do convênio entre o SSR, seção do D. Federal e a Sociedade Nacional de Agricultura, no gabinete do Presidente da S. N. A.

Social Rural a colaboração que lhe fôr solicitada, colocando à sua disposição, para isso, os técnicos e auxiliares necessários à elaboração e execução dos programas compreendidos no plano de atividades da autarquia, no âmbito da jurisdição do Conselho Regional do Distrito Federal.

Entre os técnicos a serem requisitados, figuram agrônomos extensionistas, assistentes sociais e sociólogos ou economistas rurais, além dos auxiliares indispensáveis.

O MAIOR PROTETOR DOS LAVRADORES

Até há poucos anos, por maior que fôsse o cuidado, canseias de sol a sol, luta renhida de corpo a corpo, sempre o lavrador levava a pior na guerra aos parasitas, às pragas, aos insetos daninhos, às doenças das plantas.

E ainda hoje confrange o coração, depois de meses de trabalhadeira infernal, no cultivo da terra e no cuidado com as plantações, quando uma praga vem estragar em poucas horas, de maneira irremediável, o fruto do trabalho e a esperança do trabalhador.

Tornava-se indispensável algo que fôsse prático, algo que fôsse manejável, e que não custasse a fortuna de uma pulverização em helicóptero...

Os laboratórios trabalharam sem tregua, as oficinas fabricaram aparelhos, alguns dispendiosos demais, outros ineficientes. E enquanto isso, as pragas, os insetos, os parasitas, e as doenças, nos campos cultivados, nos jardins, nos pomares, iam proliferando e

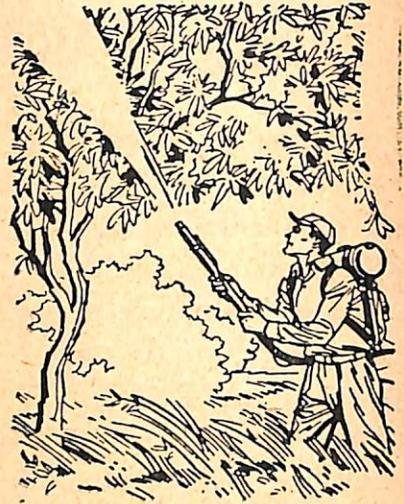
arruinando o trabalho dos plantadores.

Contudo, experiências foram realizadas com êxito, em diversos países e, especialmente, nos maiores centros de plantações dos Estados Unidos, do Canadá e da Alemanha. Helicópteros foram postos em vôo para a pulverização pelo ar, jipes munidos de lança-jato nebulizadores avançaram pelos pomares, e como se fez na África, até tanques foram lançados contra os dramáticas nuvens de gafanhotos!

Na luta contra os maus elementos da natureza, o homem vem buscando, por todos os meios e modos, neutralizar a ação destruidora das pragas, mórmente em face das prementes necessidades do aumento da população mundial, da luta contra a fome

Nesse combate, concordaram os técnicos que, a não ser em grandes plantações onde se torne indispensável o avião para a pulverização protetora das colheitas, o meio mais racional, mais eficiente, mais recomendável, é o dos aparelhos portáteis, para a nebulização direta, onde se torne necessário, sob o olhar do próprio cultivador, tornando prático o trabalho de proteção, sem os inconvenientes do desperdício, inútil e desnecessário.

O que seria ideal pelo manejo fácil, a facilidade de condução às costas para permitir movimentos livres ao condutor, com funcionamento ininterrupto de, pelo menos 30 minutos, para novas cargas de desinfetante, com alcance de jato de 12 metros foi sendo pouco a



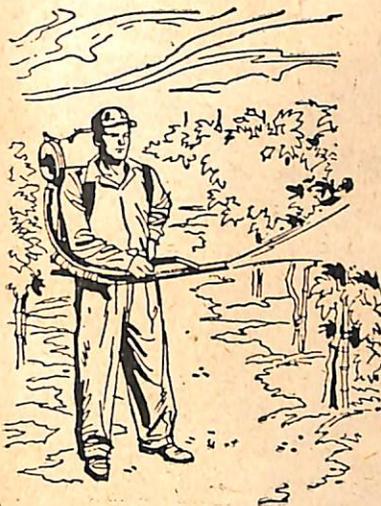
pouco conseguido, e diversos aparelhos existem que se aproximam deste aparelho ideal.

Uma sociedade interessou-se, a pedido de muitos lavradores, em procurar aparelhos que satisfizessem a essas condições mínimas e os seus diretores, homens de ação e largo descortínio, consultaram os principais centros industriais do mundo, para a aquisição de aparelhos capazes de conseguir esses objetivos.

E, ao fim de alguns anos, chegaram à conclusão de haverem encontrado o que de melhor existe, no momento, para esse fim, Primeiramente, com algumas experiências e, depois, importando a preços convenientes alguns milhares de aparelhos que já estão prestando relevantes serviços à nossa agricultura.

Trata-se do pequeno aparelho denominado "Motor Polvilhadeira SOLO COMBI", de manejo fácil, com depósito para 10 litros de pó, ou de líquido, com peso máximo de 25 quilos, quando cheio, para ser conduzi-





do preso as costas, o que permite movimentos livres do operador, funcionamento ininterrupto de meia hora, e grande alcance de jato, chegando facilmente a mais de 12 metros, com motor de infimo consumo. Isso permite a um só homem trabalhar dez hectares por dia, com cobertura total das plantas. Esse aparelho conseguiu realizar quatro funções diferentes, os lavradores facilmente escolherão, conforme a natureza do serviço a realizar; a nebulização, a atomização, a polvilhação e a pulverização, bastando, para isso, manejar um simples botão do aparelho.

Como pode pulverizar ou nebulizar, o aparelho está apto a receber, conforme as circunstâncias o exijam, ou líquido ou pó.

Os lavradores e plantadores terão, além de tudo quanto se referir à completa assistência técnica, amplo estoque de peças, para os casos de avaria e completas instruções pelos diretores da distribuidora exclusiva em nosso país, a Sociedade Comercial e Industrial LASEC Ltda., com escritórios à Rua Camerino,

61-81, Telefones : 43-4990 23-1761 e 23-2101 e, em São Paulo, Companhia Comer-

cial Brasileira, com escritórios na Rua Alvares Penteado n.º 208 — 7.º andar.

R. M. C.

CONFEDERAÇÃO RURAL BRASILEIRA

Comemorado o 7.º aniversário de sua fundação



Aspecto da mesa que presidiu os trabalhos, vendo-se ao centro o Dr. Luiz Simões Lopes, à sua direita o Prof. Geraldo Goulart da Silveira e o representante do Sr. Prefeito do Distrito Federal e à esquerda o Dr. Mario Penteado de Faria e Silva.



Aspecto da sessão quando falava o Dr. Eduardo Duvivier.

Com a presença de numerosas autoridades, representantes de Federações Rurais e grande assistência, realizou-se no dia 23 de setembro a sessão comemorativa do 7º aniversário de fundação da entidade.

Presidiu os trabalhos o sr. Luiz Simões Lopes, Benemérito da Casa, que historiou as dificuldades encontradas pelos líderes da classe para lhe dar a organização que hoje tem, graças ao decre-

(Continua na pág. 44)

SALVINO OLIVEIRA NETO

Hoje, os alunos do Colégio Diocesano Pio XI mandaram officiar, na capela do próprio colégio, uma missa por intenção da alma do inditoso Salvino de Oliveira Neto, seu colega, tão cedo roubado ao convívio da família e de quantos privavam de sua amizade.

Fazia poucos dias do início das férias, quando ocorreu o acidente fatal que ceifou a vida jovem de Salvino de Oliveira Neto.

Ia êle gozar suas merecidas férias, num sítio de propriedade da família, aqui perto da cidade.

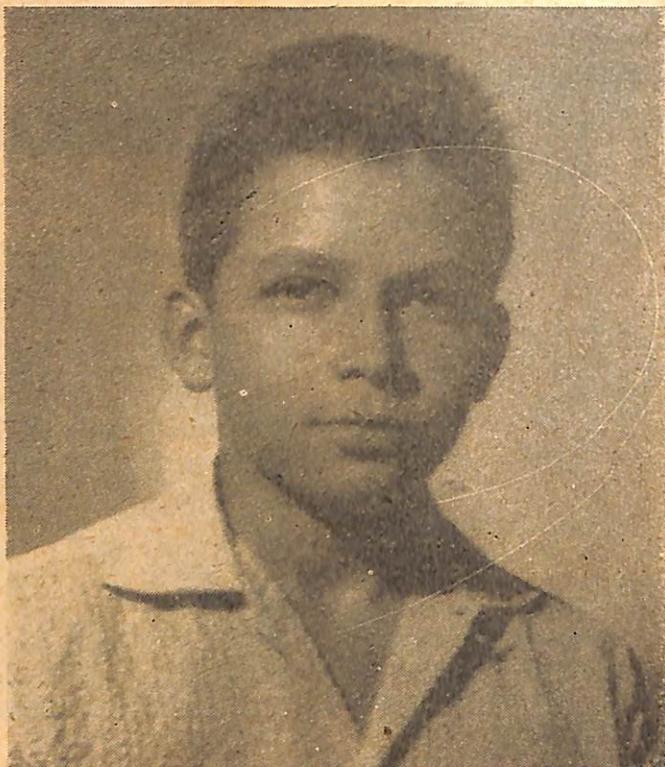
Levava a tiracolo a arma que o fulminaria. Acompanhava-o um vaqueiro da fazenda.

Súbito, algumas rolinhas surgem estrada. A paixão pela caça desperta, impulsiva, no espírito de Salvino. Prepara a arma. Distancia-se o vaqueiro. Porém, as aves levantam vôo e o jovem caçador, por certo desapontado, pendura ao ombro a espingarda, na posição, em que sempre gostava de carregá-la, isto é, com o cano para cima. O estudante se dispõe a continuar viagem. E é nesse preciso instante que a arma dispara. Salvino, atingido na cabeça, tomba ao solo. A bala traiçoeira alojara-se-lhe no cérebro... Não relembramos êsse trágico e doloroso momento. Esqueçamo-lo. Salvino está morto. Dorme, agora, entre lírios e açucenas, seu derardeiro sono. Os pais, inconsoláveis, choram a prolongada ausência do filho bem-amado. Uma enorme, impreenchível lacuna abriu-se no lar do dr. Salvino de Oliveira Filho. Em todos os recantos da casa, outrora alegre, parece vagar a intangível presença do jovem Salvino.

Pode haver dôr maior do que perder um filho? Um filho a quem se ama, a quem se estima acima de tudo na terra, em quem se havia depositado a mais bela de todas as esperanças?

Pode haver maior sofrimento do que êsse de prantear um filho ausente, para sempre ausente?

Para o jovem Salvino de Oliveira Neto despertavam tôdas as alegrias da juventude. Seu futuro seria risonho,



seria belo, seria rossicler, como as madrugadas perfumadas que, translúcidas, diáfanas, precedem o dia. Para o jovem Salvino desabrochavam os lírios odoríferos que enchem de doces aromas a vida de todos os rapazes.

Era êle meu aluno, conhecia-o bem. Há dois anos era meu aluno. Sentava-se sempre na primeira carteira. Tinha por certo sêde de conhecimentos. Tinha com certeza, ânsia de aprender.

Quantos sonhos bonitos arquitetados naquela cabeça austera, embora juvenil, naquela fronte clara, luminosa, naqueles olhos cheios de uma radiosa transparência, naquela inteligência privilegiada?

Sua última prova de História — era eu seu professor de História — revela o seu gôsto pelos estudos, revela a sua personalidade marcante, desvenda o poder retentivo de sua memória.

Não contive as lágrimas ao saber que êle, tão cedo, havia iniciado a sua marcha ascensional em demanda das cerúleas onde reinam eterna paz e eterno socêgo.

Hoje, na missa por intenção da alma de Salvino de

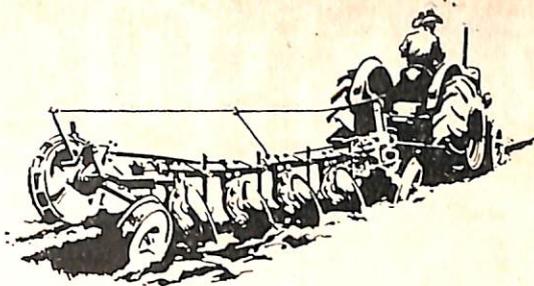
Oliveira Neto, no Colégio Pio XI, Padre Emídio, officiante da mesma, disse estas palavras que tanto me comoveram: "Deus o chamou para que êle se transformasse num anjo alvo e formoso, como costumam ser todos os anjos do Senhor."

Sim, Salvino está no céu, feliz e contente por ter sido escolhido por Deus para integrar as celestiais côrtes.

Partiu bem cedo, sem dúvida. Partiu na flor dos anos, quando mais bela devia parecer-lhe a vida, quando mais florido devia parecer-lhe o mundo!

Partiu muito cedo e deixou na alma de todos, no coração dos que o amavam, um gôsto amargo de saudade, de imensa e inapagável saudade. Mas, é preciso conformação. Conformemo-nos, mesmo porque (como disse o Padre Emídio) "na sua infinita sabedoria, Deus costuma chamar para junto de si os meninos puros e bons." E Salvino de Oliveira Neto era um menino puro e bom.

(Crônica de Fernando Silveira, lida ao microfone da Rádio Borborema, de Campina Grande, em 11-8-1958.



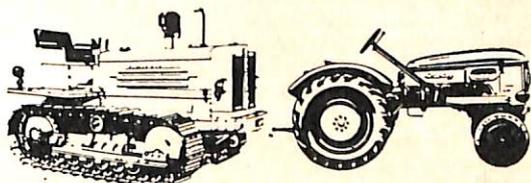
Você
precisa
um...



... porque: HANOMAG significa uma garantia de qualidade, economia, assistência técnica, peças, oficinas especializadas, pronta entrega

HANOMAG apresenta uma linha completa de tratores de rodas de 12 a 55 HP e de esteiras de 60 a 90 HP para qualquer serviço, bem como todos os implementos necessários na agricultura. Além disso, a HANOMAG oferece um financiamento de 3 anos!

Consultem
nossos
concessionários:



HANOMAG

INTERAMERICANA LTDA.

Av. Presidente Vargas, 642 - 5º and.,
Rio de Janeiro - Telefone 43-9425

SULBRA S. A.
Av. Farrapos, 3628 — Pôrto Alegre
CIA. HOEPFNER
Rua Nove de Março, 397-1.º —
Joinville.
Filial: Rua Emiliano Pernetá, 188
— Curitiba.
SABRICO S. A.
Av. Duque de Caxias, 61-73 — São
Paulo.
GASTAL S. A.
Av. Brasil, 2298 — Rio de Janeiro.
Filiais: Belo Horizonte, Juiz de Fora,
Campos.
BERGER LTDA.
Av. Duque de Caxias, 175 — Vitória
SIMTRAL S. A.
SOFERMASA S. A.
Av. Marquês de Olinda, 214 - Recife
PAULA IRMÃO & Cia.
Av. Frederico Pontes, 120 - Salvador
Pr. Augusto Severo, 160 — Natal.
J. MACEDO S. A.
R. Floriano Peixoto, 176 - Fortaleza
F. AGUIAR S. A.
R. Djalma Dutra, 36 — São Luiz
SOMAC S. A.
Rua 13 de Maio, 188-192 — Belem
BENARRÓS & IRMÃO
Rua Marechal Deodoro, 268 - Manaus

ESTÁ NA HORA

ou v.
acaba
com os
vermes...

ou êles
acabam
com sua
criação!

À venda em
todo o país,
sempre na emba-
lagem vermelha,
branca e preta
dos produtos
veterinários
Squibb-Mathieson.



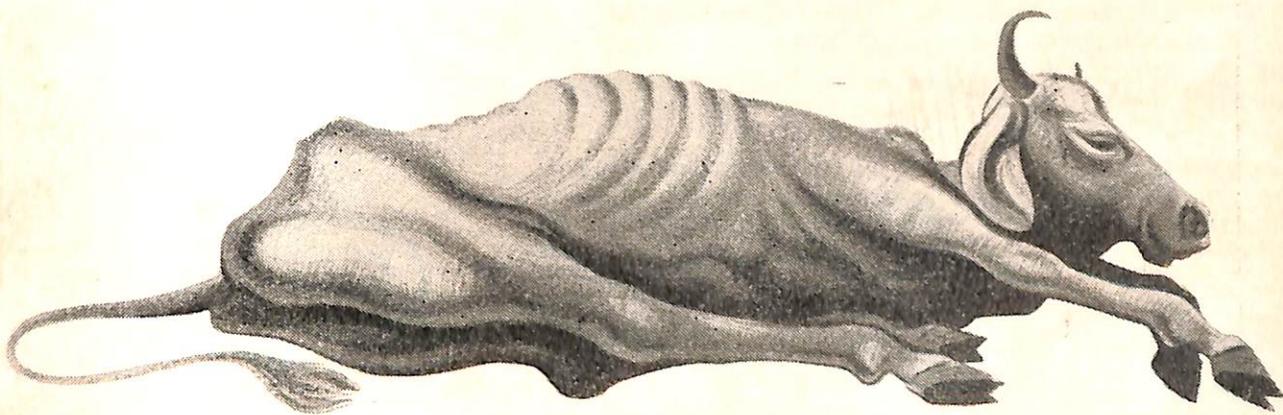
DA DECISÃO!...

FENOTIAZINA

Squibb-Mathieson

é o vermífugo ideal contra a peste de secar dos bovinos e ovinos,
as lombrigas das aves e as verminoses dos suínos.

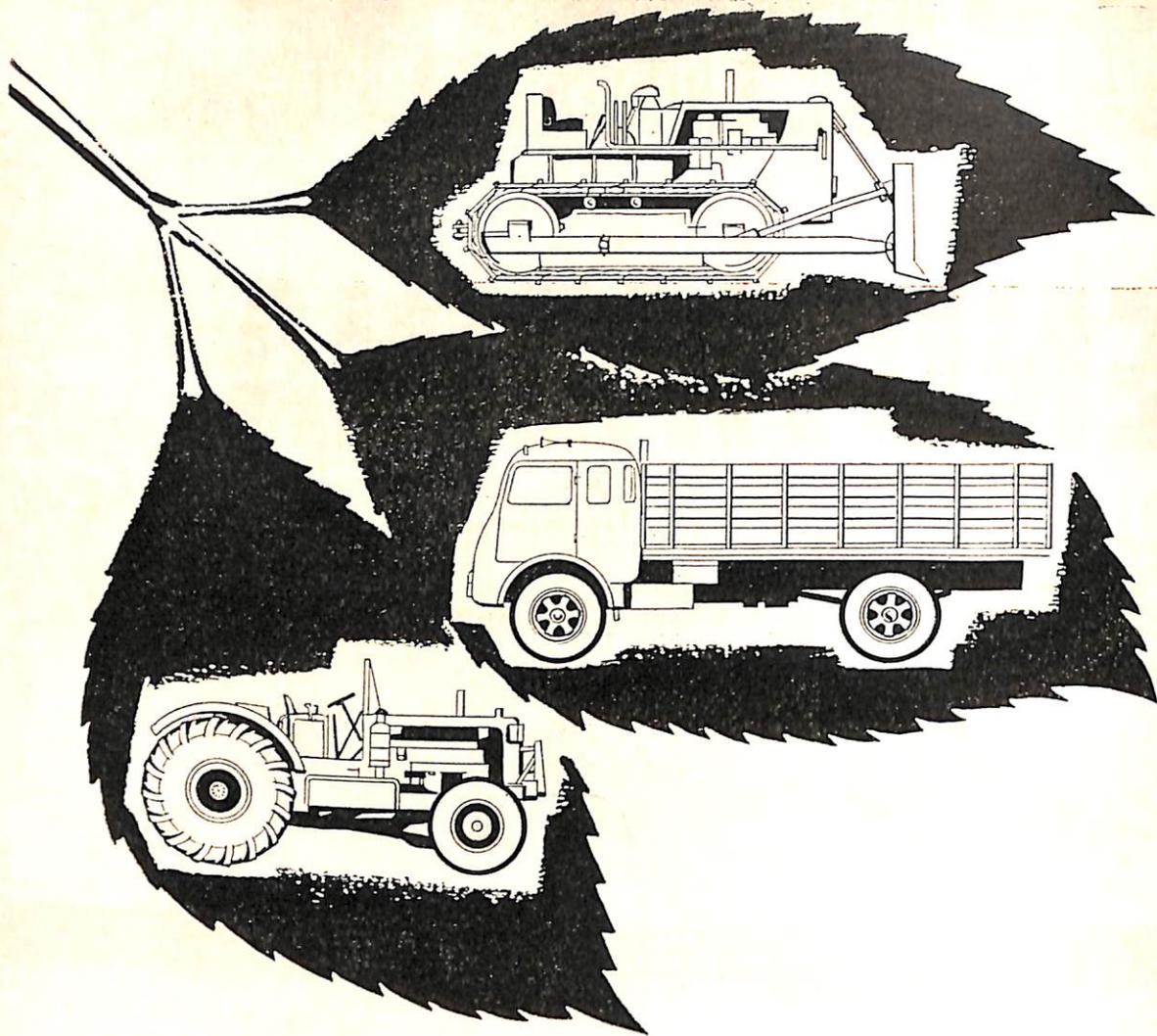
Fenotiazina Squibb-Mathieson é a forma de combate tradicional, econômica e segura contra as infestações parasitárias. Dificulta ao extremo a reprodução de vermes nos intestinos dos animais, mantém as infestações sob controle permanente. É de aplicação fácil e não provoca qualquer reação indesejável.



Produto da
DIVISÃO AGRO-PECUÁRIA
E·R·SQUIBB & SONS, S·A·
Produtos Químicos, Farmacêuticos e Biológicos
Av. João Dias, 2758 - S. Paulo



"UM SÉCULO DE EXPERIÊNCIA INSPIRA CONFIANÇA"



Sempre pronto para os mais árduos trabalhos

Os Produtos Esso para Agricultura ajudam a manter o equipamento mecanizado de sua fazenda sempre pronto a prestar os serviços de que Você precisa. Da sementeira à colheita. Na entre-safra. Sempre. Você encontra suas máquinas prontas para os mais árduos trabalhos utilizando os Produtos Esso para Agricultura.

Esso Track Roller Grease — Graça especial para manter lubrificadas as esteiras do seu trator, sob qualquer condição de serviço e clima.

Esso Chassis Grease — Para a lubrificação do chassi de seu trator, de seu caminhão, jipe e automóvel.

Essolube H. D. e Brindilla H. D. — Os óleos ideais para os serviços pesados em motores a Diesel, Gasolina ou Querosene.

Combustíveis Esso para tratores — Uma linha de combustíveis completa para cada tipo de trator.



Os melhores produtos de petróleo

Para qualquer problema de lubrificação, consulte o escritório Esso mais próximo, e receberá, imediatamente, a visita de um dos engenheiros Esso, especializados em lubrificação.

Enderêço dos Escritórios Regionais:

Recife : Rua do Sol, 143 - Rio : Av. Pres. Vargas, 642 - São Paulo : R. Pedro Américo, 68

HIGIENIZAÇÃO DAS GRANJAS

Manter uma criação de aves de boa raça, alojadas em instalações modestas, mas eficientes, com boa alimentação e cuidados de higiene, esta ao alcance de todos. Os pintos devem ser vacinados sistematicamente contra a bouba e, nas zonas onde a coccidiose é comum, usar um coccideostático. Na coriza das aves, procurar em primeiro lugar as causas, não se esquecendo, neste particular, da alimentação e da incidência dos ventos.

A limpeza dos bebedouros deve ser feita constantemente, usando-se sempre água fresca e limpa. Cuidar também da limpeza das instalações e de todos os equipamentos e não se descuidar do parque dos galinheiros. Nos galpões com cama, nunca deixar zonas de umidade; fazer a substituição assim que comece a "empastar".

As poedeiras devem ser renovadas todos os anos, começando-se a colocação no mercado, para corte, dos lotes em que a postura baixe para 30 por cento.

PARECE GÔGO, MAS É VERMINOSE

A singamose é uma infestação provocada por um verme que se localiza somente na traquéia das aves. Estes vermes (*Syngamus*) quando atingem o estado adulto se fixam na traquéia sempre aos pares (macho e fêmea). A parasitose pode ser confundida com afecções comuns do aparelho respiratório: o gôgo, o bocejo, o pigarro e a gosma são outras designações que sempre encobrem esta infestação, embora em nosso meio tais denominações

possam ser tomadas como sintomas de outras doenças.

Em geral, a singamose ocorre em aves jovens, mas os adultos também são vítimas frequentes do parasitismo. Os sintomas são todos decorrentes de perturbações respiratórias, mostrando-se as aves como que

Os diversos tratamentos utilizados contra esta verminose não dão resultados satisfatórios. O melhor mesmo é evitar o seu aparecimento na criação, o que se consegue com as medidas profiláticas: criação de pintos em locais separados e não utilizados anteriormen-

a marca de confiança



da agropecuária.

Produtos para:
Aves

BACIPENIL — Concentrado antibiótico. Estimula postura e o crescimento.

COCCIDIOL — Previne e cura a coccidiose.

MISTURAS MINERAIS — Com 13 minerais traços.

MISTURAS VITAMÍNICAS — Vitaminas e antibióticos.

VACINA EPITELIOMA — Em embrião de pinto.

VERMIFUGO — À base de piperazina; não interfere com a postura.

PENTASULFA — Circo sulfas solúveis em água.

E MUITOS OUTROS PRODUTOS PARA TERAPÊUTICA E HIGIENE DAS GRANJAS.

CONSULTEM-NOS!

"não fique em dúvida; consulte um médico-veterinário!"

LABORATÓRIO VITACAMPO S. A.
AVENIDA PRESIDENTE VARGAS, 534-2° - RIO DE JANEIRO, D. F.

sufocadas, com o bico aberto, aflitas e inquietas. A gravidade das perturbações depende da quantidade de vermes fixados na traquéia, podendo ocorrer mesmo a obstrução total desse órgão, com consequente morte da ave por asfixia.

te por aves adultas; manter limpos os galpões, parques e fazer a desinfecção rigorosa de todas as instalações por ocasião da substituição dos lotes e toda vez que forem utilizadas áreas já habitadas por outras aves.

HOLANDA : — TERRA DA AGRICULTURA

por LARRY HENDERSON

A Holanda é um país de agricultores. A terra é plana, acolhedora para o arado. Os campos são retos, os canais são retos, as estradas são retas. As próprias árvores são plantadas em fileiras unifor-

planificada pelo homem. Não é por acaso que os campos são viçosos e verdejantes. Cada pedaço de terreno é drenado, irrigado, fertilizado. Os rebanhos são criados cientificamente, a fim de produzi-

muita coisa a respeito da agricultura e da pecuária que ignorava até então. A Holanda se tornou um país agrícola de uma maneira muito particular. Há muitos anos, os agricultores holandeses abandonaram a agricultura generalizada, para adotar a agricultura especializada e intensiva. Cereais de qualidade inferior passaram a ser importados. A terra passou a



Aspecto de uma propriedade na Holanda, onde a criação do Gado leiteiro ocupa lugar de destaque.

mes e apenas as pequenas têm liberdade de se desenvolver. Tudo é limpo e matemático como um taboleiro de xadrez.

Não é difícil adivinhar o motivo. A Holanda é feita pela mão do homem. Há alguns séculos, metade do país encontrava-se debaixo da água, e a outra metade era composta de areia, pântano e charnesca. Com esse material, os holandeses criaram um jardim.

Tendo sido feita pelo homem, a Holanda é também

rem a maior quantidade possível de leite, com o máximo teor de gordura. O viajante que se detiver numa fazenda e perguntar à filha do fazendeiro quanto leite cada uma de suas vacas produz e qual é o teor de gordura, esta responderá prontamente: Cada vaca produz, em geral, 15 quartilhos de leite e este tem o teor de 3,80 de gordura. A moça sabe os dados na ponta da língua, porque faz o registro, diariamente.

Visitei muitas fazendas na Holanda e fiquei sabendo

ser aproveitada principalmente para a criação de gado leiteiro e para o cultivo de plantas que apresentassem grande rendimento. Os fazendeiros começaram a se organizar, formando cooperativas. Em particular nas esferas da criação de gado leiteiro e na aquisição de maquinaria agrícola, as cooperativas contribuíram valiosamente para a prosperidade dos fazendeiros. A agricultura e pecuária holandesas tornaram-se objeto de planejamento total.

Tôda planificação, contudo, precisa de um plano mestre. E, na Holanda, êsse plano mestre foi organizado no Centro de Ciência Agrícola, de Wageningen. Consiste de um vasto mapa do solo de todo o país, mostrando os tipos de terreno, sua conveniência para as diversas culturas, etc.

O autor dêsse mapa é o Professor C. H. Edelman, que, em seu tranqüilo laboratório de Wageningen, explicou-me o motivo de seu trabalho. A Holanda, disse êle, tem fome de terra. Há cêrca de 342 habitantes por quilômetro quadrado e êsse numero continua a aumentar. E' um desafio da Natureza aos holandeses. A resposta dada pelos holandeses à Natureza foi

colheita má nêste país, depois que adotamos os métodos científicos. Nossa experiência mostra que a terra se torna cada vez melhor. O limite não está na vida vegetal ou no solo, mas apenas na inteligência humana".

Criar um jardim onde não havia antes uma só flôr, criar fazendas, plantações, o próprio solo — eis o que fazem os holandeses. O último capítulo dessa epopéia é o aproveitamento das terras do Zuiderzee. O Zuiderzee é um braço de mar que atingia, outrora, o coração do país. Pouco a pouco, foi sendo obrigado a recuar pelos diques e pela drenagem, até que foi aproveitada uma área de 68.000 hectares de terra conquistada ao mar. Viajei atra-

zendeiro me forneceu, sem dificuldades, dados interessantes e surpreendentes sôbre a produção. Segundo seus cálculos, sua colheita de trigo correspondia a 11.000 kg por hectares, em comparação com a produção média nos Estados Unidos de 1.100 kg por hectare. Em outras palavras: o solo do fundo do Zuiderzee é dez vêzes mais produtivo que o dos Estados Unidos.

E, no entanto... Êsse fazendeiro, que tem um pedaço de terra de quarenta acres, reconhece, com tristeza, que a terra não é bastante para transmitir a todos seus três filhos. Apenas um terá que ficar com a fazenda. Os outros terão de ganhar a vida

GADO LEITEIRO

COMPRA E VENDA permanente de reprodutores PO e PC e **NOVILHAS E VACAS** PO, - PC, - 7/8 e 3/4 de sangue, das raças **HOLANDESA, GUERNSEY, JERSEY** e **SCHWYZ**, com os devidos certificados de registro nos Herd-Book das raças acompanhados dos respectivos atestados de sanidade.

ANTÃO CORRÊA

CORRETOR DE ANIMAIS

Praça 15 de Novembro, 20 - 6.º andar - sala 602. Tels.: 43-6808 e 43-0159 - C. Postal, 851
Endereço Telegr.: "BOVINOS".

RIO DE JANEIRO

modificá-la, transformando em riquíssima uma terra naturalmente pobre. Cada palmo de terra é aproveitado ao máximo. Não se pode desperdiçar um pedacinho. Os maus terrenos têm de ser transformados em bons e, quando não existe solo algum, torna-se necessário criar um novo solo.

"Em primeiro lugar — salientou o professor Edelman — abandonamos o princípio da fertilidade natural. Grande parte da Holanda é desprovida de qualquer fertilidade. Assim, temos nós próprios de nos encarregarmos de fazer o solo. Usamos duas vêzes mais fertilizantes que os outros países. Tiramos o nitrogênio da atmosfera, para alimentar os campos cansados e esgotados. Vejamos resultados. Nunca tivemos uma

vês dessa nova parte da Holanda, na parte denominada Polder Nordeste. Por tôda a parte onde andei, fiquei impressionado com a transformação ocorrida em tão pouco tempo. Cidades eram construídas em tôdas as encruzilhadas, casas, igrejas, sedes de organizações e repartições públicas... E' um mundo verdadeiramente novo. As próprias árvores mal alcançam quatro metros de altura. O aspecto mais estranho do polder é um grupo de velhos carvalhos rodeando uma igreja, numa elevação de terreno, que foi, outrora, uma ilha no meio do mar. Atualmente, várias dessas ilhas estão inteiramente cercadas por terra e os pescadores cultivam o fundo do mar. Bati na porta de uma casa de fazenda prefabricada, e o fa-

alhures. E já não há mais espaço no polder.

A fome de terra aumenta mais depressa que os construtores de diques podem satisfazê-la. A população do país está transformando. Que acontece com essa nova geração de agricultores que não tem para onde ir? Encontrei a resposta no cais de Rotterdam. A sirene de um navio toca... mil lenços acenam da amurada do navio. Mil vozes dizem adeus, talvez um adeus para sempre à Holanda e às pessoas amadas. São alguns dos emigrantes que se dirigem ao Canadá, à Austrália ou à América do Sul, em busca de novos lares.

A cena é constrangedora. Mas, sem dúvida, trata-se de uma história com desfecho

(Continua na pág. 48)

(Conclusão da pág. 35)

to-lei nº 8127, promulgado pelo Presidente Vargas.

Referiu-se à personalidade do atual presidente da Confederação Rural Brasileira, sr. Iris Meinberg, cuja ausência, por motivo de doença, todos lamentaram.

Seguiu-se com a palavra o dr. Eduardo Duvivier que, em nome da classe rural, ofereceu à Confederação o retrato a óleo do sr. Iris Meinberg, como reconhecimento pelos relevantes e continuados serviços que dele tem recebido.

O sr. Adrião Caminha Filho, representante do sr. Mario Meneghetti, Ministro da Agricultura, descerrou o quadro, da autoria do Prof. Jordão de Oliveira.

Em nome do presidente Iris Meinberg, e como seu representante, falou o sr. Mario Penteado de Faria e Silva, que em belo improviso, agradeceu a homenagem, quebrando o protocolo, disse, não poder deixar de intercalar em seu agradecimento referências à atua-

ção do homenageado, que chegou até ao sacrificio de interesses particulares, nas suas idas e vindas, em prol do associativismo por todo o território pátrio.

Outros oradores se seguiram, todos enaltecendo a personalidade do fundador da FARESP, encerrando-se a solenidade, com um coquetel.

ABATEDOURO MODELO BRASIL S. A.

"BRASILAVES"

**Muito auspicioso o movimento financeiro da importante empresa, no exercício de 1957 —
Síntese do relatório da Diretoria**

Examinando-se o relatório da Diretoria do Abatedouro Modelo Brasil S. A. — "BRASILAVES" referente ao exercício de 1957, verifica-se que foram das mais proficuas e animadoras as atividades da importante empresa que bons serviços vem prestando à população setor da alimentação.

Para que se tenha uma idéia do movimento do Abatedouro Modelo Brasil S. A., tendo a lembrar que no no exercício de 1957 as vendas atingiram a elevada cifra de Cr\$ 337.465.293,10.

Para fazer face ao aumento sempre crescente das atividades da firma, a Assembléia Geral Extraordinária, realizada no dia 8 de Maio de 1958, aprovou o aumento de seu capital de Cr\$ 30.000.000,00 para Cr\$ 42.000.000,00.

Tendo em vista a demolição do mercado Municipal, a administração do Abatedouro Modelo Brasil, S. A., vem tomando todas as providências no sentido de que, em curto prazo seja dado início às novas instalações que possam substituir as

COMPANHIA ELECTROQUÍMICA PAN-AMERICANA

Av. Presidente Antônio
Carlos, 607, 11.º andar
Caixa Postal, 1722

Tels.: 52-4059, 52-4058
e 52-4057

Telegr.: "Quimeletrô"

RIO DE JANEIRO

PRODUTOS DE NOSSA FÁBRICA NO DISTRITO FEDERAL :

- ☆ Soda cáustica eletrolítica
- ☆ Sulfeto de sódio eletrolítico
- DE ELEVADA PUREZA, FUNDIDO E EM ESCAMAS.
- ☆ Polissulfuretos de sódio
- ☆ Ácido clorídrico comercial
- ☆ Ácido clorídrico sintético
- ☆ Hipoclorito de sódio
- ☆ Tricloroetileno (Trielina)
- ☆ Cloro líquido
- ☆ Cloreto de cálcio
- ☆ Derivados de cloro em geral

que atualmente possui no referido Mercado.

Para que se tenha uma idéia do vulto das novas instalações basta lembrar que nelas serão invertidos cinquenta milhões de cruzeiros, segundo cálculos já feitos pela Diretoria.

Desde que sejam consideradas o montante das vendas, a desvalorização da moeda e outros fatores verifica-se que a porcentagem de lucros no exercício de 1957, foi razoável, atingindo a Cr\$ 63.807.209,60.

Está, pois, de parabens a Diretoria do Abatedouro Modelo Brasil S. A., a cuja frente se encontra o dinâmico homem de negócios que é o Snr. João Francisco Gomes Puga, pela maneira acertada com que vem dirigindo os destinos da empresa.

ABATEDOURO MODÉLO BRASIL, S. A.

RELATÓRIO DA DIRETORIA

Obedecendo determinações estatutárias, vimos submeter à apreciação dos senhores acionistas e posterior aprovação, o relatório das principais atividades da Sociedade no exercício de 1957, como sejam: Balanço Geral, Conta de Lucros e Perdas e Parecer do Conselho Fiscal.

Vendas: As vendas desse exercício atingiram a cifra de Cr\$ 337.465.293,00 (trezentos e trinta e sete milhões, quatrocentos e sessenta e cinco mil, duzentos e noventa e três cruzeiros), o que é realmente um progresso bem significativo, todavia, maior desenvolvimento se pode esperar, face ao grande campo, dependendo das novas instalações da Cia. que em breve serão iniciadas.

Base de Lucro: Tomando-se em conta o montante das vendas e considerando a desvalorização da moeda é pouco satisfatório, porém, tratando-se de gêneros alimentícios e atendendo às diretrizes que norteiam a Cia., que é de vender os seus produtos, na sua maioria do produtor ao consumidor, pode ser considerado uma percentagem razoável.

Rubrica de despesas: Todas elas sofreram aumentos consideráveis, tendo se elevado a mais de 50% (cinquenta por cento), especialmente impostos e salários. Seria de grande alcance se essas pudessem ser contidas, equilibrando dessa forma o custo das mercadorias.

Membros da Diretoria: Em virtude de terminar na próxima Assembléia Geral Ordinária o mandato dos atuais membros da Diretoria e Conselhos, Fiscal e Deliberativo, deveis eleger os novos membros, sendo o Fiscal para o exercício de 1958 e os outros para o quinquênio 1958 a 1962, fixando-lhes os respectivos honorários, de acordo com as determinações estatutárias.

Conselho Fiscal: A Diretoria agradece a diligência e o interesse demonstrado pelos senhores conselheiros, aos assuntos da Sociedade, que ora terminam o seu mandato.

Conselho Deliberativo: Congratulam-se também, com os membros do Conselho Deliberativo, agradecendo a colaboração, tendo em vista o interesse demonstrado, reunindo-se conjuntamente como determinam os Estatutos da Sociedade e sempre que solicitados.

Funcionários: A administração agradece a dedicação e o esforço demonstrado pelos funcionários no decorrer do

exercício que findou, esperando que continuem da mesma maneira no presente exercício.

Agradece também, aos fornecedores, bem como aos senhores granjeiros que têm honrado a Sociedade com a sua colaboração, a qual sempre procurou corresponder. Agradece ainda ao público consumidor que nos tem honrado com a sua preferência, não poupando esforços para bem servi-lo.

Concluindo, o exercício findo transcorreu dentro das normas desejadas, nada de anormal ocorrendo. Com relação à demolição do Mercado Municipal, está decidida pelas autoridades competentes, o que será feito no prazo de 24 meses, aproximadamente.

Nesse sentido a Administração, em conjunto com os seus Conselheiros, vem tomando tôdas as providências para que em curto prazo seja dado início às novas instalações que possam substituir as que atualmente possuímos no Mercado Municipal, sendo as obras programadas de grande inversão, que ascenderão a mais de cinquenta milhões de cruzeiros.

Como vêem, senhores acionistas, a administração com os seus conselhos, tem pela frente grandes encargos, embora não sendo tarefa das mais insignificantes, a Diretoria conta com a cooperação de todos os acionistas, certa de que dessa forma chegará às melhores conclusões, instalando no msó local tôdas as indústrias da Sociedade.

Rio de Janeiro, 20 de março de 1958.
— João Francisco Gomes Puga, Presidente. — Antônio de Amorim, Tesoureiro. — José Gomes de Barros, Secretário.

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Os abaixo assinados, membros efetivos do Conselho Fiscal do Abatedouro Modélo Brasil S. A., declaram que examinando os atos da Administração e os livros Caixa, Balanço e contas apresentadas pela Diretoria relativos ao exercício de 1957, tudo encontraram na mais perfeita ordem e regularidade. Assim, são de parecer que sejam os mesmos aprovados pela Assembléia Geral Ordinária.

Rio de Janeiro. — Domingos Pereira da Silva, Manoel Esteves Cabo, André Trilho Dominguez.

BALANÇO GERAL DE 1 DE JANEIRO A 31 DE DEZEMBRO DE 1957

ATIVO		PASSIVO	
	Cr\$		Cr\$
Disponível:		Não Exigível:	
Caixa	2.468.810,80	Capital realizado	30.000.000,00
Depósitos em Bancos	6.663.261,10	Fundo de Reserva Legal	2.848.675,40
	<u>9.132.071,90</u>	Fundo de Depreciação	4.818.414,20
Imobilizado:		Fundo de Provisão para Perdas	4.878.717,10
Móveis e Utensílios	1.875.530,10	Fundo de Obras Novas	3.950.800,00
Maquinismos	1.723.121,50	Titulos Depositados	<u>670.000,00</u>
Imóveis	5.215.717,60		
Material Rodante	3.271.348,40	Exigível:	
Obras e Instalações	3.721.915,40	Contas Correntes	1.773.330,10
Caixas e Engraxados	2.884.763,70	Diversas Contas	295.091,10
Despesas de Instalação	<u>73.143,50</u>	Impostos a Pagar	1.800.000,00
	18.765.540,20	Dividendos a Pagar:	
Realizável a Curto e Longo Prazo:		Saldo anterior	1.334.830,20
Titulos da Cruzeiro do Sul, Cap.	609.004,20	Dêste exercício	4.989.758,30
Contas Correntes	499.137,40		
Depósitos	1.062.342,90	Percentagem da Diretoria	2.071.806,50
Impostos Reembolsáveis	791.090,90	Idem para Participação dos Empregados nos lucros	<u>2.379.290,30</u>
Participação em Outras Sociedades	120.000,00	Lucros e Perdas:	
Coop. Banco Crédito Federal c/vinculada	250.000,00	Saldo à Disposição da Assembléia Geral	3.625.661,50
Valores Pertencentes à Sociedade	636.132,00		
Duplicatas e Obrigações a Receber	22.786.963,70	Compensado:	
Mercadorias	<u>10.784.181,50</u>	Caução da Diretoria	15.000,00
	37.538.852,60	Titulos Cauçionados	1.000.000,00
Compensação:		Titulos Endossados	<u>10.703.569,50</u>
Ações em Caução	15.000,00		
Cauções	1.000.000,00		
Endossos	<u>11.718.569,50</u>		
	77.155.034,20		<u>77.155.034,20</u>

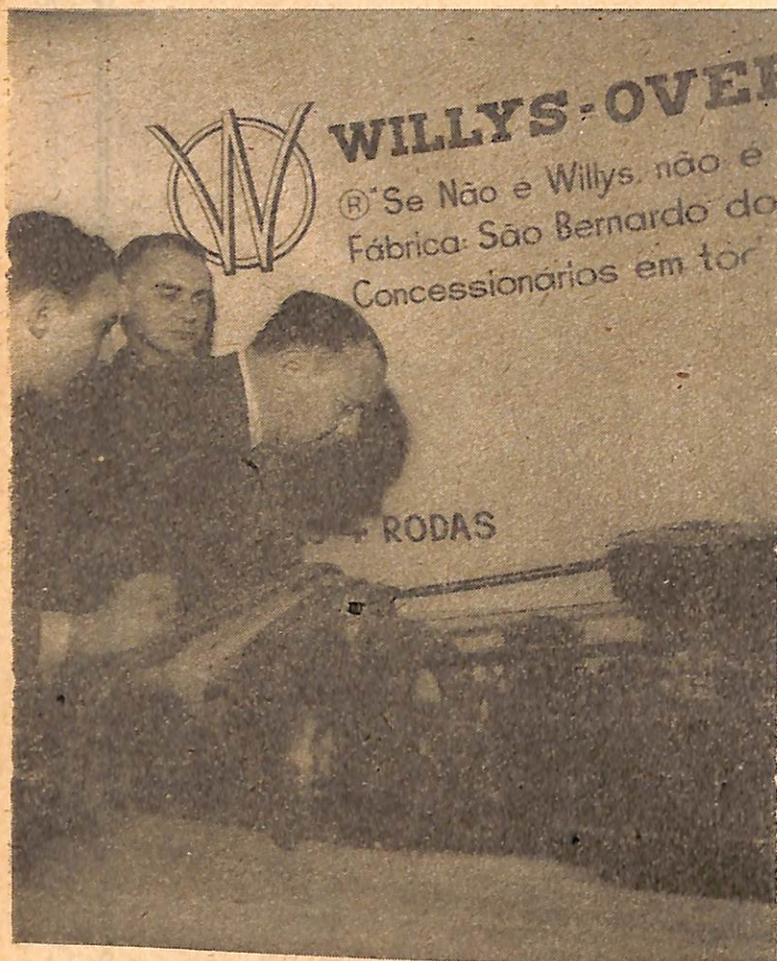
Rio de Janeiro, 31 de dezembro de 1957. — João Francisco Gomes Puga, Presidente. — Antônio de Amorim, Tesoureiro. — José Gomes de Barros, Secretário — Manoel de Jesus Martins, Contador Reg. C. R. C. 4.176.

DEMONSTRAÇÃO DA CONTA LUCROS E PERDAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 1957

	CRÉDITO	
DÉBITO	Cr\$	Cr\$
Fundo de Obras Novas	3.950.890,00	
Reservas para Indenizações	500.000,00	
Aluguéis	460.128,00	
Combustíveis e refrigeração	1.631.108,10	
Comissões	2.229.268,90	
Despesas Gerais	3.080.544,80	
Forragens	427.738,60	
Gastos de escritório	247.323,00	
Honorários da Diretoria	720.000,00	
Impostos de Vendas Mercantis	12.653.178,70	
Indenizações e férias	798.546,40	
Juros e Descontos	219.838,20	
Despachos e fretes	2.025.146,70	
Licenças e Impostos	992.124,00	
Luz, Força e Telefones	582.647,40	
Propaganda	425.754,50	
Quotas e Contribuições	1.682.084,30	
Salários	16.047.952,30	
Seguros	310.632,60	
Selos e Estampilhas	282.079,00	
Taxas de Matança	229.160,30	47.603.422,60
Impostos a Pagar	1.800.000,00	
Porcentagem da Diretoria	2.071.806,50	
Dividendos a Pagar:		
8% s/o capital	2.400.000,00	
25% conforme art. 31 — 3.º do Estatuto	2.589.758,30	4.989.758,30
Reserva para participação de Empreendidos no lucro	2.071.806,50	
Fundo de Reserva Legal	850.602,20	
Fundo de Depreciação	1.701.204,40	
Fundo de Provisão para Perdas	1.701.204,40	15.186.332,30
Saldo à disposição da Assembléia Geral	3.625.661,50	
	66.415.466,40	66.415.466,40

Rio de Janeiro, 31 de dezembro de 1957. — João Francisco Gomes Puga, Presidente. — Antônio de Amorim, Tesoureiro. — José Gomes de Barros, Secretário — Manoel de Jesus Martins, Contador Reg. C. R. C. 4.176,

I EXPOSIÇÃO BRASILEIRA DE ALIMENTAÇÃO



O Ministro Mario Meneghetti examina um "Jeep-Willys" brasileiro, já equipado com o primeiro motor a gasolina produzido no país, e também apresentado na Exposição.

Com a presença do Ministro da Agricultura, sr. Mario Meneghetti, representando o Presidente da República, além de outras autoridades civis e militares, foi inaugurada recentemente no Ibirapuera a a 1.^a Exposição Brasileira de Alimentação, promovida pela Confederação Rural Brasileira. A mostra contou com a participação de diversas organizações direta ou indiretamente ligadas às atividades do setor da

alimentação, figurando entre elas a Willys-Overland do Brasil S/A, que apresenta no seu "stand" uma novidade inteiramente inédita no país: um "jeep", sem carroceria e aberto nas suas partes vitais (bloco do motor, caixa de câmbio, diferenciais, sistema elétrico, etc.), que permite observar todos os detalhes internos do veículo em funcionamento, inclusive sua tração nas 4 rodas.

(Conclusão da pág. 24)

pilão, farinha apreciada pelos homens e pelos animais domésticos, especialmente aves.

A castanha passou do consumo caseiro e confeitarias locais, a constituir objeto de animado comércio interno e de exportação. É, agora, preparada industrialmente, aproveitando-se, além das amêndoas, o óleo, sobretudo, o retirado da casca, — dois tipos, um usado, como base para inseticidas e outro como isolante.

Está reservado brilhante futuro aos óleos de caju na indústria farmacêutica. Além das propriedades anti-lepróticas, objeto do tema-sugestão CLI, está o professor Joaquim Juarez Furtado, diretor do LABORATÓRIO DE PESQUISAS "RODRIGUES DE ANDRADE" extraíndo da casca da castanha o ácido anacárdico e o cardol, ambos muito interessantes como anti-helmínticos poderosos e inofensivos para espécie humana.

O Estado do Ceará, além de um grande consumo interno, exporta anualmente 500.000 quilos de amêndoas de caju, 400.000 litros de cajuína e 300.000 quilos de doces de caju, representando o valor de Cr\$ 45.000.000,00.

Chamando atenção para a importância da cultura do cajueiro no Ceará, é nosso objetivo despertar o interesse do agricultor, sobretudo do agricultor nordestino, e de suas associações, para as possibilidades da exploração racional do cajueiro.

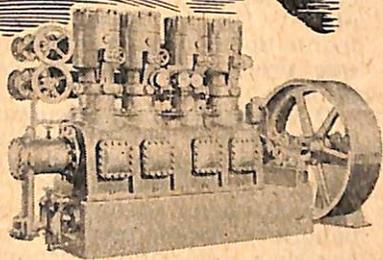
(Conclusão da pág. 43)

feliz. Estive a bordo desse navio de emigrantes e conversei com alguns passageiros, antes da partida. Muitos eram agricultores, educados na tradição da agricultura holandesa. Para onde quer que se dirijam, sua perseverança, sua capacidade de trabalho e seu amor à terra não de acompanhará-los. E, com essas qualidades, serão bons agricultores onde quer que seja.

Parece não haver limite para o que os holandeses são capazes de fazer com a terra, e o mar e a terra que fica em baixo do mar. E existem, para eles, outras terras à espera de suas mãos milagrosas para se expandirem.

INSTALAÇÕES DE REFRIGERAÇÃO

FRIO



SABROE

MOINHOS E MISTURADORES
PARA FORRAGENS



FÁBRICAS DE GÊLO
FRIGORÍFICOS
MATADOUROS
LATICÍNIOS
ÁGUA GELADA



INSTALAÇÕES PARA
LEITE EM PÓ



TANQUES DE RECEPÇÃO
PASTEURIZADORES LENTOS
MATURADORES PARA CREME
TANQUES ISOTÉRMICOS

CÉRES

PEÇAM ORÇAMENTOS SEM
COMPROMISSO

CÉRES S.A.

INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE MÁQUINAS

FÁBRICA :
CIDADE INDUSTRIAL
BELO HORIZONTE
Telefone: 2-1665
Caixa Postal, 897
End. Telegráfico: "CERES"

ESCRITÓRIO CENTRAL
R. Vis. de Inhaúma, 134, gr. 921
RIO DE JANEIRO
Caixa Postal, 756
Telefone: 23-2844
End. Electr.: "INCOMACERES"

Mais de uma vez temos tido a oportunidade de salientar que não necessitamos no país, de uma reforma agrária propriamente dita, no sentido revolucionário da expressão "reforma agrária".

A própria classe rural já se manifestou em Fortaleza, Estado do Ceará, a respeito de tão discutido problema.

Precisamos fazer alguma coisa no sentido de elevar o nível de vida de nossas populações rurais e o nível de rendimento qualitativo e quantitativo de nossa produção agropecuária.

Regulamentando preceitos constitucionais vigentes, Constituições Federal e Estaduais, conforme o caso), e complementando com uma série de outras leis conseguiremos dotar o país de leis agrárias equivalentes a reforma agrária, atendendo às peculiaridades da vida rural brasileira.

Abordamos, adiante, a Constituição do Estado de Goiás, indicando preceitos constitucionais que, uma vez regulamentados, muito contribuirão para a fixação do homem a terra, para o bem-estar rural e para o desenvolvimento da agropecuária do Estado.

No **Título X** (Da ordem econômica e social), podemos destacar numerosos artigos, parágrafos e itens, relacionados com os problemas rurais, entre os quais podemos lembrar os seguintes:

Artigo 136 — O Estado promoverá a extinção progressiva dos latifúndios, quer por meio de impostos graduativos, quer por desapropriação nos termos do § 16. do artigo 141, da Constituição Federal.

Conforme se verifica, a Constituição do Estado de Goiás prevê a extinção de latifúndios de duas maneiras:

- a — através da taxaço (impostos graduativos);
- b — pela desapropriação por necessidade pública ou por interesse social, mediante prévia e justa indenização em dinheiro (Constituição Federal).

Parágrafo único, do artigo 136

— A lei conceituará o latifúndio em vista as diferen-

PROBLEMAS RURAIS NAS CONSTITUIÇÕES ESTADUAIS

— I —

CONSTITUIÇÃO DO ESTADO DE GOIÁS

Eng.-Agrônomo **GERALDO GOULAR DA SILVEIRA**
Diretor Técnico da Sociedade Nacional de Agricultura.

tes regiões do Estado, a natureza das terras e as atividades econômicas.

A conceituação de latifúndio, é fundamental.

Segundo a Constituição de Goiás a conceituação de latifúndio deve ser feita tendo-se em vista fatores da mais alta importância, tais como:

- a — as diferentes regiões;
- b — a natureza das terras;
- c — as atividades econômicas.

Prudentemente, portanto, foram fixados fatores básicos, evitando-se assim interpretações demagógicas que, longe de concorrerem para o bem-estar da coletividade, venham, apenas, provocar desajustamentos e, até mesmo, dificultar o desenvolvimento da agropecuária.

Artigo 137 — É vedado ao Estado e aos Municípios, além do disposto no n.º V do artigo 31, da Constituição Federal, decretar impostos sobre:

- I —
- II —
- III —
- IV — cooperativas de crédito, produção e consumo.

Além das restrições impostas pela Constituição Federal (impostos sobre bens, rendas e serviços uns dos outros, sem prejuízo da tributação dos serviços públicos concedidos, observado o disposto no parágrafo único; templos de qualquer culto, bens e serviços de partidos políticos, instituições de educação e de assistência social desde que as suas rendas sejam aplicadas integralmente no país para os respec-

tivos fins, e, finalmente, sobre papel destinado exclusivamente à impressão de jornais, periódicos e livros), a Constituição de Goiás veda também a decretação de impostos sobre cooperativas (cooperativas de crédito, produção e consumo).

É esta uma medida justa e uma maneira de incentivar a expansão do movimento cooperativista no país, especialmente do cooperativismo rural que precisa e deve ser estimulado.

O Ministério da Agricultura, de longa data vem dispensando especial atenção ao cooperativismo, modalidade de associativismo rural que bons benefícios pode proporcionar aos seus associados, tornando fortes e poderosos, pequenos e indefesos agricultores.

Artigo 138 — A lei disporá sobre a maneira de se exercer fiscalização sobre o arrendamento de terras agrícolas, para obstar que a taxa de arrendamento exceda de vinte por cento sobre a produção.

A fixação de uma porcentagem máxima para a taxa de arrendamento em relação ao valor da produção, é uma medida salutar, visando assegurar melhores condições aos arrendatários, incentivando, assim, o cultivo do solo por aqueles que não dispõem de terra própria.

O estabelecimento de diretrizes, que fixam os direitos e deveres dos que dispõem de terras para arrendamento e dos arrendatários é uma condição básica para que, evitando-se abusos de parte a parte, o acesso à terra, através do arrendamento, seja cada vez mais amplo e traga mais benefícios para todos.

Artigo 141 — O Estado e os Municípios promoverão a desapropriação das terras inaproveitadas, de preferência nas zonas de maior densidade demográfica e dotadas de melhores vias de comunicação, loteando-as ou utilizando-as de acôrdo com o interêsse social e coletivo.

Artigo 142 — O Estado, por si ou em cooperação com os Municípios formará fazendas ou núcleos agrícolas coletivos, administrados por técnicos a fim de proporcionar trabalho e estimular a produção, na forma que a lei determinar.

Os dois artigos acima citados tratam de questões relacionadas com loteamentos para fins agrícolas, formação de fazendas ou núcleos agrícolas coletivos, levando-se em consideração as necessidades sempre crescentes de cada uma.

A colonização é, sem dúvida, um dos problemas da mais alta relevância no sentido de que, através de Colônias proporcionam-se ao homem rural melhores condições de vida e de trabalho.

Artigo 143 — Todo aquêle que, não sendo proprietário rural nem urbano ocupar, por dez anos ininterruptos, terrenos devolutos do Estado até uma área de cem hectares, tornando-a produtiva por seu trabalho e tendo nela sua morada, adquirir-lhe-á a propriedade, mediante sentença declaratória devidamente transcrita.

O artigo acima, dispõe, portanto, sobre sentenças declaratórias à aqueles que, nas condições estabelecidas ocupam terrenos devolutos do Estado.

Nem mesmo a eletrificação rural, de que tanto se recemtem as nossas propriedades agropecuárias, deixou de ser considerado na Constituição do Estado de Goiás (artigo 144), conforme se verifica abaixo:

Artigo 144 — O Estado estimulará a eletrificação dos centros urbanos e rurais por meio de fornecimentos diretos de energia, subvenções e empréstimos.

Adubos

fortificam as terras fracas

Dep. Prop. CADAL

UMA FÓRMULA PARA CADA CULTURA — SOLICITE FOLHETOS E INFORMAÇÕES, GRATUITAMENTE

CADAL

CIA. INDUSTRIAL DE SABÃO E ADUBOS
Distrito Federal, Estados do Rio e Espírito Santo
Agentes exclusivos do Salitre do Chile para o
Rua México, 111 - 12.º a andar (Sede própria)
Caixa Postal 875 — Telefones 42-0881 e 42-0115

O problema do crédito agrícola, que desempenha função social da mais alta relevância não foi descuidado, conforme, se verifica na leitura do artigo seguinte:

Artigo 145 — O Estado criará, promoverá e estimulará a criação de estabelecimentos de crédito agro-pecuário, destinados a financiar especialmente os pequenos e médios agricultores e criadores.

Sem o crédito não pode haver progresso na agricultura. A medida que o tempo passa, maiores têm sido as pers-

pectivas daqueles que sabem utilizar o crédito com parcimônia.

Quando bem aplicado, com caráter construtivo, o crédito nunca foi um fantasma inflacionário.

Está ainda prevista na Constituição de Goiás, a assistência técnica à lavoura e à pecuária, conforme determinam o artigo 146 e o seu parágrafo único, assim redigidos:

Artigo 146 — O Estado organizará em colaboração com os Municípios, eficaz

assistência técnica à lavoura e à pecuária, procurando intensificar sua mecanização, combater-lhe as pragas, supri-las de adubos, sementes e instrumentos de trabalho.

Parágrafo único — Esses auxílios serão prestados gratuitamente ao trabalhador rural e ao pequeno produtor.

O artigo citado representa fomento agro-pecuário a ser realizado pelo Estado em colaboração com os Municípios, especialmente para os mais necessitados (trabalhador rural e pequeno produtor).

Outros assuntos, de não menor importância não foram esquecidos na Constituição do Estado de Goiás (meios de transportes e vias de comunicações, ensino profissional agrícola, etc., conforme o artigo 147, itens I, II e III adiante transcritos:

Artigo 147 — O Estado procurará ainda desenvolver e fortalecer a fonte de produção por meio de:

- I — melhoria e ampliação dos meios de transportes e vias de comunicações;
- II — ensino profissional agrícola e industrial gratuito;
- III — isenção de impostos por tempo determinado, não superior a dez anos,

para exploração de atividades de interesse nacional, estadual ou municipal.

O artigo 30 e seu parágrafo único do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição do Estado de Goiás dizem respeito ao aproveitamento das terras públicas.

Artigo 30 — O Estado promoverá o aproveitamento das terras devolutas e de outras terras públicas disponíveis mandando organizar dentro de dez meses, a fim de ser submetido à Assembléia Legislativa, o plano de loteamento e colonização, senão, venda ou doação, com preferência aos lavradores e criadores que as vêm tornando produtivas.

Parágrafo único — Fica proibida a venda de terras devolutas ocupadas por lavradores ou criadores reconhecidamente pobres que as cultivem e nelas tenham morada habitual, sendo-lhe reconhecido o domínio a título gratuito, de uma área até trinta hectares, na data da publicação deste Ato.

Até mesmo o problema do trigo não deixou de ser considerado, uma vez que o Estado possui condições ecológicas apropriadas para o desenvolvimento da triticultura.

O artigo 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias está assim redigido:

Artigo 60 — O Estado fomentará a cultura de trigo nas zonas próprias, favorecendo os agricultores por meio de auxílio técnico, prêmios e isenções de impostos, de acordo com o plano a ser elaborado oportunamente.

(Continuação da pág. 69)

neste caso? Aceitamos prazerosamente e agradecemos à D.C.P. os alevinos de "Bass", "Blue Gill" e "Tilápia", porque o nosso desejo é criar peixes saborosos para comer e ao mesmo tempo termos um meio de distração na nossa propriedade.

ESTÃO PROGREDINDO

Devido ao tamanho do lago grande, a conselho do dr. Ascanio de Faria, temos colocado nêle grande número de "Blue-Gill", assim como Tilápias, os quais, apesar das Traíras sempre existentes, estão progredindo relativamente bem, devido ao seu extraordinário potencial de produção. Agora já notamos o Tilápia em maior número, observação esta que prova certo domínio deste peixe. Uma vez tendo suficiente quantidade de "Bass" de tamanhos maiores, vamos passá-los também para esse lago.

(Continua na pág. 60)



sabão veterinário

DUPRAT

A mais perfeita proteção para os animais

- Extermina radicalmente carrapatos, piolhos, pulgas e sarnas...
- Embeleza o pêlo dos animais
- Substitui os carrapaticidas na manutenção de pequenos lotes de cavalos ou bois
- Em blocos de 100 grs. (para cães) ou 400 grs. (para animais de grande porte)

Vendas por atacado:

Rio: Imp. Soares Ltda
R. dos Mercadores, 12 - 1.º
Tel. 43-2343
S. Paulo: R. Vianna Costa
Av. R. Branco, 233-1.º - S/13
B. Horizonte: Proquisa S/A
Av. Tereza Cristina, 900
Recife: R. Vianna Costa
Rua da Praia, 183

A venda em casas especializadas, farmácias, drogarias, lojas e armazéns.
USADO PELOS PRINCIPAIS CANIS E RECOMENDADO PELOS SRS. MÉDICOS VETERINÁRIOS

CRUSH

REFRIGERANTE NATURAL

A BASE DE

SUCO DE LARANJA

(INDÚSTRIA BRASILEIRA)

EM TODO O BRASIL

ESTUDOS SÔBRE A ALIMENTAÇÃO MINERAL DO CAFEIEIRO

A Escola Superior de Agricultura "Luiz de Queiroz" da Universidade de São Paulo, no seu Boletim n.º 14 publicou os resultados preliminares de experimentação com adubos minerais em cafésal, instalada em fins de 1953 em uma de suas propriedades agrícolas.

O citado trabalho é de autoria dos professores Drs. E. Malavolta, Pimentel Gomes e T. Coury e através sua leitura pode-se ver que seu planejamento é bem simples, porém,

fósforo, (com o superfosfato simples), (4) K (só potassa, na forma de cloreto de potassa), (5) NP (azoto + fósforo), (6) NK (azoto + potassa), (7), PK (fósforo + potassa) e (8) NPK (azoto + fósforo + potassa). Êsses tratamentos foram distribuídos em blocos casualizados, com 6 repetições. Cada parcela tinha 12 covas. As adubações em cobertura foram feitas como mostra a tabela seguinte, sendo a

N (azoto) e K (potassa), não indicando diferença para com os tratamentos com P (fósforo).

Antes de realizar esta colheita foi feita uma análise foliar (análise química das folhas para verificar seu conteúdo em NPK) e suas cifras corroboram os resultados obtidos nos rendimentos, ou seja, houve um evidente aumento do conteúdo de N e de K nos tratamentos que receberam êstes elementos.

Finalmente, depois de realizada a colheita, foi observado que os vários tratamentos ofereciam à simples vista quantidades diferentes de "galhos secos", por cujo motivo se procedeu à contagem dos mesmos e os resultados foram sumamente expressivos, pois que os tratamentos que continham azoto e potassa — os elementos que contribuíram para dar maior rendimento em produção — foram também os que apresentaram menor quantidade de galhos secos; por outro lado, o fósforo, que não acusou aumento de produção, foi o elemento que contribuiu com as cifras mais altas de galhos secos.

Estão anotados no quadro-resumo abaixo, os diferentes tratamentos desta experiência com as produções da segunda colheita, em arrobas por mil pés, de café limpo (beneficiado) bem como a média de galhos secos por pé:

Realizando um estudo estatístico destas cifras, observa-se que nas produções não houve diferenças significativas quando foi adicionado um elemento fertilizante em forma isolada; quando foi feita a combinação de dois deles somente se destacou a combinação de nitrogênio + potássio (salitre do Chile + cloreto de potássio) que deu um excesso de produção em relação à testemunha, de 65,4 arrobas de café limpo p/1000 pés, e quando foram utilizados os 3 elementos (NPK) o rendimento ainda baixou um pouco com relação ao tratamento que somente levou N e K, podendo porém esta diferença ser considerada sem importância para efeitos estatísticos.

Com referência aos galhos secos, os únicos tratamentos que fizeram diminuir sua quantidade foram os que leva-



Boas mudas e cultivo racional asseguram colheitas fartas e compensadoras. Não devem subsistir os cafésais de baixo rendimento

conduzido com rigoroso controle e os resultados interessantíssimos.

Por ocasião do plantio tôdas as covas receberam uma mesma adubação completa, à base de matéria orgânica e de adubos nitrogenados, fosfatados e potássicos, sendo os dois primeiros adubos adicionados em diferentes formas constitutivas.

Aproximadamente um ano após o plantio, isto é, em princípios de 1955, foram iniciados 8 tratamentos seguintes: (1) testemunha (sem adubos), (2) N (só azoto, na forma de salitre do Chile), (3) P (só

metade das doses aplicadas no início das chuvas e a outra metade no fim da estação chuvosa:

Foram controladas as colheitas de 1956 e 1957, não tendo sido considerados neste trabalho os resultados da primeira, em virtude da pequena produção e por não ter havido diferença evidente entre os diferentes tratamentos. A segunda colheita, correspondente ao ano de 1957, deu resultados muito interessantes como se poderá observar no quadro adiante discriminado, dando maiores rendimentos os tratamentos que continham

ram N e K (salitre do Chile + cloreto de potássio), confirmando o primeiro os resultados obtidos anteriormente por STRENGE (1954) que a adubação azotada diminuía a quantidade de galhos secos

(die back). A presença do fósforo, em geral, fêz aumentar a quantidade de galhos secos, porém, para os efeitos estatísticos, pode ser considerada nula sua ação em tal sentido. Em resumo, neste trabalho

se indica que os maiores rendimentos se obtiveram nos tratamentos que continham nitrogênio (salitre do Chile) e potássio (cloreto de potassa) e que tais elementos foram os que fizeram diminuir a quantidade de galhos secos, ou seja, defenderam o cafeeiro deixando-o em melhores condições para as produções dos anos seguintes.

(Conclusão da pág. 26)

Os que me conhecem, sabem que não são do meu feitio as atitudes contemplativas. Sou mais de ação que de palavras. Por isso meu compromisso é o de tomar medidas que visem, no menor prazo possível, des congestionar a situação em que nos encontramos.

Por certo, bem sei que não se resume nessa medida liminar a solução do problema cafeeiro. A complexidade das questões ligadas à sorte do café exige ponderação e perseverança que devemos ter em conta no lançamento de um plano a longo alcance para defender, como é indispensável, o futuro dessa riqueza nacional básica.

Já existem pormenorizados estudos sobre as questões transcendentais do café brasileiro. Como membro da Junta Administrativa do IBC, tive oportunidade de presidir a Comissão Especial de Planejamento que elaborou um completo e atualíssimo trabalho nesse sentido, unanimemente aprovado pela Junta. Está ali um substancioso plano de ação que procurarei também desenvolver.

Resumindo, assim, o meu programa de ação, cabe-me dizer que conto com a indispensável e íntima colaboração do órgão supremo desta autarquia, que é a Junta Administrativa. Tenho a certeza também de que não me faltará a cooperação dos demais Diretores e a dedicação do esforçado corpo de funcionários desta Casa.

Não pressindirei, igualmente, do concurso inestimável das entidades de classe ligadas à produção e ao comércio do café. Meu desejo é acertar, e, por isso, sempre serão por mim bem recebidos todos os que tiverem o propósito de oferecer uma alta e autorizada colaboração.

Agradeço o comparecimento das autoridades aqui presentes e os que me distinguirem com suas manifestações de apreço e solidariedade.



Produzir café de boa qualidade para a conquista dos mercados internacionais, deve ser preocupação constante do cafeicultor brasileiro

Elemento fertilizante	Kg/Ha	Gramas de adubo por cova
N (azôto)	27	150 gr de Salitre do Chile
P205 (fósforo)	69	300 gr de Superfosfato simples
K20 (potassa)	123	180 gr de Cloreto de potássio

Tratamentos	Produção de arrobas por 1.000 pés	Média de galhos secos por pé
Testemunha	103,9	17,29
só azôto	107,9	7,00
só fósforo	116,1	18,83
só potássio	98,1	10,41
azôto + fósforo	116,5	9,04
azôto + potássio	169,3	1,54
fósforo + potássio	110,6	8,46
azôto + fósforo + potássio	155,3	1,67

PROBLEMAS DA CULTURA DO MILHO

BENEDITO ARLINDO BENTO

Engenheiro - Agrônomo

A maioria dos fazendeiros não sabem enquanto fica a produção de seu milho na fazenda. O vendeiro, mesmo da roça, sabe por quanto compra uma rapadura e qual o preço pelo qual deve vendê-la para obter lucro. Já o lavrador, muitas vezes, planta milho, engorda o porco à base do referido cereal, come ou vende o porco e não tem os elementos necessários para saber se ganhou ou se teve prejuízo com o mesmo. Isto é um mal; é necessário que o fazendeiro se capacite de que os trabalhos de fazenda são um negócio como outro qualquer; precisa produzir barato para que obtenha lucro.

O lema dos bons agricultores da atualidade deve ser "BBB", isto é, produzir bastante, bom e barato. Por isso, vamos abordar os pontos mais importante da cultura desse tão precioso cereal, de uma maneira clara e simples, mostrando ao agricultor alguns erros comuns, fazendo ver, ao mesmo tempo, os métodos aconselhados pela técnica a fim de que possa produzir o seu milho bom e barato.

Pode-se aumentar a sua produção sem que com isso soframos as conseqüências desastrosas da super-produção, como acontece com o café, por exemplo. Isso porque, o milho além de representar um importante artigo de exportação, devido ao seu consumo generalizado em todo o mundo, é, por excelência, um produto ainda muito escasso internamente.

O milho é planta de terra fértil; por isso é que a sua produção em derrubada nova, numa terra virgem, é sempre maior do que em terrenos já cultivados. A sua cultura nos terrenos esgotados, quando não se faz adubação, geralmente acarreta prejuízo. Sempre que possível, deve-se preferir para o seu plantio os terrenos de baixadas, quando não encharcados ou de declive suave. Existem muitas baixadas que, com um pequeno

trabalho de drenagem, pela abertura inteligente de valetas, para eliminação do excesso de água, transformam-se em excelentes terrenos para cultura do milho.

As terras de morro têm a aparente vantagem de facilitar as capinas a enxada; entretanto, a cultura do milho a enxada é dispendiosa, pouco eficiente e prejudicial ao solo, devendo ser evitada tanto quanto possível. O fazendeiro inteligente deve sempre localizar as suas pastagens no morro ou nas encostas mais ou menos íngremes e fazer as suas culturas nas baixadas. Os morros cobertos de gramíneas são pouco castigados pela erosão, e de certo modo o gramado protege as baixadas contra enxurradas. A erosão é o mais respeitável gatuno das lavouras. Ano após anos, ela vai roubando a fertilidade das terras porque rouba o próprio solo, prejudicando o que podíamos deixar de melhor, como herança para as novas gerações. É necessário combatê-la tenazmente por todos os modos, para o bem-estar nosso e dos pósteros.

Por outro lado, as baixadas prestam-se ao trabalho das máquinas, o que não somente permite uma produção maior por unidade de área, devido a dar às terras melhores condições, como também barateia muito o custo da produção. Atualmente, com a competição tão intensificada, vence o fazendeiro que produz melhor e mais barato. A máquina é, sem dúvida, um dos mais poderosos fatores para se atingir tal resultado.

SOLO

O milho é das plantas que mais agradecem os trabalhos cuidadosos de preparo do solo. Quem melhor pode falar é aquele que, tendo plantado milho a enxada, passa a cultivá-lo a máquina, em terreno bem preparado.

Um dos pontos mais importantes no preparo do solo para

cultura do milho é não se queimar as palhadas, fôlhas e canas da cultura anterior, que ficam no terreno após a colheita. Está provado, hoje, que o melhor adubo para o milho, é a própria palhada ou restos de cultura, depois de enterrada e decomposta. Sabe-se que tais restos, quando enterrados, produzem melhor resultado que o próprio estêrco de curral. Entretanto, há muito fazendeiro que ainda os queima, destruindo, dessa maneira, uma riqueza considerável.

É verdade que enterrar a palhada custa, às vezes, um pouco mais, porém o agricultor sabe que nada consegue sem trabalho. Enquanto, isso é fácil verificar como se é fartamente compensado, pelos benefícios que a palhada proporciona à cultura seguinte, no mesmo terreno.

Para se enterrar mais facilmente a palhada, deve-se após a colheita usar o arado de discos, que não somente deita e amassa toda a cana, como a enterrará convenientemente. A palhada em contato com a terra e com a umidade das últimas chuvas de maio começa a se decompor, tornando-se mais fácil de ser enterrada pelo arado. Quando não há um arado de discos, pode-se reduzir o serviço ao simples acamamento com uma tora de madeira, ou qualquer outra cousa que deite bem a cana e a coloque em contato mais íntimo com o solo, para que se transforme em húmus.

Sempre que possível, é conveniente enterrar-se ainda em maio ou junho, nos 30 dias depois que se acamou a palhada, aproveitando-se a umidade das últimas chuvas. Quando se pode executar cedo uma arção, os restos de cultura vão se decompondo desde logo, de modo que, quando chega outubro, a terra que foi arada e passada a grade em, diagonal, isto é, meio cruzado, ficará em boas condições para ser cultivada. Após a gradagem de discos, é interessante passar uma grade de dentes, para desenterrar o cisco mais raso, isto quando se empregue a semeadeira mecânica. O solo

bem preparado é aquele bem fôfo, sem que esteja excessivamente sôlto, desprovido de mato.

Esse último ponto é de grande relevância para que o mato não venha antes do milho; possibilita-se, assim, o cultivo mecânico, quando a cultura já estiver crescida.

Nos terrenos ligeiramente inclinados todos os trabalhos de preparo do solo, plantio e cultivo, devem ser transversais à inclinação, e nunca morro acima, como era praticado antigamente. Isso porque fazendo-se a cultura em sentido transversal, pode-se trabalhar com máquinas e reduzir-se o fenômeno da erosão.

ADUBAÇÃO

Como se sabe, o milho é uma planta de terra boa. Quando o terreno está esgotado é preciso adubá-lo, se o lavrador quiser fazer uma cultura lucrativa.

O adubo de curral, para o milho, é o melhor, se fôr fácil na fazenda. Ele representa uma riqueza inestimável, que pouca gente aproveita devidamente.

O melhor meio de se conseguir bom estêrco de curral em uma fazenda, sem onerá-la com instalações, é amontoá-lo diariamente longe da casa de moradia, para evitar as moscas. Sempre que fôr possível, deve-se fazer um corte no barranco, de modo tal que o carregamento possa ser feito por cima, bastando para isso impinar a carroça utilizada no transporte, e a descarga se faça por baixo, onde se prepara o caminho.

Em geral, depois de 4 a 5 meses de amontoado, o estêrco estará quase todo transformado em húmus. A palhada do café quando curtida em monte é, também, ótimo adubo para o milho.

Uma das formas de se empregar o estêrco de curral é a seguinte: abrem-se sulcos com o sulcador ou com o próprio arado, separados, uns dos outros, pela distância das fileiras em que vai ser plantado o milho. Feito isso, o adubo, transportado em uma carroça, será lançado, por igual, nos mesmos.

A quantidade de estêrco necessário se aproxima de 4 litros por metro de sulco, não

havendo, entretanto, inconveniente no emprêgo de um pouco mais.

Depois de colocado o estêrco no sulco, passa-se dentro dêste um cultivador fechado, para misturar bem o estêrco com a terra. Dos adubos químicos, os superfosfatos são em geral os de que mais necessitam o nosso solo. Têm-se obtido ótimos resultados em terras fracas, usando-se uma adubação de 250 Kg. superfosfatos, por hectare.

A adubação verde, com leguminosas, é também de grande vantagem para o solo em geral. Para que não se perca um ano com adubação verde, é boa prática plantar-se junto com o milho, na mesma fileira, covas intercaladas de feijão. Depois da colheita, enterra-se a palhada do feijão junto com a do milho.

ESCOLHA DAS SEMENTES

Evidentemente, tratando-se propriamente da escolha das sementes, têm-se que dizer algo sobre a variedade preferida.

VERMES?
OPILAÇÃO?

PANVERMINA

GLOBULOS
DE
GELATINA
(JÁ PURGATIVOS)

Golpe certo

CONTRA TODOS os VERMES

LABORATORIO PANVERMINA
RUA SAMPAIO FERRAZ, 38-RIO

O milho, como se sabe, é uma planta sensível à mudança de região e clima. Uma variedade que produz ôtimamente no Nordeste do Brasil pode, perfeitamente, não dar resultado satisfatório na região Sul do País e vice-versa.

Isso quer dizer que, sempre que possível, o lavrador deve adquirir, para o seu plantio, a variedade que já esteja adaptada à sua região, mesmo em se tratando do "milho híbrido", hoje o mais recomendado. As variedades comerciais de milho dividem-se, geralmente, em duros e denteados, cada uma das divisões podendo ter milhos brancos ou coloridos-vermelhos e amarelos. Estes últimos deverão ser preferidos especialmente para a alimentação, por serem mais nutritivos que o branco.

Os milhos denteados, são, em geral, mais produtivos que os milhos duros. Entretanto, por serem eles moles são mais atacados pelo gorgulho. Os milhos denteados também exigem terra de grande fertilidade para uma boa produ-

ção. O ponto que se deve levar em consideração relativo à variedade é o seguinte: o lavrador deve dar preferência, sejam denteados ou duros, as variedades puras, evitando os milhos mesclados, misturados, em côr e conformação, pois isso desprestigia o produto nos mercados.

Uma vez que o lavrador tenha firmado a variedade que deseja cultivar, logo vem o problema de conservá-la nas melhores condições, evitando a rápida degenerescência, o que se consegue por meio de seleção ou escolha da semente, para plantar cada ano. O próprio lavrador ou empregado inteligente e de confiança deve ir à cultura, antes da colheita geral, e escolher as espigas para o futuro plantio, levando em conta os seguintes pontos:

1 — Plantas robustas, erectas e de aspecto sadio, com duas espigas únicas e bem formadas;

2 — espigas bem maduras, bem empalhadas até a ponta e, se possível, as que se apresentarem naturalmente viradas para baixo; e

3 — espigas situadas mais ou menos no meio do pé, evitando-se as plantas de espigas muito altas.

Esta é a primeira parte da seleção, feita na própria lavoura.

Em geral, 200 espigas escolhidas nestas condições são suficientes para, depois da 2.^a seleção, produzir as sementes necessárias ao plantio de um hectare.

As espigas selecionadas na colheita são levadas para casa, procedendo-se ali ao despalhamento a fim de se fazer uma e segunda escolha.

Nesta seleção, deve-se ter em mira, principalmente, o seguinte:

1) Espigas òtimamente granadas, de fileiras mais ou menos retas, bem cheias no pé e na ponta;

2) espigas sadias, que não apresentem nenhum vestígio de doença, boa côr, sabugo flexível ou quebradiço e bem leve; e

3) sempre que possível, escolher espigas uniformes em côr, tamanho, formas dos grãos e número de fileiras.

A maioria dos lavradores gosta de despontar a espiga antes de "fazer milho" para plantio. Esse hábito tem suas vantagens, principalmente quando se utilizam máquinas no plantio, porque os grãos ficam uniformes, sendo espalhados com mais precisão pela plantadeira.

Entretanto, quando não se usa máquina, não há inconveniente algum em se usar também os grãos da ponta e do pé da espiga para plantio, desde que não sejam degenerados.

O milho de plantio deve ser òtimamente acondicionado e guardado bem sêco para que não fique prejudicado o seu poder germinativo. Para as regiões úmidas, o melhor processo é conservá-lo nas espigas e em lugar sêco e arejado, onde esteja livre dos ataques dos carunchos.

A boa semente é a pedra angular de uma boa cultura. Uma boa variedade, seleção contínua e bem orientada, são fatores imprescindíveis para a produção de milho bom, barato e econômico.

ASSOCIATIVISMO RURAL

Associação Rural de Itabirito

Para o período de Junho de 1958 a Junho de 1959, foi eleita e empossada a seguinte diretoria:

Presidente — Luiz Minardi
Vice-Presidente — Fortunato de Matos

1º Secretário — Marietta do Vale Minardi

2º Secretário — Lucas Antonio M. Painhas

1º Tesoureiro — Pedro Cardoso Sobrinho

2º Tesoureiro — Levy Dias dos Santos.

Associação Rural de Crato

Para o biênio 1958 a 1960, foi eleita e empossada a seguinte diretoria:

Presidente Pedro F. Cavalcanti

Vice-Presidente Raimundo Pinheiro Couto

1º Secretário — Dr. José Sampaio de Lacerda

2º Secretário — José do Vale Feitosa

Tesoureiro — Antonio Alves de Moraes Junior

Adjunto do Tesoureiro — Manuel Oliveira.

Novos Presidentes de Associações Rurais.

Foram eleitos e empossados os seguintes presidentes de Associações Rurais:

1 — Pedro Felício Cavalcanti — Associação Rural de Crato

2 — Expedito Zanotti — Associação Rural de Faxinal.

3 — Clovis Jatobá da Costa Lima — Associação Rural de João Alfredo.

4 — Agostinho Taddei — Associação Rural de Piratini.

Presidente reeleito.

Foi reeleito presidente da Associação Rural de Cotia, Estado de S. Paulo, para o biênio 1958-1960, o Sr. Roberto Christianini.

(Conclusão da pág. 66)

do às Agências locais a admitir os prêços correntes na região para batata-semente, certificada pelo ETA.

Para efeito do custeio da produção em espécie, a conceder 55% das despesas de instalação das culturas aos proponentes interessados nesses financiamentos.

OS TRANSPORTES NA COLONIZAÇÃO

NEY BRANDÃO

Engenheiro - Agrônomo

Sobre três esteios fundamentais se estruturam atualmente os processos e etapas que trazem a valorização sócio-econômica de uma região através da colonização agrícola. São eles: a terra, o transporte e o crédito. Em observações e comentários já publicados nesta revista, comentamos o fator terra.

Nesta oportunidade portanto, vamos cogitar do que se refere a transporte, englobando igualmente, por lhe ser correlata, a questão das vias de comunicação.

A legislação mais recente posta em vigor pelo Governo Federal sobre colonização é o Decreto-lei n. 6117, de 16 de dezembro de 1943, que dá as normas básicas para a fundação, instalação e manutenção de núcleos coloniais pela própria União, Estados e Municípios, empresas de viação férrea ou fluvial, companhias, associações ou mesmo particulares.

Diz tal decreto em seu artigo, 3º., letra "c", que tais unidades devem ser localizadas em ponto próximo de centro de população servido por estrada de ferro, rodovia ou companhia de navegação.

Estipula por conseguinte, a premissa inicial de pelo menos já haver vias de acesso até um centro populacional próximo.

Entretanto, o se admitir que tais vias de acesso existam e sem quais considerações sobre sua qualidade e uso, temos ainda problemas básicos, quais sejam o de acesso daquele centro à colônia e dentro desta, a cada um dos lotes. Embora parecendo preocupação teórica, e

sem propósito, não o é na realidade, uma vez que é comum encontrarmos colônias ou núcleos coloniais em que, para se alcançar sua sede, tem-se as maiores dificuldades, pois os acessos mais comuns existentes (rodovias), tornam-se intransponíveis, durante certas épocas do ano e em consequência, tais dificuldades desanimam qualquer tentativa no sentido do estabelecimento regular de um sistema de transportes rodoviários.

As situações mais comumente encontradas no Brasil, fazem notar que as colônias ou núcleos, em geral, surgem à custa do interesse pelo desenvolvimento econômico de determinada região, ou para aumentar o seu povoamento, sob o estímulo e iniciativa de particulares ou do próprio poder público.

Então, duas alternativas podem ocorrer: ou a empresa organizadora cuida dos transportes e das estradas até quando lhe for conveniente ou tiver recursos, ou então simplesmente instala os colonos e os deixa a sua própria mercê.

E' notório que as colônias do tipo pioneiro, de desbravamento e penetração, são ainda hoje criadas com o objetivo exclusivo de povoamento, uma vez que não possuem em absoluto as facilidades indispensáveis que

têm que ter todos os novos agrupamentos humanos que sejam instalados visando não tanto a valorização da terra e aumento do índice demográfico, e sim, a elevação do padrão de vida do colono e tais facilidades, dentro do assunto que estamos tratando, são as vias de acesso e os transportes a centros consumidores próximos.

Já ouvimos falar de colônias que se fundaram ou se pretende fundar, distantes de 800 km (e com acesso difícil) da cidade mais próximo!

As vezes porém, mais raramente, podemos verificar que certas colônias são localizadas em regiões já servidas por estradas de ferro ou de rodagem. Entretanto, persiste a dificuldade de acesso dentro da própria colônia e ocorre também que não há uma organização estável dos transportes, ficando o produtor condicionado a conduções morosas e caras ou, o que é mais comum, na dependência exclusiva de intermediários, os quais, possuindo veículos próprios, forçam a venda das colheitas, porque não tem o colono possibilidade de, ele mesmo, colocar nos centros consumidores sua produção e ante a fatal ameaça de perdê-la, cede e vende o produto de seu trabalho a preços absolutamente ínfimos!

"FOSFATO OU ESCÓRIA THOMAS"

ADUBO UNIVERSALMENTE CONHECIDO

Agentes em S. Paulo e Rio :

ARTHUR VIANNA CIA. DE MATERIAIS AGRÍCOLAS

Caixa Postal, 3572

Endereço Telegráfico: "SALITRE"

— RIO DE JANEIRO

Ou então, já assinalamos que pode ocorrer que o organismo que mantém a colônia cuide do escoamento da produção. Vemos então que tal transporte é feito à título gratuito, ou paga o colono uma certa quantia que lhe é descontada de imediato por ocasião da venda da produção, ou creditada em seu nome para posterior pagamento. Qualquer uma das variantes, embora represente uma solução que satisfaz, torna fácil compreender que não é duradoura, uma vez que só persiste enquanto atuar no local a empresa de colonização. Cessada a sua influência, se afortunadamente não se desintegram as fontes produtoras principalmente devido a irregularidades do sistema de transportes a que estarão submetidas e ao estado precário das estradas, nota-se que haverá uma rápida e natural diminuição das atividades agrícolas: perdem os colonos, na sua grande maioria, o incentivo que a facilidade de colocação de sua produção traz e cuidarão apenas de obter o necessário para viver pobremente.

Temos pois que considerar uma fórmula satisfatória, de caráter permanente e que resulte da aplicação inteligente das condições que o local pode proporcionar.

Para isto, de início há que se cuidar da organização da colônia no sentido de transformá-la progressivamente em um núcleo de vida própria, despertando nos seus habitantes o sentido de vida comunitária, capacitando-os a manter em efetivo funcionamento os serviços sociais indispensáveis, dos quais, interessa para o presente caso, o da criação e funcionamento de uma cooperativa mista, a qual poderá ter veículos próprios, o que lhe possibilitará a colocação da produção local, em ocasião oportuna e no

centro consumidor adequado, impedindo a ação perniciosa dos intermediários.

Um outro aspecto do problema refere-se à manutenção das vias de comunicações à colônia. As mais utilizadas atualmente são as rodovias, cuja conservação é onerosa, não ficando a menos de Cr\$ 30.000,00 por ano e por km, já que não sendo asfaltadas ou empedradas, há constantemente que se refazer as valetas laterais de escoamento, boeiros, capinas, aterros, etc. E' uma quantia vultuosa, a qual é natural que de início só o poder público consiga dispor. Entretanto, representando a colônia um grupo homogêneo e produtivo, haverá o máximo empenho dos governos municipal, estadual ou federal em favorecer a região em aprêço.

Quanto às estradas internas, o texto legal anteriormente citado (decreto-lei n. 6.117), estabelece que aos colonos cabe ... "a conservação das estradas de rodagem e caminhos, com menos de sete metros úteis de plataforma, que atravessarem as respectivas terras". Na realidade, entretanto, menos dispendiosa sairá tal conservação, se for feita com recursos financeiros maiores e interessando a todos os colonos. Mas isto todavia virá implicar em crescentes gastos globais e maior complexidade de tarefas, a que somente uma entidade organizada e disposta de recursos, como preconizamos que deva ser uma cooperativa mista colonial, poderá fazer frente.

Por tudo que já foi referido, podemos fortificar ainda mais a noção que se deve ter da importância do transporte e das estradas para a sobrevivência de qualquer novo agrupamento humano que se localize em região rural e que subordine suas atividades produtivas à agricultura e pecuária.

Tais itens devem ser cuidadosamente estudados, não só por ocasião da escolha de novas áreas para colonização, como também durante o planejamento prévio que deve anteceder a instalação em local já por outras razões, previamente considerado como passível de ser colonizado.

AS TRES ADUBAÇÕES

O Serviço de Informação Agrícola do Ministério da Agricultura, acaba de editar mais um magnífico trabalho do Eng. Agrônomo Hélio Rapôso, profissional de largo tirocínio, ora à disposição do Escritório Técnico de Agricultura Brasil-Estados Unidos.

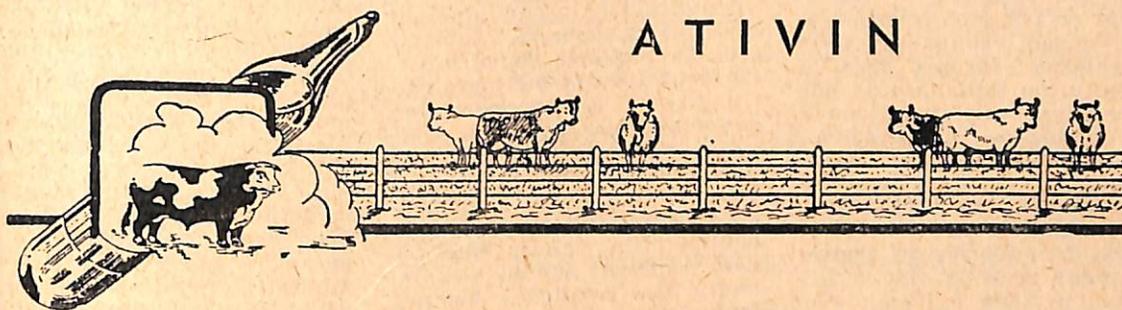
"As três adubações", escrito em linguagem clara e simples, é uma monografia cuja disseminação pela zona rural é uma necessidade imperiosa face aos úteis e oportunos ensinamentos que contem.

De há muito se fazia sentir a necessidade do S.I.A. editar uma obra versando sobre problemas de adubação e, ao fazê-lo agora, foi muito feliz, confiando o seu preparo a um dos mais capazes técnicos do Ministério da Agricultura.

Em "As três adubações", do Eng. Agr. Hélio Rapôso, os nossos agricultores encontrarão elementos para que, conhecendo bem os adubos e sabendo como utilizá-los convenientemente, consigam aumentar as suas colheitas.

(Conclusão da pág. 52)

Em apoio às observações que fizemos na nossa criação de peixes, escreveu o cientista dr. Rui Simões de Menezes, Engenheiro-Agrônomo-Biologista, o trabalho intitulado "A Tilápia é um peixe carnívoro", publicado na revista "A Lavoura" — Março-Abril, 1958.



NOVO PRODUTO MANGUINHOS

PRODUTOS VETERINÁRIOS MANGUINHOS LTDA, têm a satisfação de comunicar aos Srs. Criadores que o seu novo produto — ATIVIN — medicação estimulante inespecífica, já se encontra à venda.

Consulte o revendedor MANGUINHOS em sua zona, ou peça informações mais detalhadas à caixa postal 1420, Rio de Janeiro.

AINDA O COOPERATIVISMO, O ESTADO E A EDUCAÇÃO COOPERATIVA

FABIO LUZ FILHO

Já fizemos sentir que **Alessandro de Feo**, em "Movimento Cooperativo" (a grande revista que **Alberto Basevi** fundou em Roma depois de deixar a direção de outra grande revista "La Rivista della Cooperazione"), acaba (1958) de pôr essa questão da intervenção estatal em seus verdadeiros termos face à Constituição italiana e às leis específicas, que ressaltam a autonomia das cooperativas, dentro da concepção liberal vigorante nos países democráticos. Diz êle que a Constituição italiana (como a brasileira, na formulação de **Pontes Miranda**) acentua que a iniciativa privada é livre, não podendo, no entanto, desenvolver-se em contraste com a utilidade social, ou trazer danos à segurança, à liberdade e à dignidade humanas. A lei estabelece programas e controles no sentido de que a atividade econômica pública e privada seja dirigida e coordenada para fins sociais. É a condenação dos monopólios.

Em relação ao cooperativismo, reconhece-lhe, a Constituição italiana, a função social, quando revista o caráter mutualístico e não tenha fins de especulação privada.

A lei de 14 de dezembro de 1947 (n.º 1.577) visa, sem normas vexativas, a banir o cooperativismo espúrio. A intervenção governamental é no interesse exclusivo dos associados no que tange a eventuais abusos dos administradores, sem, porém, lesar a democracia interna, a liberdade e a autonomia do movimento cooperativo. Para isso dispõe a lei sobre o autocontrole do movimento cooperativo através do reconhecimento das organizações de representação, dando-lhes atribuições de vigência ordinária em relação às cooperativas. Tanto a inspeção ordinária feita pelos órgãos representativos, como a inspeção ordinária do Estado, devem ter um caráter assistencial, no sentido de ajudar as cooperativas a removerem erros. Somente no caso

de persistência no erro e demonstrada a incapacidade de superá-lo, podem intervir sanções maiores, como a destituição dos Conselhos de Administração ou a dissolução das sociedades cooperativas.

Na circular de 2 de abril de 1948, o Ministério do Trabalho e da Previdência Social italiana fez sentir que o Estado não considera as cooperativas como vigiados especiais, mas como empresas que, pela importância de sua função social, por sua benéfica influência na economia do País, pela contribuição valiosa que podem e devem dar ao levantamento das condições dos trabalhadores, deve êsse assistí-las não com sufocantes quanto estéreis controles, mas com medidas inteligentes que possam ajudá-las a eliminar por si mesmas as escórias que entibiem o seu organismo.

Em entrevista recentemente concedida a um jornal cearense, fiz sentir que temos atualmente registradas no S.E. Rural mais de 6.000 cooperativas de todos os tipos. Dessas, umas 4.000 mais ou menos, estão em funcionamento, mais condensadas no Sul, como é de todos sabido, por motivos óbvios. Poderia ser maior o número delas, mas para quem conhece as nossas condições ambientais, sobretudo nos meios rurais, já é um índice em certo sentido animador.

Em recente coletânea "**Hacia un mundo mejor por la acción cooperativa**" publicado pela "Federación Argentina das Cooperativas de Consumo", figura um trabalho nosso no qual ressaltamos a essas condições sócio-econômicas para uma justa análise crítica do movimento cooperativo sul-americano.

O Serviço de Emonomia Rural, apesar das conhecidas deficiências em verbas e técnicos, continua no papel que lhe cabe por lei e por princípio. Haja visto a recente rede de cooperativas de trigo abrangendo os três Estados sulinos de ecologia própria:

Paraná, Sta. Catarina e Rio Grande do Sul, o maior na produção desse nobre cereal. Foi nesse grande Estado, como já o assinalei em livro, que reiniciou o Ministério da Agricultura a cruzada cooperativista no campo da produção agrícola (1929). Em S. Paulo demos início ao movimento de produtores de leite e cooperativismo escolar.

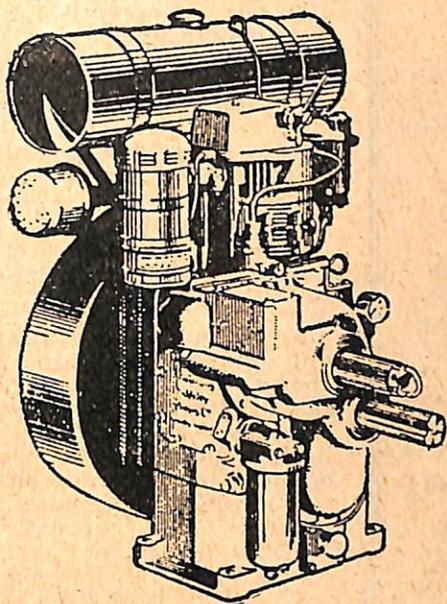
Até hoje (excluído o período em que vigorou a lei 5893) sempre foi esta a diretriz de toda a legislação cooperativista brasileira: o movimento orientado no sentido amplamente liberal. Mas, infelizmente, dado o surto do aventureirismo nas cooperativas de crédito, sobretudo em São Paulo, foram tomadas medidas que, embora discutíveis, legal e constitucionalmente, e onerosas e desestimulantes, representam tentativas drásticas para repô-las, quando preciso, em seus devidos termos. Pessoalmente discordo de tudo isso, como já tenho feito sentir em artigos, e, como funcionário, expus francamente meu ponto de vista e tudo fiz para atenuar a incidência dessas medidas de exceção. Mas julgo as discutíveis, até constitucionalmente falando.

Educar e educar, e esclarecer as elites, ou as pretensas elites, para que se não omitam, eis o caminho para afrontar, omissões e indiferenças, de vez que há setores que permanecem impermeáveis, não há dúvida, não se sabendo se se deve isso a uma mentalidade que raciocina em termos do passado, ou se esclerosadas pelos chamamentos do capitalismo ou pela incidência do que já tem feito o cooperativismo no Brasil e no mundo. Talvez ignorem muito do que se passa em toda a extensão da Ásia e em grande parte da própria África, e a palavra de técnicos experimentados nos problemas dos países subdesenvolvidos. **Nehru** mesmo disse, recentemente, que pelo cooperativismo não levantará apenas a Índia, mas o mundo...

O recente decreto n.º 43.552, publicado no Diário Oficial de 15 de abril corrente, criando a figura do interventor nas cooperativas, fere, pois, frontalmente, como já dissemos, a

ARMSTRONG SIDDELEY

MOTORES DIESEL



Unidade de cilindros gêmeos
(14 H.P. — 20 H.P.)

O Motor Diesel Armstrong Siddeley para todos os fins — disponível como unidade monocilíndrica (6 h.p. — 8 h.p.), ou unidade de cilindros gêmeos (14 h.p. — 20 h.p.). Esfriamento a ar, dispensa abastecimento de água. Transportável, de desenho simples, de baixo consumo de combustível, de partida fácil. O Motor Diesel Armstrong Siddeley tem inúmeras aplicações onde quer que se precise de fornecimento assegurado de energia a baixo preço. Para informações mais completas dirija-se a

THORNYCROFT MECÂNICA E IMPORTADORA S. A.

ESCRITÓRIO, ALMOXARIFADO E OFICINAS
RUA PREFEITO OLÍMPIO DE MELO, 1.435

Tel. 54-2084 — Rêde interna

Rio de Janeiro

FILIAL: — SÃO PAULO

RUA PEDROSO, 238 — TEL. 31-5866

FABRICADO POR ARMSTRONG SIDDELEY, COVENTRY, INGLATERRA

atual legislação orgânica brasileira sôbre cooperativas e a própria norma constitucional, não há dúvida. O órgão federal preposto à organização, propaganda e assistência e fiscalização, o Serviço de Economia Rural, justiça seja feita, sempre se pautou, como dissemos pelo, justo caráter liberal da nossa legislação específica. Esta, na sua ortodoxia, não prevê, prudentemente, a figura do interventor, o qual, além de ferir a autonomia de que sempre gozaram as cooperativas no Brasil e no mundo, com poucas exceções, traz aquêles reversos que conhecemos em tudo em que entra o espírito político no Brasil.

O ilustre mestre **Fabra Ribas**, infelizmente falecido, em carta aberta com que em 1950 nos honrou disse, numa reafirmação de princípios:

1 — Não convém que as Cooperativas atuem debaixo da tutela do Estado e muito menos que se identifiquem com

o Estado. Razões: porque o regime do Estado pode mudar, enquanto que o Cooperativismo necessita conseguir a maior estabilidade possível. Sua natureza, já se disse, é como a de certos cristais; se se mexe muito com o vaso em que se estão formando, tem-se que recommear de novo a operação.

2 — O verdadeiro progresso do Cooperativismo não depende do número de seus associados, nem do volume de suas operações, nem da ajuda que possa receber do exterior, mas principalmente do que forem capazes de fazer os membros das Cooperativas;

3 — A educação cooperativa é, por conseguinte, o que mais influi no êxito do Movimento.

Para organizar boas cooperativas é necessário formar bons cooperadores. E a educação cooperativa deve estender-se aos simples associados, aos administradores das cooperativas e aos representan-

tes dos poderes públicos encarregados de colaborar com os cooperadores.

Os representantes dos poderes públicos que desconhecem o espírito e a prática do Cooperativismo, constituem um verdadeiro perigo social, porque tratarão fatalmente de suprir sua falta de preparo com a aplicação de planos absurdos e de medidas arbitrárias.

4 — As Cooperativas são sociedades privadas de utilidade pública, cujo objetivo principal não é o lucro mas a prestação de serviços a seus associados particularmente e em geral à comunidade inteira. Por isso devem tratar de atuar sob tôda classe de regimes e acarta a legislação vigente. Seus processos excluem tôda classe de violência e até de intemperança. Seu principal instrumento de defesa, de propaganda, de ação (econômica, social e moral) consiste sempre na retidão de conduta que observam e no constante

Uma demonstração da Pujança do Cooperativismo Agrícola no país

Completou trinta anos de fecundas atividades, a Cooperativa Agrícola de Cotia, fundada por oitenta e três idealistas que, no bairro de Moinho Velho, Estado de S. Paulo, acreditaram no cooperativismo agrícola e lançaram a semente daquilo que é hoje a maior cooperativa agrícola da América do Sul.

Como uma demonstração de que o cooperativismo é uma solução para os pequenos agricultores, basta lembrar que, na Cooperativa Agrícola de Cotia, o número de cooperados é, hoje, 5.846.

O movimento do ano social 1957-1958 atingiu a elevada cifra de Cr\$ 4.540.466.077,80, assim distribuída:

Das vendas realizadas no ano social 1957-1958, a maior parte foi para São Paulo (48,82%), e, em segundo lugar, para o Rio de Janeiro (27,45%) conforme demonstração abaixo:

Forneceram diretamente ao consumidor, as quinze barracas mantidas nas feiras livres, num total de Cr\$ 22.533.678,00 os dois Postos de vendas a varejo (em Pinheiros e em Lapa), num total de Cr\$ 5.255.858,00 e os dezoito Postos de vendas localizados em S. Paulo, Rio e Santos, num total de Cr\$ 705.330.177,70.

Relativamente ao setor exportação, convém assinalar que em 1957-58, iniciou a cooperativa a exportação de palmito enlatado para a Argentina (300 caixas), e foi reiniciada a exportação de rami (341.264 quilos).

O chá e a banana ocuparam, como sempre, lugar de destaque:

Banana .. 974.978 cachos
chá 137.300 quilos

O chá foi exportado para a Inglaterra, Itália, Chile, Uruguai, Holanda e Estados Unidos. A banana, para a Argentina; o rami para o Japão, a Suíça e os Estados Unidos; e o palmito para a Argentina.

Entre os produtos agropecuários, ocuparam lugar de destaque na produção de Cotia:

a — a batata, cuja produção foi de 1.459.492 sacas, no valor de Cr\$ 619.309.580,60.

b — o tomate, cuja produção foi de 990.786 caixas, no valor de Cr\$ 280.203.844,80.

c — os ovos, cuja venda atingiu a importância de Cr\$ 374.581.487,10, havendo ainda frigorificados ovos no valor de Cr\$ 18.630.098,00 (598.140 dúzias).

d — hortaliças e verduras, cujo total de vendas atingiu a Cr\$ 130.763.508,40.

e — cereais, cuja venda atingiu a Cr\$ 120.239.345,90.

f — frutas, num total de Cr\$ 97.800.922,90.

g — chá, num total de 183.868 quilos, dos quais 137.300 quilos exportados (valor de

Cr\$ 9.372.978,60) e .. 46.568 quilos para o mercado interno (valor de Cr\$ 4.973.553,00).

h — aves, num total de Cr\$ 194.785.

No ano social 1957-1958, as principais aquisições feitas foram de adubos, rações para aves, máquinas e instrumentos agrícolas, sementes, inseticidas e fungicidas, etc.

No que se relaciona com o crédito, foram atendidos 2.127 empréstimos para moradias, veículos, terrenos, máquinas agrícolas, bem-estar, reforma de títulos, empreendimentos avícolas e outros, num total de Cr\$... 103.173.552,80.

Para financiamento de material de produção o número de fornecimentos foi de 4.463 (adubos, sementes, drogas agrícolas, máquinas, etc.), num total de Cr\$ 129.136.511,00.

O balanço geral realizado em 31 de março de 1958 acusou:

Conforme se verifica, foram auspiciosos os resultados das atividades da Cooperativa Agrícola de Cotia no ano social 1957/1958.

A leitura do Relatório da Diretoria relativo ao ano social 1957/1958, apresentado à Assembléia Geral Ordinária realizada em 31 de Julho de 1958, é uma demonstração frizante de muito que pode realizar o cooperativismo no país, quando ele é bem orientado.

Revela salientar que, a Cooperativa de Cotia sofreu no referido exercício um duro golpe, com o falecimento de seu Diretor-Gerente, Sr. Keukiti Simanoto.

Foi êsse, o segundo golpe sofrido pela Cooperativa nos últimos anos.

O primeiro, com o desaparecimento do líder Ma-

nuel Carlos Ferraz de Almeida (2 de abril de 1955) e o segundo Sr. Simanoto (25 setembro de 1957).

Os homens tem desaparecido, mas os exemplos tem ficado e a Cooperativa Agrícola de Cotia continua enveredando pelo caminho certo, dando ao cooperativismo agrícola do país a posição de realce que êle bem merece.

NOTÍCIAS

PREÇOS MÉDIOS OBTIDOS PELOS LAVRADORES

A Subdivisão de Economia Rural da Secretaria de Agricultura do Estado de S. Paulo, Rua Anchieta, 41, 10º andar, publica, mensalmente, uma útil e oportuna tabela de preços médios recebidos pelos lavradores pelos produtos agrícolas que êles produzem.

A CEBOLA, CONDIMENTO INDISPENSÁVEL

O Sr. G. Medina, Eng. Agrônomo das Casas Rurais da Secretaria de Agricultura, acaba de publicar algumas notas sobre a cultura da cebola.

EXPOSIÇÃO UNIVERSAL DE BRUXELAS

De Abril até 19 de Outubro está aberta em Bruxelas, Bélgica, a Exposição Universal de Bruxelas, considerada a mais importante jamais organizada no mundo.

NOVA DIRETORIA DA ANMVAP.

Para o exercício de 1958-1959 foi eleito presidente da ANMVAP (Associação Nacional de Máquinas, Veículos, Acessórios e Peças) o Sr. Helio de Araujo Gomido, da Cia. Importadora de Máquinas COMAC.

FINANCIAMENTO DAS CULTURAS DE BATATINHA

A Carteira de Crédito Agrícola e Industrial do Banco do Brasil resolveu fixar critérios para o financiamento da cultura da batatinha.

A CREAÍ está autorizan-

(Continua na pág. 58)

	Cr\$
Vendas	1.709.345.726,20
Compras	828.552.012,70
Crédito	1.812.639.549,40
Utilização mútua	189.928.789,50
TOTAL	4.540.466.077,80

S. Paulo	48,82%
Rio de Janeiro	27,45%
Santos	11,00%
Depósitos Regionais	6,19%
Outros Estados	2,50%
Exportação	3,19%
Norte do País	0,85%

A T I V O

	Cr\$
Ativo imobilizado	434.381.981,00
Ativo disponível	91.919.127,00
Ativo realizável	560.861,60
Ativo transitório	1.649.304,10
Ativo de compensação	39.650.000,00

P A S S I V O

	Cr\$
Passivo não exigível	426.878.010,80
Passivo exigível	737.615.229,80
Resultado do exercício	22.018.033,10
Passivo de compensação	59.650.000,00



É MAIS LUCRATIVO MULTIPLICAR A PRODUÇÃO DE 1 ALQUEIRE COM BOM ADUBO, QUE PLANTAR TRATAR E COLHER 3 ALQUEIRES-POIS SÓ A ECONOMIA DE BRAÇOS COMPENSA FARTAMENTE O SALITRE DO CHILE É UM ADUBO NATURAL QUE REFORÇA A PRODUTIVIDADE DO SOLO EXPERIMENTE-O!

SOLICITE FOLHETOS E INFORMAÇÕES, GRATUITAMENTE.



"CADAL" CIA. INDUSTRIAL DE SABÃO E ADUBOS

AGENTES EXCLUSIVOS DO SALITRE DO CHILE

PARA O DISTRITO FEDERAL, ESTADOS DO RIO E ESPÍRITO SANTO

RUA MÉXICO, 111-12.º AND. (SEDE PRÓPRIA)

CAIXA POSTAL 875 — TELS. 42-0881 e 42-0115

CADASTRO RURAL E CRÉDITO AGRÍCOLA

AMARO CAVALCANTI

Entre as organizações sociais que reconhecem a propriedade privada, surgiu a necessidade de definir claramente os direitos do proprietário em relação a terra. O reconhecimento desses direitos decorre da identificação perfeita, clara e indiscutível da propriedade, descrita individualmente com todos os detalhes, rigorosa e imparcialmente. Daí a instituição do Cadastro.

Investigando os antecedentes históricos e a correlação de interesses, parece lógico admitir que o cadastro é um resultante da conceituação do direito de propriedade e tem origem simultânea, em épocas remotas.

Segundo o Prof. Henrique de Barros, os historiadores admitem o cadastro geométrico conhecido e praticado nos três grandes impérios do oriente, que foram a Pérsia, a China e a Índia. Falam no cadastro Indiano, realizado há 2.000 anos e do que foi feito na Caldéia, 24 séculos antes da era crítica.

Aludem a existência de um cadastro egípcio, rigorosamente executado e das preocupações de organização cadastral dos Gregos e Romanos.

A idéia do Cadastro geométrico, em Portugal, começou a agir-se na segunda metade do século XIX, como sendo o meio capaz de realizar um objetivo várias vezes tentado e nunca alcançado — "a perecução do imposto" — e equidade na tributação predial.

Em 1862, o deputado Francisco Gavicho, ao discutir-se na Câmara Portuguesa uma lei de crédito hipotecário, afirmou o seguinte:

— "Eu o quero é o tombo das famílias, o que eu quero é o tombo das propriedades do país, o que eu quero é um instituição que sirva de prova única da propriedade, um inventário de toda a propriedade do país, com a declaração de sua cultura, com a declaração de sua renda líquida, do seu rendimento bruto, das suas despesas de exploração. O cadastro descritivo e minucioso de todos os prédios, de toda a propriedade, uma instituição

que fixasse o direito de propriedade e manifestasse as forças produtivas da propriedade, no seu valor verdadeiro, que servisse não só para crédito da propriedade, mas para ajusta repartição do imposto, etc."

Em 1879, o conservador do registro hipotecário do Funchal, — advoga a necessidade do cadastro, denominado de "Operação fundamental da estatística territorial".

Em Portugal data de 1926 o Decreto de Cadastro Geométrico da propriedade rústica para a Metrópole, Continente e Ilhas.

No ultramar, em Moçambique, Angola e Cabo Verde as operações cadastrais datam de 1909, 1911 e 1913 respectivamente.

Ben-Hur Raposo, em seu livro — "O Estado e o Trabalho" — alude as comissões estabelecidas na França para reorganização do cadastro de acordo com a Lei de 17 de março de 1898, estimando as verbas necessárias para os serviços cadastrais (levantamento geodesicos, topográficos, confecção das cartas, localização de acidentes, classificação das culturas etc.) no valor de Frs. 600.000.000 (seicentos milhões de francos). Invocando a autoridade de Charles Muret informa a existência do cadastro na França antes de 1789.

Na Espanha os serviços cadastrais foram orientados por uma "Junta" composta de engenheiros agrônomos, geógrafos e arquitetos, além de funcionários do Ministério da Fazenda, Diretoria de Agricultura e Montes, Serviços de Aviação, Associação de Criadores, Confederação Nacional Católica Agrária e representantes do Governo, revela o interesse, a complexidade e importância dos serviços cadastrais criteriosamente organizados.

No Brasil, a organização cadastral não passou de tentativas. A primeira iniciativa de que ha notícia sobre o cadastro, data de 1872.

Quando se discutiam os estatutos da Sociedade Auxiliadora da Agricultura de Pernambuco, a pioneira do Associativismo Rural no Brasil, o sr. Silva Cauti-

nho propôs uma emenda aos estatutos em discussão nos seguintes termos:

"Organizar o registro agrícola, publicando anualmente, a história dos diversas culturas, resultado dos melhoramentos introduzidos, os inconvenientes ocorridos e os meios empregados para remediá-los".

Enquanto o Dr. Buarque de Macêdo assim se expressou:

"Acredito que embora seja uma aspiração da Sociedade, realizar mais tarde operações de outra natureza, ela não o fará tão cedo; e a razão é que não ha possibilidade de haver estabelecimentos de crédito agrícola no país, com emissão de letras hipotecárias, enquanto o valor real da propriedade agrícola, ainda dependendo de braço escravo, não for conhecido e não existir, o Cadastro dessas propriedades

Posteriormente, em 1934 pelo Decreto n. 24.546 de 3 de Julho, foi criado o Registro de Lavradores e Criadores que não representa mais que uma contribuição estatística falha.

Em 1936, ainda por iniciativa da Sociedade Auxiliadora da Agricultura de Pernambuco a Câmara dos Deputados Estadual votou um projeto de lei especial sobre Cadastro, atribuindo à referida sociedade poderes de realizar a planta cadastral do Estado, vetada pelo Executivo (Anais da Assembléia 1936, Volume II, pag. 352).

Posteriormente, em 1938, o Departamento de Assistência às Cooperativas de Pernambuco iniciou um serviço rudimentar de cadastro, para orientar as diretrizes das entidades locais, no que tange ao abono do crédito, bem como a fiscalização por parte do órgão responsável, preparando, simultaneamente, elementos estatísticos comparativos em relação aos financiamentos.

Uma ficha para este fim elaborada continha itens generalizados para o preenchimento dos claros inclusive sobre as condições peculiares à região. No primeiro ano anotava-se em tinta escura todas as ocorrências, no segundo, apenas as alterações em tinta vermelha, passando ao verso nos anos seguintes.

Assim, a ficha registrava o índice quadrienal da vida profissional do agricultor associado à Cooperativa, capacitando distri-

buição equitativa dos limites de crédito, bem como o julgamento dos auxílios solicitados.

Pela descrição, é fácil concluir o espírito de ordem a que se subordinavam os autores executivos do programa de crédito agrícola-cooperativo, ensaiado em Pernambuco, de modo intensivo, talvez sem precedentes no Brasil, sobretudo pelo fato de não se ter constatado prejuízo de 1938 até 1942.

A fiscalização supervisionava a aplicação do crédito e o emprego no local, em todos os municípios do Estado. Em muitos deles, onde existiam sédes de serviços agrônômicos, os financiamentos eram condicionados a assistência técnica dos profissionais o que foi coroado de pleno êxito.

Não menos importante foi a iniciativa do cadastro para os pequenos açudes.

Neste caso procedia-se a uma investigação prévia dos títulos de propriedade, levantamento da bacia hidrográfica e projeto da barragem por conta do Governo. Sendo a construção financiada totalmente para pagamento no prazo de 5 a 10 anos à base de orçamento, com garantia hipotecária na forma de regulamento.

O sistema de distribuição de crédito experimentado pela Secretaria de Agricultura de Pernambuco, compreendia dois órgãos distintos:

A Caixa de Crédito Mobiliário de Pernambuco, subordinada à Secretaria da Fazenda, e o Departamento de Assistência às Cooperativas (DAC), dependência da Secretaria de Agricultura.

Na concessão de crédito às Cooperativas, o financiamento pela Caixa dependia de informações do DAC, autorizando o empréstimo, determinando prazo, juros e demais condições regulamentares.

Os empréstimos para ajuda-gem obedeciam o regulamento especial.

Foi previsto o tipo de Cooperativas Agro-pecuárias — Mixtas com seção de compras e vendas em comum, seção que só funcionou em alguns casos, de modo satisfatório.

A indústria de Laticínios também se organizou com êxito, à base Cooperativa, não tendo continuadores.

Vale ressaltar o grande retraimento e até uma reação inicial ao fornecimento de dados exatos. Para o homem do campo o interesse do Governo só se ex-

plicava, até então, para efeitos fiscais de aumento dos tributos.

A presença assídua dos técnicos e a facilidade verificada na realização dos negócios à base das informações, estabeleceu um ambiente de confiança recíproca, de modo que as Cooperativas dirigidas pelos mais capazes, chegaram a conseguir um fichário informativo que não era o ideal, mas o possível de fazer com os elementos disponíveis, para segurança dos negócios e estímulo do crédito pessoal.

A falta de continuidade administrativa, pelo menos no que se refere a normas técnicas, motivou o desperdício e desvio de elementos valiosos e entusiastas que prestavam serviços relevantes ao cooperativismo e à economia do Estado.

A Secretaria de Agricultura, com a criação do Departamento de Terras e Colonização, iniciou o serviço de cadastro territorial limitado, entretanto, ao levantamento da planta das propriedades, sem divulgação referente à aplicação no regime do crédito.

Na Bahia por Decreto lei n. 11.751, de 31 de outubro de 1940, foi instituído o Cadastro Rural. Em seu artigo 3.º define sua orientação:

“O levantamento do cadastro será feito mediante informações que os donos e ocupantes dos imóveis rurais, são obrigados a prestar e a renovar anualmente, no prazo marcado para o pagamento da taxa de estatística”.

O plano baiano, de certo modo diferente, prepara ambiente e condições para melhoria e aproveitamento da experiência e dos métodos de organização.

Em Alagoas também houve uma iniciativa no sentido de cadastrar os plantadores de cana.

Em algumas zonas rurais do Brasil, as propriedades estão demarcadas e os proprietários possuem plantas dos mesmos e do conjunto delas, como é o caso das usinas de açúcar.

No Sul da Bahia, Ilhéus e Itabuna, por exemplo, as propriedades estão demarcadas de tal modo que as áreas excedentes da confrontação das plantas, são consideradas — terras devolutas.

A experiência de outros planos e os antecedentes históricos brasileiros reconhecem a alta significação do Cadastro na organização do crédito. Qualquer entidade que transige à base do crédito bancário ou comercial tem estabelecido seus limites e

normas, ditadas pelas médias resultantes dos haveres e conduta, bem como de informações confidenciais e fórmulas que determinam o índice de solvência dos tomadores e os coeficientes de segurança das operações. Nas operações de crédito rural tais normas ainda não foram objeto de sistematização. Os insucessos, a amarga experiência ao que erroneamente se chamou crédito agrícola, resultaram, na quase totalidade, da falta de um critério fundamentado no cadastro rural, predominando fatores de interesses pessoais, em prejuízo da orientação compatível com os objetivos reais dos negócios.

As condições econômico-financeiras, muito peculiares do agricultor, envolvem um conjunto de circunstâncias, exigindo conhecimentos especializados, de ordem local, possíveis somente através de investigações de profundidade que sintetizem a situação exata da propriedade, seus valores naturais e possibilidades econômicas de exploração.

Na época presente, quando os inqueritos sobre custos de produção preocupam de modo especial, os particulares se organizam em empresas obrigadas à publicação de balanços, em alguns casos até a escritas padronizadas, para conhecimentos público e efeito de crédito. O segredo dos negócios passou a ser dependente da aplicação dos resultados experimentais, da técnica, da organização baseada nas estatísticas, da máquina, do homem com a sua inteligência a movimentar e evoluir sem previsão de limites.

Dentro deste constante evoluir os processos agrícolas, em nosso País, ainda permanecem muito distanciados da técnica moderna. O agricultor vive em completo abandono, ignorando seus próprios haveres desconhecendo a própria capacidade de realizar.

O ruralista brasileiro continua a ser o lutador contra todas as adversidades.

Aos olhos do processo constituem uma prova de heroísmo, digno de registro e homenagem.

Nenhum povo conquistou independência econômica sem organização e crédito. O crédito, entretanto, tem suas exigências normais de aplicação. É semelhante aos tóxicos, em doses mínimas, envenenam lentamente. São perigosos e produzem efeitos desastrosos imprevistos

quando usados acima dos limites.

Segundo os organismos, sua aplicação deve ser orientada à base de índices criteriosamente interpretados.

O cadastro rural é o fundamento do crédito. O cadastro territorial será a bússola, o orientador informativo e seguro de tudo quanto é exigível como fator de êxito, na aplicação do crédito destinado à produção, no sentido amplo da palavra.

Consolida a condição do tomador, assegurando tranquilidade aos órgãos financiadores.

A sua feitura, entretanto, demanda princípios de técnica e probidade profissional, de modo a caracterizar a realidade em todos os sentidos.

Não tem merecido atenção devida, por parte dos nossos governos, líderes de classes agrícolas e estabelecimentos de créditos, a organização do cadastro rural.

Dentre outras razões invocadas alega-se ser de execução demorada.

No caso de Pernambuco quando votada a lei em 1936, dizia-se com certo pessimismo que era um plano para 10 anos. O que é certo, é que, esgotou duas vezes o prazo e nada se fez.

Preconizado e julgado necessário em todas as Reuniões, Conferências e Congressos, onde é discutido, o cadastro rural proporcionará, além de outras vantagens imediatas, as adeant enumeradas:

I — No setor da vida interna e da situação jurídica e econômica do produtor, o cadastro esclarece:

- a) a área total exata da propriedade;
- b) as áreas parciais destinadas a cultura, pastagens, benfeitorias, matas, etc.;
- c) os cursos d'água e seu possível aproveitamento, segundo o volume d'água e desnível;
- d) a definição dos problemas de limites, a possibilidade de equacionamento e soluções normais, evitando lutas intermináveis, de conseqüências tão lamentadas e perturbadoras constantes da ordem e tranquilidade públicas.

II — Aos poderes públicos o cadastro informa e orienta:

- a) a exatidão da planta geral da propriedade, do município e do Estado;
- b) como tributar com equidade;

c) como orientar o plano rodoviário tendo em conta a economia da produção e do abastecimento;

d) a realização de inqueritos econômicos, elaboração de estatística e planos de colonização;

e) a regulamentação dos arrendamentos e fôros;

f) a aplicação mais apropriada e eficiente dos serviços de assistência social.

III — Em relação ao crédito o cadastro torna-se indispensável:

a) definindo e identificando a propriedade, em todos os seus detalhes informativos de modo permanente;

b) possibilitando o planejamento do trabalho e do conjunto de fatores da produção.

c) facilitando o conhecimento de todos os elementos de créditos do ruralista e a colaboração não só do poder público e dos estabelecimentos oficiais como dos próprios agricultores da região;

d) orientando as relações entre proprietários e foreiros, rendeiros e parceiros entre si, bem como entre os referidos e os órgãos financiadores.

O cadastro tem igualmente função social e pacificadora.

O brilhante homem público, Costa Régio, de saudosa memória, com a responsabilidade e experiência dos elevados cargos que desempenhou, e finalmente com a responsabilidade de acreditado jornalista cotidiano, em uma de suas colaborações, focalizou com realismo um dos aspectos gravíssimos da vida rural, como seja a tragédia do lavrador desfavorecido de conhecimentos, em face às constantes injustiças praticadas pelos agentes do fisco, no caso do imposto territorial concluindo com muita objetividade — "o drama dos executivos, não é por conseguinte apenas fiscal, é um drama em última análise, da sociedade, atingindo com o desamparo precisamente, os menos hábeis e capazes de organizar a própria defesa".

Recentemente, em Minas Gerais, um dos maiores e mais progressistas Estados da Federação, travou-se uma luta entre o governo e proprietário rural. Luta que movimentou as Associações e Federações Rural do Estado, e até a Confederação Rural Brasileira, em solução satisfatória até o presente momento. Da luta que continuará, resultou a quebra da harmonia que deve existir entre poder público e classes produtoras, sem resultado

vantajoso para qualquer das partes.

Só o Cadastro Rural poderá oferecer elementos para solucionar, com equidade, a pendência que se prolongará por muito tempo.

Por falta de elementos que elucidem e orientem as decisões, poder público e privado permanecerão em conflito e impossibilitados de traçarem planejamentos e diretrizes racionais, no sentido do desenvolvimento das fontes de produção e do abastecimento às populações em condições que atendam aos interesses coletivos.

Os trabalhos de levantamento cadastral, poderão ser executados por departamentos ou através de firmas especializadas.

Os métodos modernos e rápidos que a engenharia proporciona, anulam os argumentos pessimistas de demora, reduzindo a prazos mínimos planos que outrora exigiam quinquênios ou decênios.

Obrigatório por lei o cadastro alcançando até os pequenos sítios isentos de imposto territorial, todo proprietário poderá ter planta da propriedade, própria ou arrendada, em condições do "Registro Torrens", por mínimo preço. O pagamento poderá ser feito, adicionado ao imposto territorial, em parcelas proporcionais às áreas e nunca superiores a este, durante o prazo necessário ao seu resgate, sem juros.

Subscreve o Prof. Henrique de Barros quando reconhece as evidentes dificuldades que o problema apresenta no caso brasileiro, pela vastidão territorial e variado conjunto de circunstâncias e peculiaridades. E em vista da complexidade de solução do problema de cadastro no Brasil, o eminente economista Português ainda admite a tentativa de solução do problema em escalões sucessivos, começando pelas regiões de maior riqueza agrícola e de mais apreciável densidade de população e subordinada a duas condições de êxito:

1. "ampla participação da classe agrônômica nas operações cadastrais;

2. aplicação estrita dos princípios brasileiros do cadastro — geométrico, com avaliação por classes e valores, tal como vem sendo praticado, com êxito, em numerosos países".

(Trabalho apresentado ao Centro Sulamericano de Crédito Agrícola).

A LAVOURA DO DISTRITO FEDERAL

*De braços cruzados as autoridades municipais
— Apêlo ao Conselho Coordenador do
Abastecimento*

Como é sabido de todos, o Mercado de Madureira tem como finalidade precípua, atender o escoamento dos produtos hortigranjeiros do chamado sertão carioca, sendo que no referido empório, existe uma área destinada exclusivamente aos lavradores.

Constantemente, os legítimos detentores daquele reduto estão sendo vítimas de espoliações e perseguições de toda espécie por parte de funcionários da municipalidade destacados naquele mercado e que não querem respeitar as leis do próprio poder a que servem. Numerosos lavradores que operam no Mercado de Madureira vieram em massa à sede da SOCIEDADE NACIONAL DE AGRICULTURA solicitar providências junto a quem de direito para que cessassem as arbitrariedades de que estão sendo vítimas. Fizeram suas queixas e o Departamento das Associações Rurais do Distrito Federal, imediatamente levou o fato ao conhecimento do Departamento de Abastecimento da Prefeitura do Distrito Federal, convidando o respectivo titular, Sr. Lélío Telmo de Carvalho a tomar parte em uma reunião e ouvir pessoalmente os prejudicados. O diretor prometeu comparecer, combinou hora, telefonou avisando que o esperassem, mas lá não pôs os pés. Os lavradores se indignaram e telegrafaram ao Prefeito solicitando providências. Informado da atitude dos lavradores, apressou-se o Diretor do Abastecimento em dirigir ao DARDIF o seguinte ofício:

"Of. 146/DAB

Em 21 de julho de 1958

Ilmo. Sr. diretor do DARDIF

Em nosso poder o ofício DAD/0102, de 12-7-58, que passamos a responder:

1. Foi-nos grato receber o convite para comparecer à reunião em que estariam presentes organizações agrícolas que abastecem o Mercado de Madureira. Estávamos nos preparando para lá comparecer, — quando fomos convocados pelo Exmo. Sr. Secretário Geral de Agricultura para resolver uma crise criada com o rompimento do acórdio de fornecimento de refeições para trezentos trabalhadores do Matadouro de Santa Cruz, que iniciam seu labor às três horas da madrugada.

2. Embora tivéssemos comunicado ao Senhor Secretário Geral o compromisso que tínhamos com V.S., em face da gravidade dos fatos e da urgência de ser encontrada uma solução sugeriu-nos Sua Excelência fôsse retardado o nosso comparecimento à mencionada reunião.

3. Por motivo de se terem prolongado os debates no SAPS, responsável pelo forne-

cimento das refeições citadas, e das dificuldades de trânsito, quando regressamos ao nosso Gabinete, tivemos conhecimento de que a reunião realizada pela Sociedade dirigida por V.S. já havia sido suspensa.

4. Cabe-nos, no entanto, agora expressar o nosso desejo em entrar em contacto com essa parcela da laborosa classe de lavradores do Distrito Federal, motivo porque solicitamos a V.S. anotar que estamos dispostos a comparecer aonde formos convocados no sentido de receber as reivindicações e debater o assunto para sua solução definitiva. Se isso não fôr possível, diante da situação criada, solicitamos seja-nos enviado um memorial que consubstancie as reivindicações mencionadas.

A LAVOURA

(ÓRGÃO DA SOCIEDADE NACIONAL
DE AGRICULTURA)

Fundada em 1897

Engº. Agrônomo ARTHUR TORRES FILHO
Presidente da Sociedade

LUIZ MARQUES POLIANO

Diretor Responsável e Redator-Secretário

Engº. Agrônomo ANTONIO DE ARRUDA
CAMARA
Diretor

Engº. Agrônomo KURT REPSOLD
Diretor Técnico

Engº. Agrônomo GERALDO GOULART
DA SILVEIRA
Redator-Técnico

CARLOS ALBERTO SOARES
Chefe de Publicidade

Redação e Administração:

General Justo, 171

Telefone: 42-2981

Caixa Postal: 1245

Rio de Janeiro

Nem a redação da Revista nem a Sociedade Nacional de Agricultura são responsáveis pelos conceitos emitidos em artigos assinados

Representante em S. Paulo:

NEWTON FEITOZA

RUA BOA VISTA, 245, 3.º andar — Tel.:
33-1432 — End. Tel.: "LINEFE." C. P. 7257

— SÃO PAULO —

Aproveitamos a oportunidade para renovar a V.S. nossos protestos de elevada estima e distinta consideração.

Lélio Telmo de Carvalho
Diretor do DAB"

Ante a escassez de providências por parte das autoridades municipais, o Sr. Flávio da Costa Britto levou os queixosos a presença do coronel Walter Santos, secretário geral do Conselho Coodenador do Abastecimento que prometeu tomar as providências cabíveis.

PARA A AGRICULTURA NADA!

A Lei Municipal n.º 903, de 11 de dezembro de 1957 (Lei Orçamentária da Prefeitura), prevê:

"Verba 300 — Secretaria Geral de Agricultura, Indústria e Comércio — Código 4 372 — para a matrícula de menores filhos de lavradores, registrados na Secretaria de Agricultura, Indústria e Comércio, na Escola de Horticultura "Wencesláo Bello", a importância de Cr\$ 2.000.000,00 (dois milhões de cruzeiros)."

O edil que conseguiu fazer incorporar o inciso na lei orçamentária da P.D.F., sabia que essa Escola, há mais de 60 anos, vem prestando à agricultura, sobretudo do Distrito Federal, os melhores serviços, com a formação de profissionais dos mais úteis ao aperfeiçoamento das nossas práticas agrícolas.

A Diretoria da S.N.A., mantenedora do estabelecimento, único no gênero, no Brasil, apresentou ao Secretário de Agricultura do Município um plano para o aproveitamento dessa verba, segundo o qual, trinta filhos de lavradores seriam beneficiados com a sua matrícula de internos na E. H. W. B.

A resposta, que não merece comentários, vai publicada a seguir, e diz muito bem de como os responsáveis pelo setor agrícola da nossa Prefeitura encaram as tarefas a seu cargo:

"Ofício n.º 488.

Senhor Presidente:

Em 8 de julho de 1958

Em resposta ao seu ofício n.º 127 020, de 3-3-58, tenho a informar-lhe que, infelizmente, esta Secretaria Geral não poderá utilizar, no corrente exercício, a dotação de Cr\$ 2.000.000,00 (dois milhões de cruzeiros), que consigna a Verba 300 — Código 3 492 "para matrícula de menores filhos de lavradores registrados na Secretaria Geral de Agricultura, Indústria e Comércio, na Escola de Horticultura Wencesláo Bello", uma vez que tal dotação foi incluída, na sua totalidade no "Plano de Economias" recomendado pela Circular n.º 848, de 20-5-58, do Excelentíssimo Senhor Prefeito.

Assim sendo, não mais subsiste a possibilidade de se proceder às matrículas no corrente ano.

Nesta oportunidade, reitero a Vossa Senhoria meus protestos de elevada consideração.

Secretário Geral, Interino
(as.) Nelson Moreira

Deixamos que nossos leitores tirem as conclusões do assunto à vista do *ciente* do Diretor da Escola no ofício do Sr. Nelson Moreira, Secretário Geral, interino, daquele órgão que, em mãos diligentes e realmente interessada, seria um setor importante da fabulosa máquina politico-administrativa que é a Prefeitura desta nossa futura ex-Capital da República:

"Ao apôr o meu "ciente" no presente processo, devo lastimar o pouco interesse que demonstrou a P.D.F., através de sua Secretaria Geral de Agricultura, pela formação de profissionais em Horticultura, incluindo no seu "plano de economia" toda a verba destinada a matrícula de menores filhos de lavradores do Distrito Federal, na Escola de Horticultura "Wencesláo Bello". Em 5-9-58. Ass. *Cynéas Lima Guimarães*, Diretor da Escola de Horticultura "Wencesláo Bello."

CANCELAMENTO DE REGISTRO DE LAVRADORES

Foram cancelados os registros dos seguintes lavradores, todos pertencentes ao Posto Agrícola II.

- Adelaide da Conceição Batista e Outro — Est. do Portinho, 232-A — Inscrição 6075 — Não está mais no local.
Arnaldo Augusto de Aguiar — Rua Boré, 260 — Inscrição 5511 — Idem.
Arnaldo de Azevedo — Est. do Portinho, 232 — Inscrição 5892 — Idem.
Joaquim de Melo Coelho e Outro — Fazenda da Areal — Sítio 83 — Idem.
Daniel Borges Delgado e Outro — Rua João Romeiro — Insc. 5469 — Idem.
Wolgrand Ferreira — Est. Intendente Magalhães — Insc. 269 — Idem.
Alexandre Maria — Est. Intendente Magalhães, 139 — Insc. 269 — Idem.
Carminda da Piedade — Est. do Portinho, 371 — Insc. 3388 — Idem.
Armindo Magalhães Teles — Est. do Furão, 114 — Insc. 6255 — Não está mais no local.
Marcelino Marques do Vale — Rua João Romeiro, 5143 — Insc. 5143 — Idem.
João Lacerda da Costa — Est. da Pedreira, 61/63 — Insc. 6970 — Vendeu as benfeitorias.
Antonio Rodrigues Duarte — Est. de Sepetiba, s/n. — Insc. 1021 — Não tem condições para ser atendido.

MAPA DE DISTRIBUIÇÃO DE RESÍDUOS DE TRIGO DO MÊS DE AGOSTO DE 1958

QUOTA DA P.D.F.

Coop. Agrics. Criads. Jacarepaguá	100 scs
Coop. Cons. Avic. Dom. Jacarepaguá	100 scs
Coop. Agrics. Criads. Campo Grande	30 scs
Coop. Agrics. Criads. Guaratiba	30 scs

Coop. Agrics. Criads. Ilha de Guaratiba	100	scs
Coop. Agrics. Criads. Irajá	28	scs
Coop. Agrics. Criads. Mato Alto	28	scs
Coop. Agrics. Criads. Zona Rural Ltda.	28	scs
Coop. Mista Agro-Pec. Sta. Cruz ...	70	scs
Coop. Bandeirantes	28	scs
Coop. Avic. Sta. Cruz	28	scs
Coop. Agrícola Mista Guanabara, Responsabilidade Ltda.	28	scs
Coop. Agrics. Sertão de Jacarepaguá-Guaratiba	28	scs
Associação Rural de Coqueiros	28	scs
Associação Rural de Jacarepaguá ..	28	scs
Associação Rural de Realengo	28	scs
Associação Rural do Rio da Prata ..	50	scs
Associação Rural de Cachamorra ...	28	scs
Associação Rural de Mendanha	28	scs
Associação Rural Reta do R. Grande ..	28	scs
Associação Rural de Palmares	28	scs
Sociedade União dos Agricultores ..	28	scs
TOTAL	900	scs

MAPA DE DISTRIBUIÇÃO DE RESÍDUOS DE TRIGO DO MÊS DE AGOSTO DE 1958

QUOTA DO DARDIF

Coop. Agrics. Criads. Jacarepaguá	300	scs
Coop. Cons. Avic. Dom. Jacarepaguá	300	scs
Coop. Agr. de Bangu	200	scs
Coop. Agrics. Criads. Irajá Ltda. ..	200	scs
Coop. Lavrads. Criads. Zona Rural Ltda.	100	scs
Coop. Bandeirantes	100	scs
Ass. Rural de Realengo	200	scs
Ass. Rural de Viégas	200	scs
Ass. Rural de Sta. Eugênia	80	scs
Ass. Rural de Palmares	80	scs
Ass. Rural de Cachamorra	80	scs
Ass. Rural de Mendanha	80	scs
Soc. União de Agricultores	250	scs
Ass. Rural Reta do Rio Grande ..	100	scs
Ass. Rural Rio da Prata	200	scs
Coop. dos Funcs. do B. Brasil	200	scs
Coop. Agro-Avícola Mista da Vila da Penha Ltda.	100	scs
TOTAL	2.770	scs

ATA DA 46.^a REUNIÃO SEMANAL, ORDINÁRIA DO DEPARTAMENTO DAS ASSOCIAÇÕES RURAIS DO DISTRITO FEDERAL, realizada em 1 de Julho de 1958, sob a PRESIDÊNCIA do Sr. FLÁVIO DA COSTA BRITTO

Antonio Paes dos Santos
Luiz José dos Santos
Manoel Agapito
Agrícola Castello Borges
Abel de Almeida
Itagyba Barçante
Walter Leonardo Pereira
Antonio Vaz

Ao 1.^o dia do mês de julho de mil novecentos e cinquenta e oito, presentes os srs. representantes de Cooperativas e Associações Rurais, acima assina-

dos e filiados a Sociedade Nacional de Agricultura e com a presença do Dr. Itagyba Barçante, realizou-se na sede da SOCIEDADE NACIONAL DE AGRICULTURA, à Av. Gen. Justo, 171 - 2.^o andar, mais uma reunião deste Departamento sob a presidência do Sr. Flávio da Costa Britto. Abrindo os trabalhos o Sr. Presidente determinou a leitura, discussão e votação da ata da reunião anterior o que foi feito sem alteração. Em seguida, o Sr. Presidente passou a se reportar ao Congresso de Lavradores recentemente levado a efeito no saguão da Câmara Municipal desta Capital, conclavé no qual não compareceram representantes da S.N.A. pelos motivos já conhecidos e constantes da Ata da reunião anterior. Determinou em seguida o Sr. Presidente que o Secretário lesse a nota oficial da Sociedade Nacional de Agricultura distribuída a Imprensa desta Capital sobre o referido congresso e que tem o seguinte teor: "Por intermédio do Departamento das Associações Rurais do Distrito Federal, DARDIF, um grupo de lavradores da zona rural metropolitana consultou à Diretoria da S.N.A. — órgão federativo da classe rural do Distrito Federal — se o mesmo poderia tomar parte nos trabalhos da anunciada Conferência de Lavradores do Distrito Federal a se realizar de 25 a 27 do corrente na Câmara Municipal do Distrito Federal. A diretoria da S.N.A. depois de examinar detidamente o assunto, tendo em vista a máxima observância dos dispositivos legais que regem o associativismo rural no país e verificando que o conclave é uma iniciativa isolada de lavradores e não de associações rurais, integrantes do DARDIF, decidiu não participar da dita Conferência". Retomando a palavra o Sr. Presidente, comunicou a casa ter entrado em entendimentos com autoridades da COFAP e do Conselho Coordenador do Abastecimento no intuito de dar melhor solução a distribuição dos resíduos de trigo, de vez que os moinhos, além do preço exorbitante que estão cobrando ainda entregam farelo da pior espécie por remóido e farelinho. Foi franqueada a palavra a vários dos presentes que formularam queixas contra os moinhos, respondendo o Sr. Presidente que iria prosseguir na série de entendimentos já iniciada. As 17 horas, nada mais havendo para deliberação, foi encerrada a reunião marcando o Sr. Presidente, nova reunião para a próxima semana.

ATA DA 47.^a REUNIÃO SEMANAL, ORDINÁRIA DO DEPARTAMENTO DAS ASSOCIAÇÕES RURAIS DO DISTRITO FEDERAL, realizada em 15 de julho de 1958, sob a PRESIDÊNCIA do Sr. FLÁVIO DA COSTA BRITTO

Antonio Paes dos Santos
Antonio Ferreira Caseiro
Fernando Nunes da Cruz
Eleuzipio Cândido da Silva
Antonio Vaz
Flávio da Costa Britto
Abel de Almeida
Djalma Correia Tavares da Silva

Aos 15 dias do mês de julho de 1958, com a presença dos srs. representantes de Cooperativas e Associações Rurais, acima assinados e filiados à Sociedade Nacional de Agricultura, realizou-se na sede da SOCIEDADE NACIONAL DE AGRICULTURA, à Av. Gen. Justo, 171 - 2.^o andar, mais uma reunião desse Departamento, sob a presidência do

Sr. Flávio da Costa Britto. Abrindo os trabalhos o Sr. Presidente determinou a leitura, discussão e votação da ata da reunião anterior, o que foi feito, sendo a mesma aprovada sem alteração. Com a palavra o Sr. Presidente comunicou o mesmo aos presentes que, em virtude do assunto de transcendental importância a ser tratado, a reunião seria em conjunto com a União das Cooperativas do Distrito Federal. Revelou então S.S. que ali se achavam presentes numerosos lavradores do Sertão Carioca com atividades no Mercado de Madureira e que procuraram a Sociedade Nacional de Agricultura solicitando providências contra irregularidades que ocorrem naquele mercado graça a conivência de funcionários da Diretoria de Abastecimento da Secretaria Geral de Agricultura, com falsos lavradores e outros inimigos dos verdadeiros lavradores do Sertão Carioca. Para melhor encaminhar as providências tendentes a solucionar o caso, declarou o Sr. Presidente haver convidado para assistir a reunião e ouvir as queixas o Sr. Diretor do Abastecimento, Dr. Lelio Telmo de Carvalho, autoridade a qual está afeto o bom andamento dos serviços naquele mercado. Adiantou o Sr. Presidente que aquela autoridade havia comunicado que compareceria a reunião às 16 horas e solicitou que todos os presentes aguardassem a presença do mesmo. Enquanto isso, o Sr. Presidente franqueou a palavra a quem dela quisesse fazer uso, falando vários oradores enumerando as arbitrariedades que ali são cometidas contra os lavradores em benefício de elementos estranhos a classe, mas protegidos por funcionários do citado mercado. A reunião prosseguiu assim até às 17,30 horas, não tendo comparecido o Sr. Diretor do Abastecimento o que descontentou sobremaneira os presentes, principalmente por ter aquela autoridade, momentos antes avisado telefonicamente que compareceria a reunião. As queixas se sucederam e por proposta de um dos presentes ficou deliberado endereçar ao Sr. Diretor do Abastecimento um telegrama dando conta do transcurso da reunião e concebido nos seguintes termos: "Diretor Abastecimento P. D. F. Lavradores Associação Rural Distrito Federal e União Cooperativa Distrito Federal, vinculadas Sociedade Nacional de Agricultura reunidos sede Av. Gen. Justo, 171 - 2.º andar, a fim expor V. Sa. viva voz conforme nosso convite de 17 do corrente as irregularidades estão se verificando Mercado Madureira, por elementos subordinados dessa Secretaria, onde cerca de 60 produtores foram desalojados seus lugares venda suas mercadorias com graves prejuízos produção e abastecimento Distrito Federal. Como se não bastasse a inconveniência desses lamentáveis acontecimentos, vimos, depois de uma espera de duas horas por V. Sa., frustrada tentativa trazê-lo nossa reunião, o que bem demonstra o critério da autoridade responsável pelo Abas-

tecimento desta Capital Atenciosamente". As 18 horas nada mais havendo para deliberação foi encerrada a sessão, marcando o Sr. Presidente nova reunião para a próxima semana.

ATA DA 48.ª REUNIÃO SEMANAL, ORDINÁRIA DO DEPARTAMENTO DAS ASSOCIAÇÕES RURAIS DO DISTRITO FEDERAL, realizada em 22 de julho de 1958, sob a PRESIDÊNCIA do SR. FLÁVIO D ACOSTA BRITTO

*Flávio da Costa Britto
Evaristo Sebastião
Abel de Almeida
Manoel Agapito
Adamastor Lima
Luiz Marques Poliano
Itagyba Barçante
Antonio Ferreira Caseiro*

Aos 22 dias do mês de julho de mil novecentos e cinqüenta e oito, com a presença dos srs. representantes de Cooperativas e Associações Rurais, acima assinados e filiados à Sociedade Nacional de Agricultura, realizou-se na sede da SOCIEDADE NACIONAL DE AGRICULTURA, à Av. Gal. Justo, 171 - 2.º andar, mais uma reunião deste Departamento sob a presidência do Sr. Flávio da Costa Britto. Abrindo os trabalhos o Sr. Presidente determinou a leitura, discussão e votação da ata da reunião anterior, o que foi feito, sendo a mesma aprovada sem alteração. Usando da palavra o Sr. Presidente levou ao conhecimento dos presentes ter determinado as necessárias providências junto às autoridades competentes no sentido de ser conseguido uma quota de cimento para atender a várias obras de propriedades de lavradores. Referiu-se em seguida a situação dos resíduos distribuídos por alguns moinhos e que estão sendo objeto de reclamações gerais, informando já ter tratado do assunto junto ao Serviço de Trigo e Derivados e que brevemente levará o caso a apreciação do plenário da COFAP. Em seguida anunciou o Sr. Presidente que o Coronel Presidente do Conselho Coordenador do Abastecimento marcara uma audiência especial para às 16 horas daquele dia a fim de receber os lavradores que estão sendo prejudicados na área livre do Mercado da Madureira. Vários associados presentes obtiveram o uso da palavra reafirmando as reclamações anteriores e solicitando as providências desejadas. O Sr. Presidente, às 15,40 horas como não houvesse mais quem quisesse fazer uso da palavra encerrou a reunião, rumando com os demais presentes para a sede do Conselho Coordenador do Abastecimento, para serem recebidos pelo respectivo presidente Coronel Walter Santos. Foi marcada nova reunião para a próxima semana.

(Conclusão da pág. 32)

como conseqüência das novas técnicas de conservação.

Lodygensky chegou esta semana em Nova York depois de assistir a uma convenção de filiados da American Cya-

namid Company, na Cidade de México. Informou que, na convenção, foram estabelecidos planos para um programa de aceleração da produção de alimentos em todo o hemisfério.

"O Brasil não é a única entre as nações latinoamerica-

nas, que enfrenta a ameaça do crescimento demográfico rápido, em face do aumento lento dos abastecimentos alimentícios", declarou. "No nosso caso, porém, o problema é maior, já que temos agora uma população de 60 milhões."

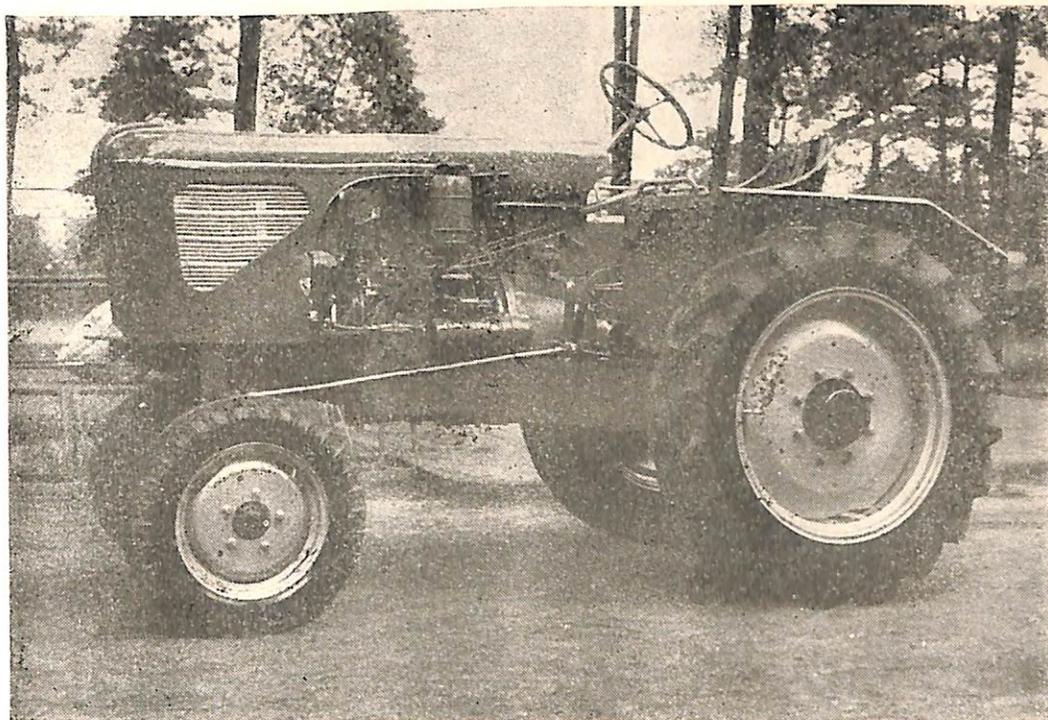
SENHORES AGRICULTORES ! UMA BOA NOTÍCIA !

Pelo plano de Mecanização da Agricultura, de acôrdo com o Decreto 40.260, estão à sua disposição os afamados tratores :

"RITSCHER"^{EM}

28 HP

40 HP



- Famoso motor MWM, à óleo Diesel
 - Equipamento elétrico original BOSCH
 - Sistema hidráulico, de suspensão universal
 - Cinco velocidades e marcha a ré
 - Tomada de fôrça e polia
 - Peças sobressalentes

REPRESENTANTE EXCLUSIVA NO BRASIL

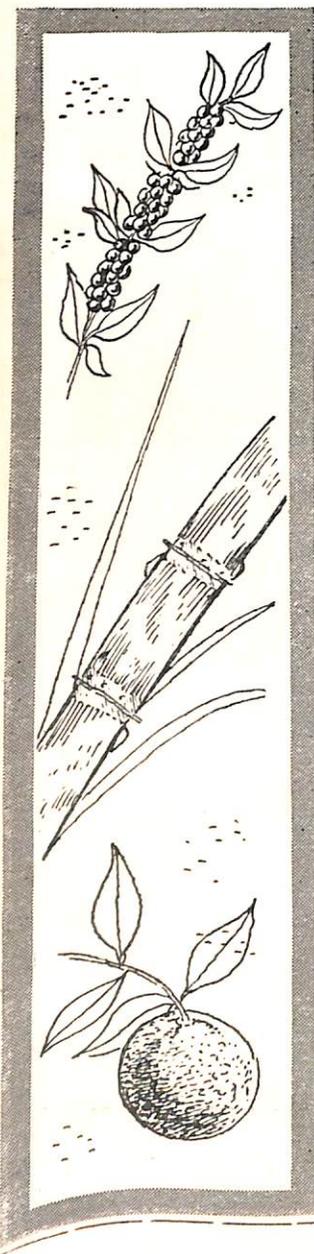
CASA MAYRINK VEIGA S. A.

17 — RUA MAYRINK VEIGA — 21

RIO DE JANEIRO

BENEFÍCIOS E FORMAS DE APLICAÇÃO DO FOSFATO DE OLINDA

- fertilizante de solubilização contínua e total -



CAFÉ:

O fósforo possui ação direta sobre a floração e a frutificação dos cafêeiros, assim como sobre a homogeneização da maturação. Para plantios de cafêeiros, aplicar, em mistura com o solo da cova, de 400 a 500 gramas de FOSFATO DE OLINDA e a quantidade recomendada de potássio, juntamente com matéria orgânica. A seguir, fazer o plantio das mudas. Para cafêeiros em produção, aplicar em outubro, em corôa ou sulco na projeção da copa das árvores, 400 a 500 gramas de FOSFATO DE OLINDA, o potássio e $\frac{1}{4}$ da quantidade de nitrogênio. O restante deste elemento deve ser colocado em cobertura, parcelado em três vezes (dezembro - fevereiro - abril). Pode-se, ainda, fazer a aplicação dos três elementos fertilizantes, em cobertura, parcelada entre os meses de outubro e abril.

CANA DE AÇÚCAR:

Proporciona o FOSFATO DE OLINDA a obtenção de maior rendimento por área, quer na cana-planta, quer na cana-soca. A aplicação de 400 a 500 quilos de FOSFATO DE OLINDA, por hectare, garante o suprimento de fósforo necessário. Aplicá-lo, juntamente com o potássio e parte do nitrogênio, no sulco, por ocasião do plantio, sendo o restante do nitrogênio aplicado 4 a 6 meses após, em cobertura. Para cana-soca, colocar os adubos em um sulco, ou cova, aberto ao lado da linha da cana e, a seguir, cobrir com terra.

FRUTEIRAS:

O emprêgo de FOSFATO DE OLINDA, juntamente com fertilizantes nitrogenados e potássicos, além de trazer grande aumento à produção de fruteiras, permite — devido ao seu baixo custo — a adubação de plantações antes não adubadas. A quantidade de FOSFATO DE OLINDA recomendada varia de 600 a 1.000 gramas por pé, dependendo da idade da planta, aplicadas em duas vezes: a primeira no início da estação chuvosa e a segunda no final dela. Abrir um rêgo circular distanciada de 1,20 a 1,50 metros do tronco, e a uma profundidade de 15 centímetros. Colocar os adubos e, a seguir, cobrir com terra. Pode-se, ainda, aplicar os adubos sobre o solo e incorporá-los ao mesmo, mediante a passagem de grade de discos ou à enxada.

Para maiores esclarecimentos sobre adubação, consulte nosso
Departamento Técnico-Agrônomo.



FOSFORITA OLINDA S/A

Av. Erasmo Braga, 227-3.º andar - Tels.: 32-8265 e 32-9377

RIO